

OURIVESARIA

NO Brasil, disse Taullard, grande parte da prataria doméstica ou religiosa que se tem na conta de nacional é na realidade portuguesa. Infelizmente, o autor argentino não esclarece quem foi que lhe deixou essa impressão, sem dúvida curiosa, pois a maioria das peças de prata portuguesa entre nós existentes tem marca dos ourives e ensaiadores, as que ficaram sem marca, ou onde as marcas desapareceram pelo atrito do uso e da limpeza, sendo relativamente fáceis de identificar pelo estudo comparativo.

É verdade, porém, que a maioria das nossas alfaias e jóias não apresenta marcas: nem de autor, nem de inspeção, ou seja, nem do ourives nem do ensaiador, que foram as duas marcas estabelecidas pela legislação portuguesa do fim do século XVII, e no Brasil adotadas. Houvessem nossos ourives observado sempre o que a lei prescrevia, e quase não existiriam dificuldades de classificação. O que não obstou a que pesquisadores dedicados fôsem elaborar, em anos de observação, critérios seguros de diferenciação, de regra confirmados pelos documentos ou pelas marcas encontradas.

Desde o fim do século XVI que a arte da ourivesaria ganhou importância entre os ofícios mecânicos da colônia portuguesa. Chegou a ser, mais para diante, elemento ponderável na economia das algumas cidades, decaindo com a industrialização, quando não pôde mais competir com os centros produtores europeus.

O presente trabalho apenas procura ser mais uma contribuição ao estudo da ourivesaria brasileira, em seus diferentes aspectos, considerando não somente a obra realizada como também aqueles que a realizaram, em que condições e com que meios. A ênfase dada à Bahia é consequência de vivermos nesta cidade e de ter sido aqui onde, até o momento, surgiram os documentos mais interessantes a respeito do nobre ofício.

A Rodrigo M. F. de Andrade queremos agradecer o convite para elaboração do trabalho; a Carlos Ott, a grande cópia de documentos inéditos que nos forneceu, alguns dos mais importantes; a Frederico Edelweiss, a generosidade de franquear sua biblioteca particular; a Antonio Loureiro de Souza, as facilidades na consulta do Arquivo Municipal; a Francisco Marques dos Santos e a Oswaldo Valente, os muitos esclarecimentos em diferentes épocas. Devemos também documentos a Dom Clemente Maria da Silva Nigra OSB, informações a José Antonio Gonsalves de Mello, neto, a Dante de Laytano e Marieta Alves. E muitas provas de hospitalidade e compreensão da parte de colecionadores particulares e instituições religiosas, onde fomos buscar dados, examinar peças e tirar fotografias.

I

A MATÉRIA-PRIMA

Descoberto o Brasil e iniciada sua conquista, uma grande desilusão aguardava os portugueses. Ao contrário do México e Peru, onde os indígenas se adornavam com jóias de valor, de ouro e prata, nosso índio se embelezava com penas, pedaços de osso, pedras e desenhos corporais. Nada que indicasse o conhecimento e exploração das jazidas cuja posse daria a Portugal, como logo deu à Espanha, uma situação verdadeiramente fabulosa em lastro metálico.

É bem verdade que o inglês Anthony Knivet diz ter visto, na última década do século XVI, pedacinhos de ouro servindo de chumbada em linhas de pescar, além do que já tinha visto em Santos, trazido, pelos silvícolas, do interior (1). Os portugueses teriam visto antes. Mas isso era apenas uma indicação da existência do cobiçado metal, em vez de sua presença resplandecente em peitorais, bra-

celetes, colares, fetiches e outros objetos, de uso dos incas e dos astecas. Era uma promessa de fortuna, em vez da fortuna ao alcance da mão. A pilhagem de Cusco, no Peru, rendera 5.911 quilos de ouro (2).

Até que as minas brasileiras fossem realmente encontradas e exploradas, cerca de cem anos depois, quem tinha razão eram os partidários do aproveitamento agrícola do país. O comércio de mantimentos, sobretudo do açúcar, e de manufaturas, já no findar daquele século, conseguia para algumas cidades da colônia nascente, uma posição de entreposto rendoso, onde o ouro e a prata corriam abundantes, vindos daquelas regiões da América do Sul em que se encontravam quase à flor da terra, mas despertando ambições que, praticamente, não davam margem a outra atividade além da extrativa. Especialmente em Pernambuco, os "colossais proventos do açúcar", como os chamou A. E. Taunay (3), garantiam a importação de tudo que a vaidade humana pudesse cobiçar: sedas, veludos, jóias, alfaías.

Na Bahia, em 1624, iriam os holandeses pilhar os frutos desse enriquecimento agrícola e comercial, e dessa vaidade dos colonos. São conhecidas as informações de Aldenburg: "Os habitantes já tinham fugido e nós entramos em parte no mosteiro (de São Bento)..., onde encontramos bons vinhos, doces, baixelas de prata e muitos objetos preciosos de arte". Na cidade, só haviam ficado os negros. Entregaram aos invasores "pesadas e preciosas correntes com pedras preciosas, prata, ouro... bál-samo, jóias, sedas, brocados de ouro e prata... Muitos soldados chamaram este lugar: terra batavia; jogaram satisfeitos... e mediam prata e ouro nos chapéus cheios, e mais do que um parava 300 ou 400 florins em um lance de dados". No mês de junho, foi despedido para Holanda o navio *Fuchs*, carregado de "belas preciosidades"; depois o almirante mandou mais quatro navios de provisão com "jóias, sedas, açúcar, fumo, vinhos deliciosos, ouro e prata"; quando ele próprio, Jakob Willekes, partiu, seu barco levava um carregamento de "ouro, prata e pedras preciosas, *Amagris*, *Muskeliat*"; e ainda foram despachados mais onze navios "que na maior parte" entre outras coisas, conduziam "jóias" (4).

Já Gabriel Soares de Souza havia notado em 1587, que na cidade do Salvador e seus arredores contavam-se "muitos moradores ricos de fazendas de

raiz, peças de prata e ouro, jaczes de cavalos, e alfaías de casa", alguns com "dois e três mil cruzados em jóias de ouro e prata lavrada", na mesa ostentando "serviço de prata", e trazendo suas mulheres "mui bem ataviadas de jóias de ouro" (5). Segundo Cardim, cronista da mesma época, os engenhos e fazendas de Pernambuco, além do número maior, ainda eram mais ricos que os da Bahia (6).

Sem dúvida, a maior parte dessas jóias e alfaías foi importada. Não havia, no Brasil de então, ourives em quantidade suficiente para receber tantas encomendas, enquanto Lisboa, Porto, Sevilha e outras cidades de Portugal e da Espanha passavam por um grande surto artesanal, com a chegada dos metais do Novo Mundo. Ourives, porém, havia. Figuram nas denúncias e confissões do Santo Offício, tanto na Bahia como em Pernambuco. Não é de crer que fossem os únicos. E muito antes de bater a Inquisição em nossas portas, numa carta de 1561, datada de Salvador, referia o padre Antonio Blasquez "um devoto ourives que viera aquele ano de Lisboa, mui afeiçoado à Companhia" (7).

A julgar pelos pedidos de Nóbrega e do padre Luis da Grã, tanto em 1550 como ainda em 1561, não havia recursos de mão de obra para a confecção dos mais simples e essenciais objetos do culto divino. Nóbrega, numa carta dirigida ao padre Simão Rodrigues, pedia que mandassem mais algumas campainhas pequenas e grandes e igualmente cálices, ainda que fossem de metal (8). No mesmo ano, ao embarcar para o Brasil, seu primeiro bispo, D. Pedro Fernandes Sardinha, tinha o cuidado de trazer "ornamentos, sinos, peças de prata e outras alfaías do serviço da igreja, e todo o mais conveniente ao serviço do culto divino" (9). Passados dez anos, a situação não melhorara: o padre Luis da Grã invocava o "amor de Deus" para que lhe enviassem "as coisas necessárias para fundar igrejas", entre as quais, em primeiro lugar, "cálices" (10).

Com a chegada do ourives "mui afeiçoado à Companhia", entretanto, os padres poderiam respirar. Dar-lhe-iam a encomenda das peças mais necessárias assim como dos ornatos e consertos para as festas e cerimônias da Igreja. Em 1565, o padre Antonio Blasquez referia "uma obra muito prima e não vista nesta terra até agora... uma parede toda do alto até acima de diamantes tirados muito ao natural e que davam muito donaire e graça ao

supulcro... dentro do tabernáculo uma charola de muito bom tamanho, coberta tôda de muitas pérolas e cadeias de ouro" (11). Anchieta, duas décadas após, registrava a oferta feita à capela, de uma "caixinha de prata" e, entre seus ricos ornamentos, "cruz e turbulo de prata com muitas reliquias encastoadas em prata, onde entram três cabeças das Onze mil Virgens". Das mulheres portuguesas residentes na terra, diria que "vestem muitas sêdas e jóias... e levam nisto vantagem, por não serem tão nobres, às de Portugal" (12).

Enquanto a colônia ia recebendo os artifices, desenvolvia-se em suas principais cidades marítimas — Salvador, Olinda e Rio de Janeiro — um tráfico regular com Buenos Aires, por onde se escoava parte do ouro e da prata das minas do Peru. No exercício desse comércio, tomaram parte eclesiásticos, autoridades e exportadores de largo fôlego, além do personagem que recebeu nome específico, derivado de suas atividades, o peruleiro — pessoa que tem negócios no Peru. No *Diálogo das Grandezas do Brasil*, escrito em 1618, refere-se que no ano de 1586 veio a Pernambuco certo peruleiro. Explicando as atividades desses ousados negociantes, informa: "Do Rio da Prata costumam a navegar muitos peruleiros em caravelas, e caravelas de pouco porte, onde trazem soma grande de patacas de quatro e de oito reales, e assim prata lavrada e por lavar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grãos, e ouro lavrado em cadeias, os quais aportam com estas coisas no Rio de Janeiro, baía de Todos os Santos e Pernambuco, e comutam as tais coisas por fazendas das sortes que lhes são necessárias, deixando tôda prata e ouro que trouxeram na terra, donde tornam carregados das tais fazendas a fazer outra viagem para o Rio da Prata" (13). Alguns anos antes, o viajante francês Pyrard de Laval já tinha notado a prosperidade desse comércio. Escandalizou-se com a quantidade de moedas de prata existente na Bahia, onde não se via moeda miuda, mas somente peças de oito, quatro, dois e um real. E não deixou de observar o contrabando que se fazia no pôrto de Buenos Aires, amarrando-se peças de metal precioso na âncora dos navios, a qual só se levantava barra a fora (14). Muitos anos antes de Pyrard de Laval, o mercador português Francisco Soares, residente no Rio de Janeiro, escrevia ao seu irmão em 1597, relatando a assiduidade dos mercadores do Rio da Prata, tanto na cidade onde vivia como na Bahia e Pernambuco. Trocavam

ouro e prata por açúcar, arroz, fazendas e, principalmente, chapéus. Os lucros eram consideráveis, calculados em mil por cento sobre as mercadorias importadas de Espanha, sob cujo domínio Portugal e suas colônias se achavam (15). O tráfico tivera início no governo de Manuel Teles Barreto (1583-7), atingindo grande vulto no primeiro quartel do século XVII, quando Salvador era o principal centro. No primeiro governo de D. Francisco de Souza (1591-1602), avalia-se em 500 mil cruzados o dinheiro vindo de lá para o Brasil. Em 1587, um navio enviado à Bahia sob o patrocínio do bispo de Tucuman, Dom Francisco Vitoria, de nacionalidade portuguesa, trazia 30 mil pesos em prata e ouro (16). Que mandava o Brasil? Escravos africanos, de que havia grande necessidade nas minas de Potosi, mas sobretudo gêneros alimentícios de origem local e oriental, e produtos manufaturados de origem ibérica. Recebia em troca farinha de trigo, carnes salgadas e sebo, e, principalmente, ouro e prata. O comércio era intenso. Em 1604, o vice-rei do Peru, dom Luiz de Velasco, queixava-se da diminuição do meio circulante em Lima e Potosi, o que atribuía ao comércio platino com o Brasil. Mas, cerca de 1618, o lucrativo tráfico entrou em decadência, extinguindo-se praticamente depois de 1624, quando os holandeses passaram a dominar o Atlântico sul. Vencera-o uma conjugação de interesses, em que tanto entravam os comerciantes de Sevilha e de Lima como a guerra entre Espanha e Holanda. Enquanto existiu, porém, demonstrou a razão dos que advogavam o aproveitamento agrícola do Brasil, no início da colonização: podia a colônia portuguesa nadar em ouro e prata, sem que tivesse de extrai-los do próprio solo. Mesmo nas cidades do interior, como São Paulo, ao alvorecer do século XVII, dispunham as igrejas mais importantes de suas boas alfaia, particularmente relicários (17).

Descobertas as minas de ouro e pedras preciosas, a questão da matéria-prima da ourivesaria brasileira mudou completamente de feição. Prata, porém, embora nosso solo a possuísse, só recentemente chegou a ser explorada em quantidade apreciável. Para o abastecimento do "cândido metal", como é chamado no *Santuário Mariano* (18), o Brasil sempre dependeu de outros países, quer do Novo Mundo — México e Peru — quer da Europa.

— sobretudo a Espanha. Existe ampla documentação. A carta-régia de 13 de dezembro de 1651 ordenava que entre nós se executasse a lei de 6 de junho, onde se proibia a circulação das *Patacas* do Peru, sendo permitida as do México, Segovia e Sevilha; quase todo dinheiro do Brasil de então, observava em carta também do mesmo ano o conde de Castelo-Melhor, era da fábrica antiga do Peru. Em 1722, atendendo a ponderações do governador do Estado do Maranhão, D. João V, ouvido o Conselho Ultramarino, considerava conveniente e importante que houvesse comércio com Quito, pois era um meio de obter alguma prata, em benefício tanto do Maranhão como do Reino. No último ano do século, a rainha Dona Maria reiterava ao provedor da Casa da Moeda da Bahia, Venâncio de Seixas, a resolução para cunhar em moeda provincial a partida de prata, em barras e pesos espanhóis, que do continente do Rio Grande de S. Pedro recebera o negociante de Salvador, Antônio José de Araujo Mendes (19).

Além das moedas e das pinhas recebidas do estrangeiro, com frequência a matéria-prima provinha de peças estragadas, fora de uso, ou cujo estilo não agradava mais. Temos exemplo em numerosos termos lavrados pelas mesas de Irmandades, nos seus ajustes com os ourives, em recibos, contas e outros documentos. Foi o que aconteceu, para mencionar alfaias justamente famosas, na confecção, entre 1781-3, dos dois belos lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro (20). Ou nos ricos castiçais da igreja da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (vide fig. 7), encomendados em 1749 e Antonio Coutinho da Cruz (21). Moedas, prata velha e, às vezes, prata ainda não lavrada eram fundidas juntamente pelos ourives. O capítulo sobre o patrimônio artístico da Ordem Terceira de São Francisco da Bahia oferece um repertório de casos em diferentes datas (22). Prata nativa é que não havia. Em 1818, reparava o viajante inglês Luccock, no Rio: "A prata é a única espécie de metal precioso que o Tesouro se sente na obrigação de comprar. Dobrões estrangeiros postos em circulação ao valor de 750 réis, eram adquiridos pelo Tesouro, por esse valor, recunhados e novamente postos em circulação com a mesma quantidade e qualidade de metal, mas com o valor de 960 réis (23). A prata escasseava. Para remediar o mal, em março de 1822, as Côrtes Portu-

guêsas franquearam os portos do Brasil e Portugal a todo ouro e prata em barra (24).

Com relação ao ouro e pedras preciosas, assume a história da ourivesaria brasileira uma complexidade que pede tratamento à parte. Produzindo-os em abundância, e em vários lugares — Minas, Bahia, Goiás, São Paulo, Mato-Grosso — colocou-se o Brasil na posição de abastecedor da Europa, chegando a influir nos estilos. A *Enciclopédia Britânica* admite que a importância dada às pedras semipreciosas, nas jóias do período Restauração, na primeira metade do século XIX, foi de certo modo consequência da grande cópia de topázios, ametistas e águas marinhas importadas do Brasil e do México.

Infelizmente, a política colonial portuguesa nunca permitiu o desenvolvimento da ourivesaria nos centros produtores de metal precioso e de pedras. Ao invés, tratou de proibi-la expressamente. Nas cidades do litoral, Recife, Bahia e Rio de Janeiro, é que a ourivesaria iria ter seus grandes momentos, ocupando uma classe numerosa e consumindo, nas encomendas e obras avulsas, uma quantidade elevada de matéria-prima.

Na intenção de salvaguardar os interesses do quinto, o governo pensou em obrigar os ourives a só comprar ouro nas Casas da Moeda. Já no fim do século XVII, vinha tomando medidas contra aqueles que fundiam moedas para suas obras (25). Com a exploração das minas em grande escala, logo no primeiro quartel do século seguinte, outras medidas se tornaram necessárias, a fim de evitar, que o fisco fosse lesado. Havia muitas maneiras de enganar, sobretudo com o ouro em pó. Os descaminhos se multiplicavam. Podia-se também viciá-lo, fosse misturando cobre, fosse com a "granalha... botando liga no ouro". Disto tudo se queixava, em Portugal, Roque Francisco, numa carta de 1736, onde atribuía o crime aos negros (26). No que toca à ourivesaria, de todos os meios de fugir ao quinto, sem dúvida o mais curioso era o fabrico de obras tóscas, "peças lavradas com tão pouca arte, que notoriamente mostram serem fabricadas com o fim de divertir o dito ouro da Casa da fundição, e fraudar o quinto, que se não paga das ditas peças, por não ser possível averiguar-se se foram, ou não, lavradas de outro já quintado", conforme, em carta de 8 de fevereiro de 1730, ao governador da capitania de São Paulo se queixava el-rei. Os ourives das outras capitanias faziam a mesma coisa, acrescentava (27).



FIG. 1 — Paliteiro de prata mostrando influências indígenas e africanas sobre o estilo português. Trabalho de ourives bahiano do séc. XIX. Alt. 0,15. Col. Catharino, Bahia. (Foto Voltaire).

As medidas acauteladoras do fisco parecem ter começado com a resolução régia de 4 de maio de 1703, na qual se proibia aos ourives ou qualquer outra pessoa "fundir, ou fazer obra alguma com o ouro em pó, folheta, ou qualquer outro, que não primeiro reduzido a barra na casa da fundição, e marcado nela na forma costumada" (28). Para atalhar ao embuste das obras tóscas, determinou a provisão de 17 de maio de 1734, que se cobrassem os quintos de tôdas aquelas que entrassem nas Casas da Moeda do Rio, Bahia e Minas (29). Finalmente, em 1752, pelo menos na Bahia, ficaram os ourives obrigados a comprar na Casa da Moeda o ouro destinado aos seus trabalhos (30).

Entretanto, apenas uma diminuta porção da produção aurífera do Brasil passou pelas mãos de nossos ourives. Já no primeiro quartel do século XVIII, lamentava Antonil: "o peor é que a maior parte do ouro, que se tira das minas, passa em pó e em moedas para os reinos estrangeiros; e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil: salvo o que se gasta em cordões, arrecadas, e outros brincos, dos quais se veem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras" (31). Cordões, arrecadas, outros brincos. Poderíamos acrescentar: anéis, braceletes, fivelas e um sem número de pequenos objetos. Nos conventos, irmandades e igrejas mais ricas, uma âmbula de ouro aqui, uma coroa mais adiante, mais raramente um ostensório, e rarissimamente uma salva. Certas coleções particulares, deixam-nos a impressão de fantástica opulência. Mas a verdade é que todo esse ouro junto constitui uma insignificância, quando comparado ao que, sob a forma de barras, moedas, ou mesmo em pó, passou para o estrangeiro. Notaria Rugendas, no século XIX, que, dando a exportação das barras grandes lucros, muito pouco ouro ficava no país, com o resultado de não se ter em circulação senão um papel-moeda horrível (32).

Se o descaminho do ouro preocupava as autoridades portuguesas, não menos rigorosas elas se mostravam quanto à outra grande fonte de riqueza: os diamantes. Numa carta ao conde de Povolide, governador da Bahia, el-rei se exaltava com "o criminoso descaminho", naquela época já notório na praça de Lisboa e outras cidades da Europa, obra de pessoas indignas do nome português, rebeldes às leis, "inimigos do bem comum da sua própria pá-

tria" (33). No Brasil independente, entretanto, o viajante Walsh havia de se encandalizar com a falta de policiamento na casa de lapidação do Rio de Janeiro. Era um edifício grande e desguarnecido, "como um estábulo, tão público quanto a rua, onde qualquer pessoa podia entrar sem nenhuma indagação". Incrível, num lugar onde tantas preciosidades estavam reunidas, que se pudesse passear livremente, como num mercado, e de vez em quando se fôsse convidado a manusear e examinar os diamantes. O govêrno vendia-os no bruto; mas todos preferiam comprá-los já lapidados (34). As outras pedras preciosas, porém, ninguém se ocupava em lapidar, informa Debret; eram geralmente enviadas para a Europa (35). As que eram lapidadas no Brasil, ficavam mal lapidadas, observou Martius na Bahia (36).

Pelo seu grande emprêgo nas jóias antigas do Brasil, destaca-se, além do diamante, a crisólita (37). Reparou o viajante Mawe, em 1809-10, que era muito apreciada pelas pessoas das classes altas do país, e disputada pelos joalheiros do Rio. Topázios de várias côres, ametistas, turmalinas, berilos e águas marinhas — pedras também com frequência usadas em nossa ourivesaria — são citadas igualmente pelo mesmo viajante, entre nossos mais valiosos artigos de exportação na época. Mas havia jóias falsas e êle não se esqueceu de acrescentar que se vendiam turmalinas por esmeraldas, cristais por topázios, e pedras comuns e imitações de vidro por diamantes (38). Em 1817, Luccock, já citado, observara em Minas que simples espátos, sem o menor valor, eram lapidados à maneira de topázios, esmeraldas, ametistas e até brilhantes e, como tais, frequentemente passados a compradores inexperientes (39). Com exceção do Rio de Janeiro, onde havia fábrica de lapidação, todos esses abusos corriam por conta de lapidários e comerciantes inescrupulosos. Mesmo numa região como Minas Gerais, riquíssima de diamantes e pedras preciosas e semi-preciosas, somente em 1872 se instalou, em Diamantina, a primeira fábrica do gênero (40).

Que preço pagavam nossos ourives pelo ouro e pela prata com que trabalhavam, e de que qualidade era esse metal?

Antes de 1873, quando entre nós passou a vigorar o sistema decimal de pesos e medidas, tanto o ouro como a prata eram avaliados aos marcos e oitavas, do velho sistema de medidas e pêso. A libra

tinha dois marcos, o marco oito onças, a onça oito oitavas, e a oitava setenta e dois grãos. O marco tinha pois 64 oitavas, e isto é conveniente sempre ter em mente, uma vez que marcos e oitavas são as referências mais freqüentes nos documentos antigos (41).

Quanto à qualidade, ou seja, à lei, o ouro, na sua maior pureza, é o de 24 quilates. Em nosso período colonial, corria ouro fundido e legalizado de 21, 22, 23 e 24 quilates, mas os ourives tinham permissão para trabalhar com o toque de 20 quilates e meio (42). O exame das peças que até nós chegaram mostra que eles nem sempre obedeciam, trabalhando com toque muito mais baixo. Quanto aos preços, neste país tão vasto, nunca terão perdido atualidade as observações de Antonil, quando se refere às suas variações: "não só por razão da perfeição em um, maior que a do outro, por serem de mais subidos quilates; mas também a respeito dos lugares, onde se vendia: porque mais barato se vende nas minas, do que na vila de S. Paulo, e de Santos: e muito mais vale nas cidades do Rio de Janeiro e da Bahia, do que nas vilas referidas. Também muito mais vale quintado, do que em pó: porque o que se vende em pó, sai do fogo com bastantes quebras: além do que vai por diferença por razão do que se pagou, ou não se pagou de quintos". Assim é que, na Bahia, uma oitava de ouro em pó valia quatorze tostões, enquanto, quintado, passava a valer dezesseis. No Rio, a diferença era de treze para quinze (43).

No período que vai de 1713 a 1751, o preço da oitava de ouro em pó em Minas Gerais variou de \$500 a \$200. Ao tempo da criação da Casa da Moeda na Bahia, em 1694, valera \$650. Ainda em 1808, seu preço era de \$200 (44). Em 1804, no entanto, a Ordem 3ª do Carmo da Bahia pagou \$400 a oitava, numa encomenda confiada ao mestre Joaquim Alberto da Conceição Matos. Na cruz da banqueta de prata com seis castiçais, de que também fôra incumbido, "para a Cruz de ouro, letras e cravos 2 oitavas e 1/2, a \$400 por oitava \$3500" (45). No Rio, em 1779, o ourives de São Paulo José Wenceslau de Andrade, pagara 24\$000 por 25 livros de ouro (46).

Da prata, quando em seu estado de maior pureza, diz-se que é de 12 dinheiros. No México, assim como na Espanha, os ourives trabalhavam com ouro de 22 quilates e prata de 11 dinheiros e 4 grãos (47). Entre nós, porém, assim como em Por-

tugal, a lei da prata foi inicialmente de 11 dinheiros apenas, e depois (48) a de 10 dinheiros e 6 grãos. O que não impediu que a prataria portuguesa se tornasse conhecida pelo brilho e alvura, decorrentes da pureza do metal (49). No Brasil, entretanto, a partir de 1830 teve origem o título de 10 dinheiros, havendo também peças com 7 dinheiros fracos somente (50).

Da mesma forma que em relação ao ouro, nossos ourives nem sempre guardavam a lei estabelecida, o que talvez explique em parte o elevado número de peças sem marca do ensaiador na prataria brasileira. Tais contravenções não podiam ser toleradas no tempo — até o fim do século XVI (51) — em que a prataria com freqüência substitua a moeda. Depois que o Novo Mundo inundou o mercado de metais preciosos, porém, fazendo desaparecer o problema da cunhagem, os ourives não corriam tanto o risco das penalidades severas; podiam, como de fato fizeram, trabalhar prata de qualidade inferior, sem que fossem parar nas galfes ou no cadafalso. Já num requerimento de 30 de janeiro de 1693, o juiz do povo e misteres da cidade do Salvador, alarmados com o desaparecimento das moedas que eram fundidas pelos ourives, alegavam que eles "sempre fundiram a mais fina, e nunca bateram, nem lavraram prata de lei" (52). No Brasil, onde tantos escravos foram colocados no ofício, com o conseqüente afrouxamento de suas regulamentações, e a serviço de senhores alheios ao artesanato e que nada entendiam de sua dignidade, somente estando interessados na renda do trabalho servil, a utilização de prata inferior ainda oferecia maiores tentações de lucro.

Oficialmente, o marco de prata subiu de preço no decorrer de nossa vida colonial, para cair no fim, subindo novamente ao tempo do Império. Foi sucessivas vezes fixado por leis, alvarás e resoluções. Em 1581, valia 2\$570, amoeado, e 2\$400, no mercado. Em 1641, passou a 3\$400, e, cinco anos depois, a 3\$700. Em 1663, 5\$000. Em 1694 (data da fundação da Casa da Moeda da Bahia), 7\$040. Elevou-se em 1747 a 8\$250, porém, cinco anos após, pagavam-se apenas 7\$040 pelo marco em patacas castelhanas. Em 1799, somente se pagaram 6\$400, no carregamento já referido, recebido pelo comerciante da Bahia Antonio José de Araújo Mendes (53).

Ao contrário das alfaías de ouro, sobre cujas encomendas os documentos são raros, os relativos

OS ARTISTAS

a objetos de prata são numerosos. Qualquer arquivo de agremiação religiosa bem organizado os possui. Nesses papéis antigos podemos acompanhar o mercado da prata, e verificar até que ponto os particulares aceitavam os preços determinados pelo governo. Em 1763, por exemplo, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia pagava 110 réis a oitava (7\$040 o marco), numa encomenda de cruz e castiçais confiada ao ourives Domingos de Souza Marques (54). O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro pagou 6\$000 o marco, em 1781, para confecção de seus dois grandes lampadários (55). Em 1801, o Ordem Terceira de São Francisco da Bahia, 7\$040, numas forquilhas que lhe fez o capitão Joaquim Alberto da Conceição Matos; um ano depois, porém, a outro ourives, Manoel Gonçalves de Souza, também por uma encomenda de forquilhas, apenas teve de pagar 6\$400 o marco (56). Em 1804, ainda 6\$400, na Ordem Terceira do Carmo da Bahia, ao mencionado capitão Joaquim Alberto, na confecção de seis castiçais de banquetta com a respectiva cruz (57). No Convento do Destêrro, onze anos depois, o mesmo preço ao mestre Boaventura de Andrade, no acabamento do lampadário (58). E ainda era este o preço pago pela Ordem Terceira do Carmo do Rio de Janeiro, em 1821, na encomenda de três lâmpadas a Bernardo Alexandre da Silva (59). Em pequenas obras feitas para a Ordem Terceira de São Francisco da Bahia, entre os anos de 1826 e 1871, vemos o marco elevar-se de 7\$680 a 17\$920, estando a 12\$800 em 1841 e 15\$360 em 1846 (60). No Rio, era mais caro, pois em 1868, a Matriz de Santa Rita, numa encomenda de seis ramos, seis jarras e outros tantos laços de prata a José de Oliveira Coutinho, pagou o marco à razão de 19\$200 (60a).

Em tôdas essas encomendas, além da prata velha, desfeita e fundida em benefício da nova, a matéria prima principal eram as moedas. Por causa da fundição das moedas, desde os primeiros séculos da colônia nossos ourives chamaram sobre si muitas queixas e antipatias. Eram gananciosos, não cuidavam do bem da república, só pensavam nos clientes, que não tinham escrúpulo em enganar, botando na prata quantidade excessiva de liga. Mesmo assim deixaram trabalhos de valor, que são com razão cobizados e constituem obras de arte merecedoras de atenção.

Havia ourives do ouro e havia ourives da prata. E havia os que eram do ouro e da prata ao mesmo tempo, como certo Inácio do Rosário Maciel, que registrou suas marcas no Senado da Câmara da Bahia a 13 de setembro de 1766, "uma maior para alguma obra de prata e outra mais pequena para ouro". (61).

Em Portugal, e presumivelmente no Brasil, a diferença não estava no material de trabalho, como se afigura à primeira vista: estava em razão de ordem artesanal, bem mais ponderável, e que se acha perfeitamente evidenciada nos exames prescritos pelos respectivos regimentos. Em consequência da falta de acatamento a essa divisão do trabalho, várias ocasiões os ourives de Lisboa, Pôrto e Coimbra entraram em questão. Os ourives da prata, toda vez que se punham a fazer jóias e outra obra miúda, mesmo que fôsem de prata, estavam se intrometendo no ofício do ouro. O que lhes competia era o labor de taças, jarras, cruzeiros do serviço da igreja, outras peças eclesiásticas e peças do serviço profano. Não tinha importância se fossem de ouro. O essencial é que fôsem peças de boas dimensões, e não obra miúda, privativa dos ourives do ouro e cravação. Entre outras coisas, alegavam estes haver tanta diferença entre os dois ofícios que um ourives da prata jamais poderia exercitar satisfatoriamente o ofício do ouro, por ser mais difícil e de ensino diferente, enquanto a reciproca não era verdadeira, pois no ofício da prata havia ~~trabalhos~~ que aprender. Ademais, como no resto da Europa, a separação era antiquíssima. Aos da prata cabiam as peças grandes, a *tassaria*, como então se chamava; aos de ouro, a obra miúda, a joalheria propriamente dita, incluindo a cravação (62). Em Toledo do século XVI, a classificação das peças ainda era mais minuciosa: tinham a *vajilla*, para designar todos os objetos do serviço doméstico; a *mazoneria*, para os vasos eclesiásticos; e a *percoceria*, referente a pequenos objetos, tais como placas esmaltadas, trabalhos em filigrana, rosários, colares e outras peças de adorno (63).

No Brasil, os ourives nem sempre respeitaram essas delimitações do ofício. Já vimos um que era ao mesmo tempo registrado como do ouro e da

FIG. 2 — Nossa Senhora de Guadalupe. Primeira imagem a ser coberta de prata na Bahia. Prim. met. séc. XVII. Alt. 0,64. Museu da Catedral, Bahia. (Foto Vozylus).



FIG. 3 — Vaso purificatório da antiga liturgia monástica. Prata. Trabalho de ourives do Rio de Janeiro, princípios do séc. XVII. Alt. 0,22. Mosteiro de São Bento, Rio. (Foto Hess).

prata. Conhecemos, além disso, peças que são positivamente de tassaria, e que se encontram marcadas com os punções individuais de ourives do ouro baianos. Estão no caso, e vamos citar apenas duas peças, a grande salva das solenidades do Mosteiro de São Bento (vide fig. 6), obra de Albano José Coelho, registrado como ourives do ouro em 1754 (64), e a bacia e gomil da Ordem Terceira de São Domingos, de Miguel Franco de Araujo, registrado em 1726 (65).

Necessariamente, os primeiros ourives que vieram para o Brasil eram de origem portuguesa. A metrópole regorgitava deles. Em 1551, só em Lisboa havia 430 (66). Quando se decidiram a vir para a colônia, porém, em vários domínios do Novo Mundo já era a ourivesaria florescente. Desde 1495 que o mestre prateiro Pablo Belvis, acompanhado de quatro oficiais, se havia transferido para São Domingos (67). No México, os ourives estavam entre os primeiros artesãos europeus vindos para a conquista (68). Em Lima, a irmandade dos prateiros, dedicada a Santo Eloi e a Nossa Senhora da Misericórdia, e fundada em 1597, tinha associados distribuídos em nada menos de 80 oficinas (69). No entanto, quando os ourives portugueses começaram a afluír para a América, não se limitaram ao Brasil. Os especialistas argentinos referem-se a uma invasão lusitana, no domínio da prataria, na primeira metade do século XVII (70). Também foram para o Chile. Mais tarde, em Buenos Aires, seu número de tal sorte se eleyou que, devido à concorrência, os mestres de origem espanhola e os naturais da terra chegaram a pedir sua expulsão em 1757 (71).

Se, no Brasil, se houvessem observado à risca os preconceitos que então interferiam no exercício dos ofícios, jamais teria nossa ourivesaria atingido o desenvolvimento verificado no século XVIII. Tais preconceitos giravam particularmente em torno da questão da limpeza de sangue, condição que na Europa excluía os judeus e mouros, e, nas colônias americanas viria atingir o índio e o negro. O preconceito procurava sua justificativa em razões de ordem religiosa, como ainda aparece; em 1698, nos Estatutos dos ourives da prata da cidade do Porto: "Como uma das ocupações principais em que se exercita a arte dos ourives de prata seja, de fazerem para o serviço de Deus, e sua Igreja muitas peças... do que nos procede uma espécie de no-

breza, porque alcançando-se alguma por razão, das coisas e pessoas com que se trata, sendo o nosso trato e comércio com coisas tão soberanas, que fazem respeito a Deus nosso Senhor a que, são tôdas dedicadas não se poder negar termos alguma nobreza, e muitas das ditas peças... sejam sagradas, e ainda depois de o serem nos vem a concertar, e é preciso se venerem, e tratem com todo o respeito católico, ao qual poderão faltar irreverentes oficiais, que forem de infecta nação com injúria do sagrado, e descrédito do ofício, assentamos, condenamos que de hoje em diante nenhum mestre de ourives de prata possa ensinar moço, que tenha labéu de mulato, mouro, judeu ou de outra infecta nação, nem ensine o ofício a estrangeiro salvo sendo católicos Romanos, para o que antes de contratar fará tôda a diligência por saber se tem algum dos ditos defeitos..." (72). Mas tanto os portugueses como os espanhóis souberam mostrar-se tolerantes diante do artesão competente que não possuía "sangue limpo". Quando em 1238, Jaime I conquistou Valência, muitos prateiros judeus lá foram instalar-se (73). Salomó, judeu de Lérica, confecionou um sinete de prata para Dona Teresa de Entenza, no ano 1320; e das mãos de outro judeu, Vidal Astori, de Valência, saíram os jaezes encomendados pelo rei da Sicília em 1469 (74). Em Portugal, onde o sangue judeu também muito contribuiu para a formação da nacionalidade, apesar das restrições vigentes, vê-se ocasionalmente o reconhecimento da situação de fato, como, por exemplo, no artigo I do Regimento dos Ourives de Ouro e Lapidários de Lisboa, de 1572. Aí se determina que, na eleição anual, a assembleia dos ourives escolhesse doze mestres, sendo seis cristãos velhos e seis da "nação dos cristãos novos", aos quais competia a indicação dos juízes mordomos e respectivo escrivão. É bem verdade que todos actos eram acompanhados de muitos juramentos sobre os Evangelhos, mas a formalidade nem podia limpar o sangue, nem a nós esconder a circunstância do grande número de cristãos novos no ofício, o ponto de constituírem metade dos eleitores. Já com os ourives da prata, o processo era diferente, não havendo eleição indireta, mas apenas para os dois juízes, que deviam ser "homens bons e de boas consciências e naturais do reino e não estrangeiros" (75). Aparentemente, sinal de que os cristãos novos não eram em número suficiente para impor condições.

No Brasil, a primeira notícia que temos de ourives com "sangue impuro" está nas denúncias ao Santo Ofício (76). Cristãos-novos, que em vez de trabalhar no sábado trabalhavam aos domingos. Em todo Novo Mundo, porém, a questão da pureza de sangue se havia de concentrar nos índios, nos pretos e nos mestiços, que aprendiam o ofício com extraordinária facilidade e logo se tornavam verdadeiros artistas. Foi o que, no princípio do século XVIII, notou o padre Antonio Sepp, S. J., um dos apóstolos da catequese dos Sete Povos das Missões. "O que viram uma só vez" — diz ele — "pode-se estar convencidíssimo que o imitarão. Se lhes pusessem nas mãos alguma figura ou desenho, verás daí a pouco executada uma obra de arte, como na Europa não pode haver igual". Exagêro de missionário encantado com seu rebanho — está-se a ver. Mas o padre Sepp nos deixou o nome de dois desses índios — Inácio Paica e Gabriel Quiri — arrolando suas obras mais notáveis: esferas astronômicas, cálices belíssimos, castiçais de tamanho considerável e engenhosa cinzeladura (77). No Paraguai, os jesuítas cedo perceberam a aptidão dos indígenas e procuraram ensinar-lhes todos os ofícios mecânicos, obtendo com isso artifícios que embelezaram seus templos e casas de residência (78). No México, já no século XVI, as autoridades se preocupavam seriamente com o acesso do índio e dos descendentes de negros aos ofícios. Mesmo no trabalho, bem mais modesto, de batelofolhas, não queriam oficiais que fossem mestiços, índios, negros ou mulatos. Podiam trabalhar como operários nas tendas dos mestres examinados, mas era-lhes vedado prestar exame assim como ter oficina própria (79).

Através do depoimento de viajantes, e de documentos, sabemos que a ourivesaria brasileira colonial esteve em grande parte nas mãos de mulatos e pretos. Era o que, em carta de 25 de abril de 1732, mandava dizer ao rei o juiz de fora da capitania de Pernambuco; considerava "excessivo o número de oficiais de ourives que existiam em Olinda, no Recife e outros lugares, sendo a maior parte deles mulatos e negros, e ainda escravos, contra a lei, resultando disso gravíssimo dano à república..." (80). Entretanto, as autoridades haviam tomado medidas para evitar tal estado de coisas, sendo a primeira delas o alvará de 20 de outubro de 1621, no qual se ordenava que nenhum mulato ou negro, nem índio, posto que forros, pudesse exercer a arte de ourives (81). Não diremos que o

alvará nunca tenha sido obedecido, mesmo na época de sua publicação, mas, sem dúvida, as contingências da vida colonial o terão posto à margem. Em 1719, todavia, certamente baseados nalgum dispositivo de lei, os vereadores da Câmara da Bahia baixavam uma portaria do seguinte teor: "Porquanto os Ensaiaadores dos Ofícios de Ourives do Ouro e prata desta cidade nos apresentaram rois dos ditos Ourives, e nêles não declararam os oficiais pardos que teem tendas públicas dos ditos Offícios. Ordenamos aos ditos Ensaiaadores que por esta nossa Portaria declarem separadamente os ditos oficiais pardos que há nesta Cidade e seu termo com tendas públicas o que os ditos Ensaiaadores farão logo com suspensão de seus ofícios. Dada na Bahia em Câmara aos vinte e dois de Abril de mil setecentos e dezanove. R. Vasco, Ramos, Souza, Vieira" (82). Terá recebido execução a vexatória portaria? Qualquer que tenha sido seu resultado imediato, em nada influiu nos destinos da ourivesaria brasileira que, sobretudo no século XVIII, atraiu uma quantidade considerável de gente de cor, tanto livre, com a serviço de senhores que assim aproveitavam o talento de seus escravos. Foi a situação que, no fim do século, levaria Vilhena a escrever, na sua crítica severa aos costumes do país: "... são prejudiciais os negros no Estado do Brasil, e é como todas as obras servís e artes mecânicas são manuseadas por eles, poucos são os mulatos e raros brancos que nelas se querem empregar... Os brancos naturais do País hão de ser soldados, negociantes, escrivães, ou escreventes, oficiais em algum dos Tribunais, ou Juizes da Justiça ou Fazenda, e alguma outra ocupação pública, que não possa ser da repartição dos negros, como cirurgiões, boticários, pilotos, mestres ou capitães de embarcações, caixeiros de trapiches, etc. Alguns outros se bem que poucos ou raros se empregam em esculptores, pintores, ourives, etc." (83). Nessa mesma época, o mais competente mestre-ourives do martelo no Rio de Janeiro, era um homem pardo, o capitão Martinho Pereira de Brito (84), autor dos dois lampadários do Mosteiro de São Bento, já mencionados. Tinha, pois, uma boa dose de razão a inglesa Maria Graham, quando, no primeiro quartel do século XIX, depois de observar nossa vida, opinava que os "negros e mulatos... são os melhores artífices e artistas" (85). Não seria muito diferente a opinião de Martius: "Entre os naturais", disse o cientista, "são os mulatos que manifestam maior capacidade para as artes mecânicas" (86).

O século XIX presenciou entre nós, sobretudo no Rio de Janeiro, um grande afluxo de artífices estrangeiros, especialmente franceses. Descrevendo a rua dos Ourives, Ribeyrolles fala nos suíços, franceses e alemães que mantinham loja e concorrência com brasileiros e portugueses. Trabalhavam a obra em grosso para a venda, acrescenta. E a obra-prima sempre vinha de Paris (87). De outra nacionalidade, italiana, ficou célebre um artista, Domingos Farani, tão hábil que imitava peças antigas à perfeição (88). A industrialização das artes menores, nos meados do século passado, só podia favorecer a vinda de oficiais europeus, conhecedores de técnicas ainda não divulgadas entre nós: guilhochadores, galvanizadores, etc.

Já foi observado que, de todas essas artes, somente a dos ourives nunca se tornou uma indústria caseira no Brasil colonial e imperial (89). Dado seu caráter público, seria de esperar que fosse possível levantar estatísticas aceitáveis para os diferentes períodos. Com os documentos até agora apreçados, porém, lutar-se em vão quem fôr tentá-lo. No particular, observava-se uma grande discrepância entre o que as leis determinavam e o que de fato acontecia. Em todo caso, à medida que novos documentos vão sendo revelados, aparecem, de vez em quando, referências positivas ao número dos ourives.

De antiguidade respeitável é a informação contida no requerimento do juiz do povo e misteres da cidade do Salvador, do ano de 1693, já citado. Lamentando a escassez da prata, que então constituía um dos fundamentos da riqueza do país, alegavam que, quando a esse "porto vinham dois e três navios de Buenos Aires carregados de moeda, e pinhas de prata, inundando aquele rio a Bahia, não havia nela mais ourives, que Francisco Vieira, a que chamavam o Fanha, pai do Contraste com quatro ou seis oficiais, dois Pedros fulanos da Costa, que deixaram de o ser, e outro, que casou uma filha com um oficial, que chamavam o Rosa; e hoje que não entra na Bahia prata alguma do seu rio, nem entrou depois da felicíssima aclamação do Sereníssimo Senhor Rei Dom João o quarto que está no Céu; nem de outra alguma parte, nem há prata velha, que se mande desfazer para peças novas; há vinte e cinco ourives, que a estão batendo em grossas oficinas", desfazendo "moedas do México de colunas... cuja qualidade toca em onze dinheiros" e na sua conversão metendo "toda a liga, que que-

rem" (90). A capital da colônia teria tido, pois, no primeiro quartel do século XVII, que foi o período do melhor comércio com o Rio da Prata, um máximo de cinco a sete ourives, para atingir no fim do século a 25. Nessa mesma época, a carta régia de 28 de novembro de 1698, reforçada pela de 26 de setembro de 1703, proibia que no Rio de Janeiro houvesse mais de dois ou três ourives, e que fossem estes os "de maior verdade e melhor procedimento e que, constando que desfaziam moedas para lavrarrem, se procedesse contra eles" (91). Vê-se que os artífices do Rio de Janeiro haviam enveredado pela mesma prática de seus colegas da Bahia, a conversão do numérico em obras de prata batida. Também lá, no entanto, dois ou três oficiais não podiam dar conta do vulto das encomendas, conforme em 1700 ponderaram a el-rei os oficiais da Câmara. O Conselho Ultramarino mostrou-se intransigente (92). É de supor, porém, que a próspera cidade continuasse com todos seus ourives em plena função, os quais deviam ser em número aproximado aos da Bahia.

No ano de 1644, sete ourives figuram no lançamento do dinheiro que o povo da cidade do Salvador e seu termo tomou sobre si. Eram Domingos Dias, ourives da prata, com 280 réis; Antonio Lopes, do ouro, com 880; Jeronimo Rodriguez, também do ouro, com 18920; Pedro Antunes, ourives e mercador, com 420; Jacinto Pereira, da prata, com 240; João Ferreira, também da prata, com 100 réis; e Francisco Vieira, a grande figura da ourivesaria baiana no século XVII, cuja contribuição não consta, mas que foi um dos encarregados da repartição (93). Esse lançamento não inclui necessariamente todos ourives então em atividade. Para se fazer idéia do crescimento do ofício, entretanto, será suficiente relembrar que em 1693 já seu número era mais do que três vezes maior — 25. Em 1718, havia na cidade 50 ourives da prata e do ouro (94). Entre os anos de 1725 e 1730, registraram suas marcas no Senado da Câmara nada menos de 61 oficiais (95).

O número de ourives ia continuar crescendo no decorrer do século XVIII. Embora, no ano de 1747, o provedor da Casa da Moeda da Bahia, Pedro Fernandes Souto, ao se manifestar sobre o caso da falsificação das moedas de ouro de 48000, se julgasse no dever de ponderar, pela experiência que tinha, que a capitania não estava em condições de fabricá-las, "pois o seu fabrico exige numerosos en-

genhos, gente de vários ofícios e grande cabedal", quando seus moradores já se achavam "muito decadentes e atenuados" (96), todavia, ao se determinar a extinção da ourivesaria no Brasil, em 1766, o total de oficinas demolidas em Salvador subiu a 158, inclusive 3 de cravadores, importando a ferramenta de todas, avaliadas a preço vil, em 3:126\$770 (97). Anos depois, ao chegar no Rio, o quinto vice-rei, conde de Rezende, verificou que, não obstante a lei proibitiva, havia na cidade 375 mestres de ourives e 1.500 oficiais (98).

Do ponto de vista do número de pessoas empregadas, é possível que a ourivesaria brasileira nunca tenha superado tal grandeza, que é significativa mesmo em termos internacionais. Infelizmente, os dados a respeito do século XIX são esparsos. Tanto Martius como Maria Graham deixaram informações sobre São Luiz do Maranhão em 1820; havia ao todo 60 ourives, sendo 49 livres e 11 escravos (99). Na Bahia, que no século XVIII chegara a ter 158 oficinas, entre os anos de 1824 e 1828 apenas 20 ourives registraram suas marcas (100). Bem sabemos, e deles temos notícia através de outros documentos, que muitos ourives baianos da época não se registraram. Também presumimos que fossem em número maior que os de São Luiz apesar do surto de progresso maranhense. Mas, sem dúvida, havia decadência no artesanato, cujo centro principal, de há muito, se tinha transferido para o Rio de Janeiro. Mesmo aí, porém, jamais se recuperou a amplitude do século anterior.

A intenção de facilitar a visita dos clientes e as necessidades da fiscalização levaram as autoridades, tanto corporativas como governamentais, a determinar o arruamento dos ourives. Em Lisboa, no reinado de D. João I (1385-1433), já havia uma rua da Ourivesaria. A do Pôrto já existia em 1543. A de Goa foi criada por provisão de 1560 (101). No México, somos informados de que o vice-rei don Martín Enriquez de Almanza, ao saber que suas tendas se achavam em diferentes ruas, com risco de fraude à real fazenda, determinou, em 1580, que todas se instalassem na rua de São Francisco e nos portais novos defronte da Catedral, com penas para os desobedientes; também se recomendou aos proprietários de casas no local que preferissem os ourives para seus inquilinos (102).

Na Bahia do princípio do século XVII, "nas fraldas da montanha, em extensão de mais de um quarto de légua", encontravam-se "casas bem fabricadas de uma e outra parte, formando uma bela e grande rua, bem povoada de toda sorte de lojas de misteres e artifices" (103). Ruas semelhantes devia haver também no Recife e no Rio. Aí os ourives se acotovelavam com os demais oficiais mecânicos, procurando vender suas mercadorias nas taboetas que então usavam — espécie de caixa primitivamente protegida com fios de metal e depois com vidro, predecessora das atuais vitrinas.

Mas isso não quer dizer que estivessem arruados regularmente. Tiravam partido da concentração comercial, porém havia os que tinham suas oficinas em pontos distantes, onde, longe da fiscalização dos juizes do ofício e dos agentes do governo, podiam praticar toda sorte de contravenção: rebaixar o título do ouro e da prata, adulterar o ouro em pó, fabricar barras com as marcas da quintagem, falsificar moedas.

Os *Livros de Termos de Irmãos*, da Santa Casa de Misericórdia, forneceram-nos dados precisos a respeito do enderço de muitos ourives da Bahia. Revelam uma preferência pelo centro da cidade, mesmo antes de qualquer intervenção oficial. Em 1684, João de Almeida Pacheco, morava na rua Direita. Jacinto Vieira Cabral, 1701, junto da Sé. Vicente de Souza Pereira, 1720, freguesia da Sé. Manoel Lopes de Miranda, 1728, junto ao Colégio. Narciso das Neves, 1733, rua Direita das Portas do Carmo. Antonio Batista, 1736, rua dos Capitães. Antonio de Freitas Borges, 1740, rua que vai do Colégio para portas do Carmo. Inácio da Costa de Brito, 1745, rua Direita do Palácio, assim como, no mesmo ano, Antonio Antunes Correia e João da Costa Xavier. Antonio Gomes Soares Cazaca, 1750, rua Direita das Portas de São Bento. Manoel Coelho de Oliveira, 1750, rua Direita do Palácio. Noutra freguesia, mas ainda no centro da cidade, estava Jacinto Ferreira dos Santos, 1733, com sua "tenda aberta na praia".

Em 1742, com o aparecimento, no Rio de Janeiro, de muitas moedas falsas de ouro, do valor de 4\$000, pensou o governador da cidade, mestre de campo de infantaria Matias Coelho de Souza, que era conveniente tomar algumas precauções quanto aos ourives. Para isso convocou uma Junta a 12 de maio, a qual opinou pelo lançamento de um bando — o que se fez dois dias após — com a designação



FIG. 4 — Caldeira e hissope. Prata. Trabalho do ourives bahiano Manuel Soares Ferreira, prim. met. séc. XVIII. Com marcas do ensaiador e do ourives. Alt. 0,194. Matriz do Pilar, Bahia. (Foto Voltaire).

FIG. 5 — Salva com pé. Prata. Trabalho do ourives bahiano Antônio Francisco Lisboa, prim. met. séc. XVIII. Com marca. Alt. 1,16. Diâm. 0,295. Col. Araújo Goes, Bahia. (Foto Voltaire).



de certo número de ruas em que morassem os muito ourives de ouro e prata que se achavam dispersos pelas extremidades da cidade, "em paragens ocultas e outros trabalhando pelas roças, aonde era fácil obrarem qualquer artifício que podesse servir para falsificação das tais moedas". Devia o bando assinalar a rua que "principia de Santa Rita direita ao Porto, voltando à de São José até a mesma igreja, e pela mesma rua acima até a dos Pescadores, que vai à dita Igreja de Santa Rita". Os ourives tinham liberdade de escolher qualquer rua dentro da delimitação, mas eram obrigados a fazer sua mudança no prazo de dois meses, tanto os que já moravam na cidade como aqueles que residiam fora, "vivendo escondidos... em paragens... de pouca comunicação". Os desobedientes seriam presos até ordem de S. M. e pagariam 100\$000, executivamente, cabendo a metade ao denunciante, se houvesse (104).

Onze anos depois, outro governador, o tenente-coronel Patrício de Figueiredo achou excessivo o arruamento existente. Por bando de 10 de abril, determinou que todos ourives se acomodassem na rua que começava na Igreja de Santa Rita e terminava na do Porto. Aquêle que fôsse encontrado em atividade profissional fora da mesma rua, estava sujeito a penalidades. Ademais, para efeitos de fiscalização, deviam apresentar-se cada seis meses na Intendência Geral do Ouro (105).

Na Bahia, as medidas para arruamento só tiveram lugar em 1752. Foram os ourives obrigados a ter suas oficinas em ruas determinadas do centro da cidade, com o fim — dizia o vice-rei conde de Atouguia em ofício de 6 de abril — de melhor se fazer a fiscalização e evitar que clandestinamente fundissem ouro extraviado das minas e desencaminhado ao direito dos quintos (106). Estas ruas, a julgar pelos endereços que constam dos Livros de Termos de Almôas da Santa Casa, já citado, eram as mesmas em que viviam, no centro da cidade, alguns dos ourives anteriores ao arruamento, também já citados. Assim, Claudio Rodrigues Lopes, em 1754, tinha sua loja nas Portas do Carmo. Luis Pereira Lopes, 1755, no mesmo local. Manoel Jorge Monteiro, 1764, Portas de São Bento. Pedro Alexandrino Soares, Cosme Damião dos Santos e Manoel Soares de Madureira, todos em 1765, respectivamente na rua Direita da Sé para o Colégio, na rua Direita, defronte do palácio e junto à Casa da Moeda. Ainda não era a rua dos Ourives que

chegou a nossos dias, na cidade-baixa, em prolongamento da rua do Guindaste dos Padres, ao sopé da montanha. Mas ao tempo de Maria Graham, no primeiro quartel do século XIX, êles já tinham desido da cidade-alta, pois a observadora inglesa, ao descrever a cidade-baixa, diz que atrás do mercado de escravos, havia "uma série de arcadas, onde os ourives, joalheiros e vendedores de artigos masculinos ("haberdashers") expunham sua mercadoria, e estas eram as lojas mais bonitas". Da rua dos Ourives no Rio de Janeiro, afiança ela que todos aí moravam, e que sua mercadoria era apresentada em quadros pendurados ao lado da porta da loja, na maneira de dois séculos atrás (107).

Será que a profissão de ourives trazia fortuna? — Embora não conheçamos referência a ourives que se tenham tornado senhores de grandes cabeceiras, há indicações de que o ofício podia angariar-lhes uma situação econômica folgada. A principal indicação, aliás, estaria no elevado número dos que acorreram para suas fileiras. Não só de gente livre, que ia buscar o sustento da família, como de escravos que iam dar renda a seus senhores. Se, num rigor administrativo, o conde de Rezende houvesse interdito os 375 mestres e 1.500 oficiais que encontrara no Rio de Janeiro, 3.000 indivíduos teriam ficado sem meios de subsistência! (108).

Não entram nessas considerações, os ourives que não souberam fugir à tentação da confecção de obras tôcas para assim lesar o quinto, ou que, fato mais grave ainda, se ligaram ao fabrico da moeda falsa, como aquêle Francisco Bravo, implicado entre os criminosos da fazenda de Inácio de Souza, em Paraopeba, comarca do Rio das Velhas, descoberta em 1731, e que foi expiar seu delito no cárcere do Limoeiro em Lisboa (109).

Entre os ourives sobre os quais até agora nada sabemos de desabonador, já no século XVII temos o caso de alguns ourives baianos que se tornaram proprietários de bens de raiz, ou credores de instituições respeitáveis, evidenciando uma prosperidade bastante atraente. Francisco da Cruz, por exemplo, empregava seu capital em imóveis. Está no testamento do Capitão Gonçalo de Morgade, de 21 de abril de 1636: "Declaro mais que possuímos uma morada de casas detrás da Sé as quais tenho vendido... a Francisco da Cruz ourives por trezentos e sessenta mil réis" (110). Outro que empregava capital em imóveis, na mesma época, era Francisco

de Almeida. No testamento de Jorge Ferreira, falecido a 21 de dezembro de 1641, vemos que tinha comprado umas casas ao "ourives Francisco de Almeida que estão detrás da Capela da Sé e são três casas que rendem noventa e seis mil réis" (111). Já Francisco Vieira, que provavelmente também possuía casas, adotava, além disso, outros meios de aplicar seu capital. Num acórdão da Santa Casa de Misericórdia, datado de 6 de novembro de 1650, vemos que a Mesa deu ordem para "que se paguem a Francisco Vieira, ourives da prata, duzentos mil réis que lhe deve a Casa há alguns anos de beijús, e na mesa do dito ano se lhe deu um despacho que, por não haver dinheiro com que se lhe pagarem, se lhe pagasse todos os anos o juro dêles, que são doze mil e quinhentos réis, que sempre tivera, se lhe pagaram como consta da despesa do tesoureiro" (112).

O ourives Domingos Carvalho, pelo contrário, era tão desprovido de recursos que os amigos se sentiam no dever de ajudá-lo. Felipe Corrêa, em seu testamento de 25 de agosto de 1650, diz: "No Rio Vermelho vive um ourives por nome... Carvalho [uma nota marginal esclarece: Domingos Carvalho], casado com Úrsula Nunes, a qual tem três filhas, e, por ser gente muito pobre e virtuosa, deixo que as ditas três filhas sejam em todo o caso metidas nos dotes que atrás deixo declarados dos oito mil cruzados e que cada uma delas se darão os cinquenta mil réis que aqui ordeno para o seu casamento" (113). Mas a situação geral dos ourives era boa, tanto assim que, perante o Senado da Câmara, a 13 de outubro de 1642, o citado Francisco Vieira, ourives da prata, e Jerônimo Rodrigues, ourives do ouro, prestaram juramento para que "bem e verdadeiramente avaliassem o que os oficiais de seu ofício de ourives da prata e do ouro podiam com êles ganhar por ano para dêles se lhes tirar a parte que lhe couber, conforme o assento feito neste livro para se socorrer aos soldados, e assim mais para avaliarem o que ganham os obreiros dos ofícios de ourives da prata e do ouro para também pagarem na forma que se faz em Portugal" (114). Infelizmente, não conhecemos o resultado dessa avaliação. Num documento da Santa Casa de Misericórdia, porém, vemos que, em 1652, o ourives do ouro Francisco da Cruz Arais pagava anualmente aos quartéis setenta e cinco mil réis (115). É de presumir que se encontrem dados semelhantes nos arquivos das outras grandes cidades do Brasil colonial, como Recife e Rio.

À boa situação econômica, quando de caráter estável, sempre correspondem distinções e privilégios sociais. É o que vemos na história da classe dos ourives, de todos os oficiais mecânicos talvez os mais ciosos de suas prerrogativas.

Não foi sem razão que êles se tornaram tão orgulhosos de sua profissão. A própria natureza do trabalho lhes dava oportunidade de contacto com os senhores da fortuna e poder, dos quais podiam pleitear favores e mercês, nos momentos em que a vaidade abre as portas da intimidade e da gratidão. Ademais, o serviço da Igreja, com suas conotações ao divino, emprestava ao trabalho dos ourives um sentido religioso, de que tinham consciência e que sabiam alegar quando necessário. De tal sorte souberam defender suas vantagens que, em Portugal pelo menos, não baixaram à classe dos plebeus, como sua condição de oficial mecânico pedia. Se alguém pretendia diminuir-los, logo iam aos tribunais e êstes se manifestavam pela defesa de seus direitos. Temos uma ilustração disso, na petição que, em 1598, os ourives do Porto enviaram ao juiz e vereadores, em face da notificação recebida para guardarem as portas da cidade na roda dos plebeus. "As pessoas do dito ofício — protestaram — nunca foram constrangidas, salvo a guardar com os nobres". Juntaram certidões, para documentar a veracidade de suas asserções, e ainda acrescentaram: "A nobreza do dito ofício era tamanha que nas crônicas de Espanha se lia que anjos vieram fazer uma Cruz a um Rei de Espanha para uma Sé dela, e por outras vezes se lia acontecer o mesmo!... As custódias do Santíssimo, os cálices, cruzeiros, turibulos e todos os mais vasos com que o culto divino se venerava, por os oficiais do dito ofício eram feitos", assim como "as baixelas e ornatos dos Sumos Pontífices, Imperadores, Reis, Príncipes e nobreza". Além disso, que outro ofício trabalhava com "melhor matéria, que era ouro, pérolas e pedras preciosas?" Ou necessitava "de mais subtil engenho e habilidade?" Diante dessas alegações e de outras, em que se prolongava a petição, os suplicantes viram-se deferidos (116).

Não eram poucas, efetivamente, as pessoas de elevada posição que haviam exercido a profissão de ourives. A começar pelo patrono da classe, Santo Eloi (588-659), que fôra favorito do rei franco Dagoberto I (600-638). No século XIV, vemos Pere Berneç, designado pelo rei de Espanha *argenter nostre*, incluído no rol dos familiares do paço; com a colaboração de outros ourives, Juan de Perpiñan,

foi Berneç encarregado dos preparativos para as bodas do infante Don Martín (117), tarefa em tudo comparável à recebida pelo pintor Velasquez no século XVII, para o casamento da infanta Maria Teresa com Luís XIV, rei de França. Juan de Oñate foi outro ourives distinguido pelos reis católicos: deram-lhe uma carta patente de fidalguia em 1499 (118). Na segunda metade do século seguinte, a freguesia da corte espanhola estaria nas mãos de Rodrigo Reynalte, de naturalidade portuguesa, e seu filho Francisco (119). Fatos como estes certamente estavam presentes no espírito dos ourives portugueses, quando não queriam conformar-se com um tratamento julgado indigno de seu passado. Sabiam o que valiam, e não foi de balde que se bateram pelo que acreditavam seus direitos. Informa um especialista que tinham eles um grande papel de representação na sociedade, pois a sua classe gozava de elevada consideração, por ser laboriosa e artística, tendo por isso privilégios e prerrogativas especiais como títulos honoríficos, cargos dependentes dos paços reais e das catedrais, que passavam por sucessão de pais a filhos, etc. (120). Alguns ostentavam o título de Familiar do Santo Ofício, outros o de Ourives Privilegiado da Universidade de Coimbra (121).

Onde, porém, no mundo ibero-americano, a maioria da classe sempre teve ocasião de exibir sua importância social, foi na procissão de Corpus Christi. Nesse dia deviam oferecer uma moeda nova, à Confraria do Santíssimo Sacramento. Guardavam a tradição de comparecerem incorporados, cada um com sua tocha, como os nobres. No século XVIII, iria D. João V conferir uma nova distinção aos ourives do Porto: podiam usar na procissão vestes de gala iguais às dos vereadores do município portuense, as quais se compunham de capa e volta, colete e calção de seda, chapéu tricórnio com pluma, sapato com fivela, e espadim (122). A ordem de colocação na procissão obedecia a preceitos, destinados a evitar aborrecimentos entre os diferentes elementos. Encontramos interessante dispositivo no próprio Regimento dos Ourives do Ouro e Lapidários, de Lisboa: a fim de sanar "as diferenças que tinham os ourives com os lapidários sobre os lugares das procissões", decidira-se que, nas procissões de Corpo de Deus e de Nossa Senhora de Agosto, fosse um juiz dos lapidários e um lapidário, ao qual juiz os ourives deviam dar o sétimo lugar, indo adiante dele o lapidário de mistura com os ourives, con-

forme lhe coubesse pela antiguidade de sua examinação. Havia também dificuldades entre os próprios lapidários "porque era costume ir em cada procissão um lapidário de rubis e outro de diamantes e havia diferenças sobre qual iria adiante". Resolveu-se que dois lapidários de diamantes fossem em uma procissão e dois de rubis em outra, e assim andassem alternativamente nas procissões, com declaração de que o ofício que fosse um ano na procissão de Corpo de Deus, fosse no outro na de Nossa Senhora de Agosto, e vice-versa (123).

Ignoramos até que ponto essas tradições passaram para o Brasil. Não há dúvida, porém, que, em nosso país, assim como noutros da América Latina, a procissão de Corpus sempre contou com a colaboração dos ourives. No México, desde o ano de 1537 que nela se assinalou um dos principais lugares para os representantes do ofício, e a todos encantava o luxo com que apareciam (124). Singularmente, em Buenos Aires, no ano 1753, os ourives negaram-se a contribuir para a procissão, alegando sua condição de "arte liberal" e não "mecânica" com que se pretendia confundirlos (125).

Nos tempos coloniais — assim nos assegura um historiador das coisas baianas (126) — tanto em Salvador como em todas as cidades e vilas dos domínios lusitanos, não só a de Corpus Christi como as demais *procissões d'el rei*, compareciam obrigatoriamente todos os oficiais dos diversos ofícios, com os seus juizes e bandeiras. Ora, essas procissões d'el rei, também chamadas *reais* ou da *Câmara*, variavam de número entre as diferentes cidades brasileiras, e até numa mesma cidade em diferentes épocas. São Paulo tinha as de São Sebastião, Corpus, Visitação e Anjo; o Rio de Janeiro, estas e mais a de Rogações; a Bahia de 1802, São Sebastião, Nossa Senhora das Candeias, Santos Apóstolos, São Francisco Xavier, Corpus, São João Batista, Visitação, Anjo, Aclamação e Santo Antonio de Argoim (127). Imaginar os oficiais mecânicos participando em bloco de todas essas festividades, será o bastante para se fazer idéia das vaidades que floresciam, cada grupo procurando ostentar maior riqueza e prestígio social. Em 1757, na Vila Rica que então se achava no apogeu, os vereadores acordaram em mandar chamar todos os juizes de ofícios mecânicos e se lhes expôs quisessem vir de capa e volta acompanhar a procissão de Corpus-Christi nas suas irmandades (128). Era o privilégio concedido por Dom João V aos ourives do

Pôrto, repetido numa cidade onde a abundância de ouro e o risco de seu descaminho havia levado o governo a proibir a ourivesaria.

Mas não foi apenas nas cerimônias religiosas que os ourives se salientaram. Não perdiam ocasião de festa pública, em que pudessem aparecer com toda a pompa. Debret os viu no Rio, comemorando a aclamação de D. João VI em 1818; tomavam parte em danças de caráter, ensinadas por professores especialmente contratados; eram cinco pequenos elencos, o dos ourives com a fantasia de asiáticos (129). Em 1760, haviam tido parte destacada nas comemorações do casamento do infante D. Pedro de Portugal. Das festas na Bahia deixou-nos uma descrição o padre Manoel de Cerqueira Torres. — Às três horas da tarde, a praça já estava cheia de povo para assistir às suas danças. Fizeram-se esperar cerca de uma hora. Finalmente surgiu no local vistosa contra-dança, composta de doze figuras — seis damas, vestindo a capricho, e seis galantes trajados de cetim azul, carmezim e branco, com bordados de ouro e prata; os chapéus, de plumas brancas e vermelhas, possuíam soberbos cocais, presos com broche ou jóia de diamantes. Caindo a noite, uma das damas, fantasiada de ninfa, subiu a palácio de joelhos e ofereceu ao governador, dentro de cabaia carmezim, um soneto escrito com letra de ouro e que terminava:

*Sendo assim razão é, e mais que justo
Que os ourives primeiro em vossa agrado
Das festas abram liberal tesouro* (130).

Alguns ourives brasileiros obtiveram títulos militares, ligando-se aos Regimentos de Milícias. Em fevereiro de 1803, Inácio José Aprigio da Fonseca Galvão foi encarregado pelo governador da Bahia de examinar todos os pretendentes aos postos que iam ser providos no Quarto Regimento de Milícias dos homens pardos da cidade. Entre os candidatos, apresentaram-se dois ourives: o capitão de granadeiros Miguel Rodrigues de Deus Sequeira, ourives de loja aberta, no qual o examinador verificou “muito poucas luzes militares, por ter gasto a maior parte do tempo, em que serve, ou doente ou licenciado”; e o capitão da sétima companhia, João Machado Peçanha, também de loja própria, que se candidatara ao posto de coronel, e do qual foi achado que tinha “alguma viveza”, embora constasse “não ser o mais verdadeiro no giro do ofício de que vive” (131). Várias vezes já citamos o ca-

pitão Joaquim Alberto da Conceição Matos, sua patente devia ser da mesma origem. Em 1708, o ourives do ouro José Lopes de Brito tinha o posto de capitão das Ordenanças (132).

Distinção muito mais significativa, sem que importasse em nenhum título, tinha sido a dispensada a Francisco Vieira em 1657; juntamente com o capitão Diogo de Aragão Pereira, senhor de engenho, Pedro Paiva Machado, lavrador de canas, Jorge de Araújo de Góes, cidadão, o capitão Pedro Marinho Sotto Maior e Domingos João, por parte dos mercadores de loja, foi designado para formar a comissão de “seis pessoas discretas e entendidas e de boa consciência para... entre si averiguarem e resolverem e decidirem o meio e modo mais conveniente de que se haja de tirar o sustento da infantaria” (133). Nesse caso, pode-se dizer sem exagero que um ourives participou do governo da capitania. Mas isso era no tempo em que poucos exerciam a profissão, antes de se achar o ofício cheio de artesãos sem escrúpulos, que atormentavam as autoridades com as constantes transgressões da lei (134).

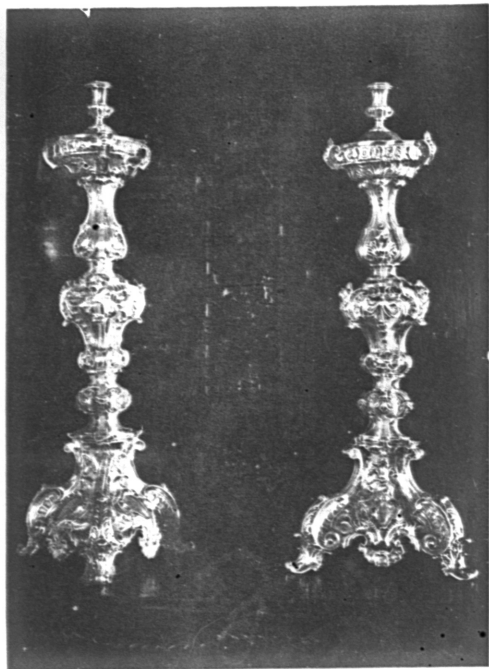
Para exercer o ofício de ourives, desde a Idade Média que se havia generalizado o costume de submeter o candidato a um exame de habilitação. Na estrutura do sistema corporativo, todos oficiais mecânicos — aos quais pertenciam os ourives — estavam sujeitos a essa exigência. Comportando variantes de país para país, o exame era prestado perante as autoridades do respectivo ofício, ou sejam, os juizes eleitos pela corporação. Há exceções curiosas, como Buenos Aires, cujo primeiro exami-

FIG. 6 — Grande salva de prata. Trabalho do ourives bahiano Albano José Coelho, meados do séc. XVIII. Com marca do ourives. Diâm. 0,68. Mosteiro de São Bento, Bahia. (Foto Voltaire).

FIG. 7 — Castiçais de banquetta. Prata. Trabalho do ourives bahiano Antônio Coutinho da Cruz, 1749. Com marcas do ensaiador e do ourives. Alt. 0,84. Santa Casa, Bahia. (Foto Voltaire).

FIG. 8 — Pormenor do grande lampadário (par) da capela-mor. Prata. Trabalho do ourives do Rio de Janeiro, capitão Martinho Pereira de Brito, 1781. Mosteiro de São Bento, Rio. (Foto Heiss).

FIG. 9 — Bugia tipo palmatória. Prata. Trabalho do ourives bahiano Manoel Álvares da Costa, meados do séc. XVIII. Com marca do ourives. Comp. 0,325. Mosteiro de São Bento, Bahia. (Foto Voltaire).



nador do ofício do ouro e da prata, nomeado pelo Cabido em 1635, foi um mercador, Francisco Ribas (135); mas a explicação para o fato está na pobreza da cidade àquela época, quando não possuía ainda um corpo de ourives capaz de orientar seus próprios destinos.

No Brasil, desde cedo as tradições portuguesas assumiram caráter obrigatório. Assim que os oficiais mecânicos se estabeleceram na colônia, logo se exigiu deles que não quebrassem os costumes da metrópole. Entre as posturas de 1625, reafixadas em Salvador após a invasão holandesa, encontramos uma determinando "que nenhum oficial de qualquer ofício ponha tenda sem licença da Camara, e fiança nela, e seja examinado, e tenha seu regimento à porta, pena de seis mil réis" (136).

Embora não suponhamos que, no Brasil de então, se procedesse com o mesmo rigor de Portugal, onde a concorrência era severa, o exame a que se refere a postura devia ser o estipulado no *Livro dos Regimentos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal Cidade de Lixboa* (1572). Havia um exame para os ourives do ouro e outro, diferente, para os ourives da prata, conforme pedia a diversidade do trabalho; e havia ainda o dos lapidários e o dos douradores, tal a especialização artesanal.

O candidato a ourives do ouro tinha um exame difícil: — fazer uma cinta de ouro lavrada e aparelhada para esmaltar com seu meio relêvo, coroa e remate, assim como uma jóia do mesmo teor. Não se revelando devidamente preparado, só podia obter outro exame passados seis meses; em caso de nova reprovação, mais seis meses, e assim repetidamente, até que fosse considerado apto (137).

O ourives da prata enfrentava exame mais complicado. Fazendo um gomil, segundo certo desenho, maior ou menor, porém bem feito e acabado, podia ser examinado de toda obra de martelo chã, como bacios de cozinha e de cortar, e tais objetos é que devia ter em sua tenda. Fazendo outro gomil, este lavrado, segundo outro desenho, igualmente bem feito e bem acabado, podia ser examinado de toda obra de martelo e de cinzel e bastiões tirando imagens, e tais obras podia ter em sua tenda. Se fizesse uma maçã de cálice, também conforme modelo, seria examinado de toda obra de maçonaria, isto é, cruzeiros, cálices, porta-pazes, bagos, turibulos, etc., os quais sua tenda poderia ter. Sendo capaz

de fazer uma imagem lavrada de cinzel de relêvo, e uma chapa de prata de sua fantasia, ou contrafeita por outra bem lavrada e bem acabada, estava qualificado para todas as imagens e obras de cinzel. Em caso de reprovação, o mesmo sistema de novas tentativas usado para os ourives do ouro (138).

Os lapidários tanto se podiam examinar para diamantes como para rubis, sendo as provas diferentes. Quem fosse para os diamantes, tinha de lavar um em tábua e de todo fundo, outro de facetas e outro delgado. Para os rubis, pedia-se um rubi em tábua e uma safira em espinela (139).

O dourador devia saber cortar qualquer peça de ferro a ser dourada, assentando o ouro muito bem, para proveito das partes. Também devia saber como dourar estribos de ferro e ferros de cabresto, estribeiras de cobre com ouro moído e fôlha em cima do moído, e pratear estribeiras de cobre ao ponto de ficarem em prata branca (140).

É sabido que, no decorrer do tempo, os regimentos dos oficiais mecânicos sofreram alterações, visando sua melhor adaptação às modificações da sociedade em geral. Na cidade do Pôrto, alterações ou adições foram introduzidas no regimento dos ourives em 1634, 1667, 1740 e 1767. Nos estatutos de 1698, dos ourives da prata, as provas de exame assinalam uma considerável simplificação em relação ao regimento de Lisboa de 1572, pois apenas se pede que o candidato faça um "gomil cujo corpo, colo e bico será batido de chapa, sem nenhuma peça ser vasada, salva somente a aza" (141).

Na falta de documentos, não é possível dizer com precisão em que consistiam os exames dos ourives brasileiros. Houve, ademais, períodos e lugares em que deixaram de ser exigidos. Em Vila Rica, por exemplo, no tempo da Colônia, três condições se observaram para o exercício dos ofícios mecânicos: o do trabalho livre, no começo da vida municipal, até mais ou menos 1725; o das licenças com fiador, por tempo variável de 6 a 12 meses; e o das licenças mediante exame, estas, porém, em pequeno número, pois os interessados não atendiam aos editais em que eram convidados a prestá-lo (142). No Recife do século XVIII, dada a grande afluência de pardos e pretos escravos nos ofícios mecânicos, os juizes e escrivães dos ofícios começaram a negar-se ao exame de tais escravos, o que motivou a verificação de 13 de novembro de 1756, na qual se determinou aos oficiais escravos, pardos, índios ou pretos, pretendentes a exame, que dirigissem seus

requerimentos, por si mesmos ou seus senhores, solicitando a competente carta, e se tomaram logo as providências necessárias caso os juízes se esquivassem (143). Existia o sistema de exame, mas devia haver um grande número de oficiais em atividade, sem que por êle tivesse passado. O mesmo é de supor que tenha acontecido no Rio e na Bahia, onde a situação social e econômica era semelhante.

Se não dispomos das instruções para os exames de nossos ourives do ouro e da prata, contamos, entretanto, com os livros que serviam para registro das cartas de exame. Exatamente o livro que já mencionava o regimento de 1572: — "E ao que assim fôr examinado na maneira sobredita e fôr havido por hábil... lhe passarão sua carta de examinação... a qual levarão à Camara para lá ser vista e confirmada e se registrar no livro em que as tais cartas se registram..." (144).

No Arquivo Municipal de Salvador encontramos alguns desses livros, reveladores da disciplina a que, pelo menos em parte, esteve submetido nosso artesanato, tanto em sua esfera elevada, a dos ourives, como na humilde, dos sapateiros e ferreiros. A maioria prestava seu exame perante os juizes locais; mas muitos havia que já vinham de fora com o exame feito, quer em Portugal quer noutra cidade brasileira. O ourives da prata Manoel Soares Ferreira (vide fig. 4), que se registrou em 1725, fôra examinado na cidade do Pôrto; seu colega, Domingos Francisco Lisboa, no mesmo ano registrado, vinha com sua carta de exame da cidade de Olinda (145). Vale a pena transcrever na íntegra um desses registros. Vejamos o de um ourives examinado na própria Bahia: — "Registro de uma carta de exame de Antonio Francisco Lisboa [vide fig. 5] ourives da prata. / O Dr. Juiz de Fora, vereadores e procurador do Senado da Camara desta cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, etc. Fazemos saber que nós vimos a certidão abaixo pela qual examinou o juiz dos ourives da prata Antonio Francisco Lisboa official do dito officio e tendo-nos a isso respeito. Havemos por confirmada a dita aprovação e concedemos licença ao dito examinado para que possa ter sua loja aberta sem que lhe seja pôsto impedimento algum para firmesa do que lhe mandamos passar a presente sob nossos sinais e selo e pedimos aos senhores corregedores a façam cumprir e guardar como nela se contém em todas e quaiquer partes. Bahia e Câmara de... quinze de setecentos e vinte e seis. João de Couros Carnei-

ro... o escrevi / Silva Rocha Araujo / Pires / Almeida / Sello / Rocha". Segue-se a certidão: "Carlos Ribeiro da Rocha contraste e Juiz do officio da arte de ourives da prata este presente ano de mil e setecentos e vinte e seis faço saber a VM em que digo em como por mim foi examinado Antonio Francisco Lisboa da dita arte de ourives e pelo achar apto e suficiente para poder usar da dita arte e ter sua loja aberta nesta cidade ou em outra qualquer parte sem que a isso se lhe ponha impedimento algum lhe mandei passar sua carta geral de aprovação pelo que peço e rogo a VM sejam servidos confirmar-lhe esta sua carta geral de aprovação feita nesta cidade da Bahia de Todos os Santos aos seis dias do mês de junho do dito ano. Eu, Antonio de Almeida Pacheco escrivão do dito contraste e juiz a escrevi. Carlos Ribeiro da Rocha" (146).

Quando o official já vinha examinado de fora, o registro era de teor diferente. No caso de Manoel Soares Ferreira, acusava que êle "a nós enviou a dizer... que pela carta junta fôra examinado na cidade do Pôrto pelos juizes do dito officio, o qual exame fôra julgado por bom, como da dita carta consta, porém como aquella jurisdição só se entende no seu termo, nos pedia queria usar pelo dito officio debaixo do dito exame, o que visto por nós e constar da dita carta ser verdade o que relatava, ouvimos por bem de lha confirmar, em firmesa do que...", etc.; em termos aproximadamente os mesmos se achava o registro da carta de Antonio Francisco Lisboa, vindo de Olinda (147).

De São Paulo, conhece-se o registro da carta de examinação de José Correia de Marins, para os officios de ourives do ouro e da prata. Foi-lhe confirmada pelo Senado da cidade em janeiro de 1733, em vista da certidão do juiz e escrivão do officio; conferia-lhe o direito de usar livremente de sua arte, e o título de "mestre" (148). Em Vila Rica, o juiz, vereadores e procurador do Senado, preocupados com a falta de segurança na obra dos ourives, baixaram uma provisão em 1736, nomeando juiz do officio a Luiz Gomes, conhecido pela sua capacidade, experiência e integridade; recomendava-se-lhe pôr "particular cuidado nos exames que fizer, havendo somente por aprovados as pessoas capazes de trabalhar" (149).

Estreitamente relacionada com o exame, era a questão da aprendizagem. Aprendiz, official e mestre são os três degraus do artesanato; os que aprendem, os que servem e os que dirigem. O sistema só

pode funcionar bem quando em bases sólidas, quando a competência para o ensino e o rigor didático prevalecem em toda linha. Não é, portanto, de estranhar que os mais antigos regimentos se ocupem da aprendizagem, sobretudo para evitar a interferência dos interesses do coração, e de família, em questões que devem ser julgadas com absoluta isenção. Era o que previa o art. 10 do Regimento dos Ourives do Ouro de 1572: — “E os juizes examinadores... não examinarão seus filhos, parentes, cunhados ou criados, e quando qualquer dos sobre-ditos se quiser examinar fará petição à Câmara para lhe ser dado um dos juizes do ano passado...”. O Regimento também proibia a aceitação de aprendiz escravo (art. 20), assim como o se tomar o de outro oficial (art. 25).

No México colonial, desenvolveu-se uma tendência a só admitir como aprendiz os próprios descendentes, o que permitia um controle total no ofício e preços da ourivesaria (150). Em Cusco, pelo contrário, houve prateiros espanhóis comissionados para o ensinamento dos índios, que se dedicavam à arte em número considerável (151). Nessa época, estimava-se em cinco anos o tempo necessário para a aprendizagem do ofício de ourives (152). Em Portugal, firmava-se um contrato entre os mestres e os aprendizes, devidamente autenticado pelos juizes do ofício (153). Podemos presumir que no Brasil se procedesse do mesmo modo que em Portugal, mas isto com reserva, pois nenhum documento conhecemos a respeito.

Aprendizes, oficiais, mestres e exames tiveram sua origem nas corporações surgidas durante a Idade Média, mais ou menos ao mesmo tempo, em Flandres, norte da França e Alemanha. À sombra das corporações, nasceram as confrarias ou irmandades. Pode existir uma sem que exista a outra, o que importa é não esquecer que confraria não é o mesmo que corporação, pois juridicamente se distinguem, à confraria faltando o caráter de regulamentadora do exercício da profissão (154). No que se refere a Portugal e Brasil, a confusão de terminologia é tão freqüente que se fica na dúvida. Quanto a outros países da América Latina, temos notícias incompletas: na Guatemala o “gremio” (equivalente da corporação) constituiu-se em 1745; em Santiago do Chile, já existia em 1769; em Quito, capital do Equador, funcionava no século XVIII, reunindo ourives da prata e bate-fóllas; no México era um

dos mais ricos e importantes; em Buenos Aires, nunca existiu (155).

Sabemos que em Portugal o ofício de ourives da prata já estava regulamentado em 1460, e que nos fins do mesmo século os ourives de Lisboa constituíram confraria sob o patronato de Santo Eloi (156). As atas da Câmara da cidade da Bahia fornecem-nos elementos para figurar a situação no Brasil, no primeiro quartel do século XVII, quando os artesãos ainda eram em número diminuto. Assim foi que a 10 de setembro de 1625, os ourives da prata escolheram por maioria de votos a Francisco Vieira para seu juiz, logo prestando o respectivo juramento perante o Senado da cidade (157). Observa-se, portanto, a continuação do sistema português, tal como prescrito no regimento, apenas com redução dos juizes, de dois para um, o que se compreende em face das proporções reduzidas do artesanato, na colônia de então. Em 23 de maio de 1641, o mesmo Francisco Vieira foi escolhido pelos seus colegas para ser um dos doze mestres, a quem competia a eleição do juiz do povo e de seu escrivão. Novamente escolhido em 1645, para o mesmo posto, atingiu a posição mais elevada de todas três anos depois, quando foi eleito juiz do povo (158).

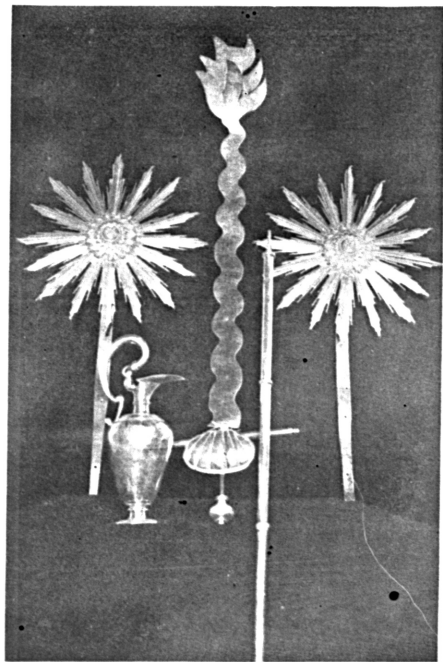
Conceituado historiador patricio, não obstante a opinião em contrário de muitos outros, assegura a existência no Brasil de corporações de ofício. Fundamenta-se em códices guardados no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa. Um desses códices intitula-se *Compromisso e Regimento Econômico dos Offícios de Carpinteiro e de Pedreiro e dos mais agregados à Bandeira do Glorioso S. José, e sua con-*

FIG. 10 — Caldeira de prata. Trabalho do ourives e ensaiador bahiano Lourenço Ribeiro da Rocha, prim. met. séc. XVIII. Com sua marca individual de ourives. Alt. 0,215. São Pedro dos Clérigos, Bahia. (Foto do autor).

FIG. 11 — Resplandores, espada gonil e bastão das imagens de Santo Elias e São Eliseu. Prata. Trabalho do ourives bahiano Euzébio João de Carneiro, se. met. séc. XVIII. Com marcas do ensaiador e do ourives. Compr. espada 1,14. Convento do Carmo, Bahia. (Foto Antunes).

FIG. 12 — Turibulo de prata. Trabalho do ourives bahiano José Martins Dias, séc. XIX. Com marcas do ensaiador e do ourives. Alt. 0,205. Mosteiro de São Bento, Bahia. (Foto Antunes).

FIG. 13 — Naveta de prata. Trabalho do ourives do Rio de Janeiro, Antônio José Maria Soares, época 1885. Col. Marques dos Santos, Rio. (Foto Schultz).



farvia ereita na Sé Catedral da Cidade da Bahia — Dedicado ao mesmo Glorioso Santo e Feito na dita Cidade no ano de 1780; o outro, Compromisso da Irmandade e Confraria de São José dos Officiais dos Quatro Offícios anexos — Carpinteiros, Pedreiros, Marceneiros e Tanoeiros (159). Se tivémos em vista a diferença, acima apontada, entre corporação e confraria, e a confusão de terminologia entre nós reinante, o primeiro compromisso citado parece envolver a finalidade regulamentadora específica das corporações, ao passo que o segundo leva-nos a pensar numa simples irmandade, de caráter puramente devocional.

Disse Martius ter visto entre nós "muitas profissões... exercidas livremente sem atestado de corporação", situação agravada pela liberdade que tinha o dono de escravos de utilizar-se d'elles para qualquer officio como lhe aprouvesse (160). Uma vez que elle disse "muitas" e não "tôdas", sua informação nos dá a possibilidade de especular sobre a existência de profissões orientadas por uma corporação. A respeito de Pernambuco, possuímos, afortunadamente, excelente informação, deixada por um pesquisador de confiança. Aí, a arte de ourives era distintamente separada em ourives de ouro e ourives de prata. Os da prata tinham sua irmandade de S. Eloi, Bispo, ereita na igreja do Paraíso, e elegiam anualmente o juiz do seu officio, cuja posse era dada na casa da Câmara, como consta de termo lavrado a 16 de julho de 1756 (161). A julgar pelas relações da confraria com a Câmara do Recife, parece tratar-se de uma corporação, mas com isto voltamos à confusão de vocabulário.

Da formação de irmandades para os officiaes mecânicos, desde cedo que se cogitou no Brasil? A iniciativa coube aos jesuítas, em cujos colégios da Bahia e de Pernambuco muitas pessoas iam praticar com os irmãos artífices, entre os quais alguns ourives, os segredos das diferentes artes. Aproveitando a accorência de tantos aprendizes, os padres, na segunda década do século XVII, instituíram expressamente uma confraria sob a proteção de Nossa Senhora. Há uma carta do P. Henrique Gomes, de 1614, dando conta de seu progresso tanto em Olinda como em Salvador; contavam-se mais de cem confrades em Pernambuco e mais de oitenta na Bahia, já com suas mesas e opas, pretendendo fazer cruzes assim como mandar vir imagens e o mais necessário a todo luzimento; na Bahia, da primeira vez que

tiraram esmolas, angariaram entre si a elevada soma de 50\$000 (162).

Para os ourives, o santo patrono tradicional sempre foi Santo Eloi, bispo de Noyon. Lisboa, Coimbra, Braga e Guimarães tiveram confrarias sob sua invocação (163). Em países da América Latina, porém, a proteção do santo prelado, procuraram acrescentar a de Nossa Senhora: no México, a Puríssima Conceição, de que fizeram uma imagem em prata maciça; no Peru, Nossa Senhora da Misericórdia (164).

O dia da festa de Santo Eloi, conforme o Santoral Romano, é 1 de Dezembro; em Portugal, no entanto, passou a ser festejado na primeira oitava do Natal. Nesse dia, havia missa cantada e sermão, estando a igreja armada. Cada official de ourives era obrigado a dar dois arráteis de cera, da qual eram feitas as tochas que levavam na procissão de Corpus Christi, a restante ficando para uso da capela (165). Será, que na irmandade de Pernambuco se mantinham essas obrigações? No Rio de Janeiro, também houve uma irmandade dos ourives sob a mesma invocação, com sede na igreja do Parto; em junho de 1913 foi trasladada para a igreja de Santa Luzia (166).

No século XIX, aos ourives cariocas pertencia um oratório com imagem de Nossa Senhora, sito na esquina da rua dos Ourives com a do Ovidor. Mas a devoção era fraca, ou se havia enfraquecido, tanto assim que o missionário americano Kidder surpreendeu num jornal da cidade uma carta à redação, onde se afirmava que não podia ser maior o estado de abandono e desprezo em que se achavam tanto o oratório como a imagem; aquêle caído aos pedaços, ameaçando desabar sobre a cabeça dos transeuntes; a imagem tão maltratada e coberta de poeira que difficilmente podia ser reconhecida (167).

Na Bahia, apesar de tôdas investigações ultimamente realizadas, nem uma só vez appareceu referência ao nome de Santo Eloi. Entre os ourives atualmente vivos, o nome nem chega a ser conhecido. Não queremos concluir que, em Salvador, nunca tenha existido uma irmandade sob sua invocação, mas, se houve, não logrou importância, ficando totalmente esquecida.

De real significação para a história da ourivesaria baiana, é o número de officiaes admitidos na Santa Casa de Misericórdia; entravam como irmãos de menor condição; alguns raros, como Domingos

Pereira Dias, fal. em 1717, e Cosme Damião dos Santos, fal. em 1786, (168) foram posteriormente elevados à maior condição; mais freqüente, entretanto, era serem riscados da confraria, pelas razões que ficavam registradas no *Livro dos Segredos*. No caso de Antonio Gomes Soares Cazaca, não se teve a consideração do código sigiloso: no próprio *Livro de Termos de Irmãos*, uma nota marginal esclarece sua expulsão: — “Por resolução em mesa de 1 de junho de 1757, se mandou riscar este Irmão por estar preso, e querelado, e... de que pode proceder pena vil: além de outras ações indignas...” (169). Tem-se a impressão de que a Santa Casa aceitava a aristocracia dos ourives, revelando-se intransigente com qualquer falta que viesse envergonhar a confraria. Já outros oficiais tomavam hábito dos terceiros carmelitas. Antonio Coutinho da Cruz, fal. em 1775 e considerado no seu tempo o melhor ourives da cidade, tanto assim que foi nomeado abridor da Casa da Moeda, pertencida a ambas as agremiações (170).

III

CONTRASTES E ENSAIADORES

Além das leis, cartas régias, regulamentos, bandos e alvarás, já citados, o ofício de ourives no Brasil foi objeto de legislação especial, que se não é propriamente volumosa, contudo é bastante complexa. Refletia ou mesmo reproduzia a legislação portuguesa, a mais abundante de todos os ofícios mecânicos, devido, sobretudo, ao valor dos metais empregados. Entre nós, ao lado dos atos emanados da metrópole, incluiu também as decisões tomadas localmente, muitas vezes pelas câmaras municipais, nalguns casos sobre matéria que já se afigurava resolvida pelo poder superior.

Na questão dos ensaiadores, que é preciso não confundir com os contrastes, e de suas marcas, só muito tarde, em 1689 e 1693, foram promulgados em Portugal os respectivos regulamentos, um para o ensaiador do ofício dos ourives da prata e outro para o do ouro. Dessa data em diante, aos ensaiadores ficou competindo o exame das peças, isto é, seu ensaio, para verificação da lei do metal, enquanto ao contraste apenas cabia sua avaliação, sem o direito de marcá-las, para atestar a legalidade do metal, como era da obrigação do ensaiador.

Anteriormente, a julgar pelo regimento de Lisboa, de 1572, competia aos juizes do ofício o exame das peças. Está no art. 20 do *Regimento dos Ourives da Prata*: — “E serão avisados todos os ourives que todas as peças que fizerem para vender como as que lhes derem a fazer as não ponham em suas taceiras ou aparadores depois de acabadas, nem as entreguem a seus donos senão sendo primeiro vistos e marcadas pelo juiz... a que esse ano toca marcar as ditas peças. As quais peças isso mesmo levarão a marca do oficial que as fizer, e sendo achada alguma peça na taceira acabada de todo ou que algum oficial vendeu ou lhe foi dada a fazer, e a entregou a seu dono sem ser vista e marcada pelo dito juiz e o oficial que a fez o tal oficial pagará do tronco dos mil réis a metade para as obras da cidade e a outra para quem o acusar”.

Na Inglaterra, desde o ano 1300 que se tinha tornado obrigatório o uso de uma marca oficial de garantia (171). Na Espanha, desde 1401 se decreta, tou que todas as obras deviam trazer a marca da localidade onde fossem confeccionadas (172). No México e no Peru, o ofício de ensaiador foi regulamentado ainda na primeira metade do século XVI (173). Dados os contactos de Portugal com todos estes povos, é de supor que também lá se houvesse adotado o costume de marcar as peças de ourivesaria em data muito antiga. Nunca havia de atingir a complicação da contrastaria francesa do “ancien régime”, com seus quatro punções — um dito de *carga*, na peça ainda esboçada; outro da corporação, para atestar a lei do metal; outro do autor; e outro chamado de *descarga*, sinal de que o fisco estava atendido (174). Mas, conforme está no regimento de 1572, a marca da corporação, representada pelo juiz do ofício, e a do autor da peça, são bastante velhas na ourivesaria lusitana. Após os regulamentos de 1689 e 1693, o juiz do ofício foi substituído pelo ensaiador, nomeado pela municipalidade. Seu punção e o do autor da obra são os que encontramos nas peças de ourivesaria portuguesa vindas para o Brasil, nos séculos XVIII e XIX.

Na Bahia, já em 1652, vemos o ourives Francisco Vieira (possivelmente se trata do filho, e não do primeiro Francisco Vieira, eleito juiz do ofício em 1625) ser chamado contraste (175). Noutro documento, de 5 de fevereiro de 1660, lê-se que era “contraste e afilador dos pesos” da cidade, ofício em que servia há muitos anos, pelo que se lhe ia passar a competente provisão (176). Contraste e afilador

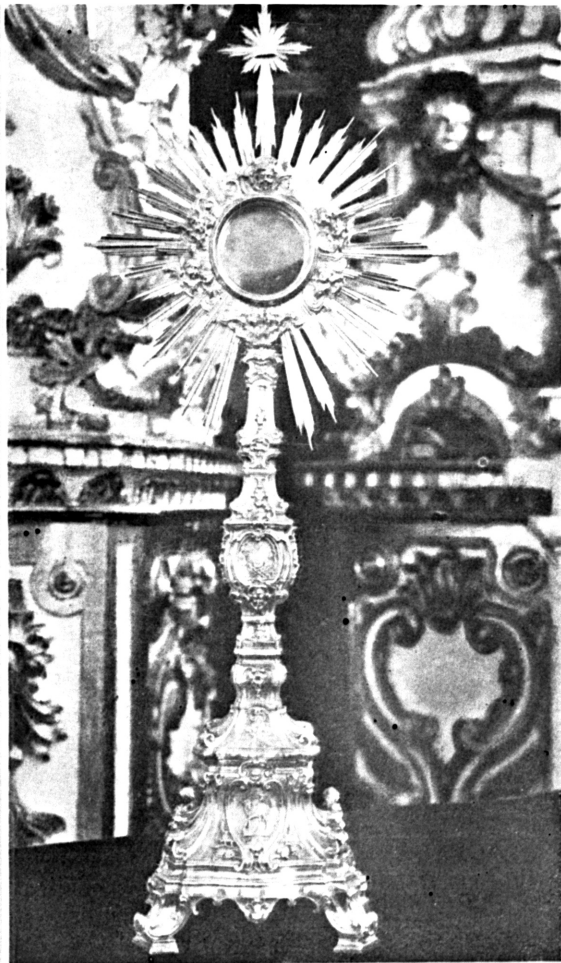


FIG. 14 — Custódia de prata dourada. Trabalho do ourives do Rio de Janeiro Domingos Francisco da Cruz, 1783. Data e autoria inscritas no rodapé. Alt. 0,85. Convento da Lapa, Bahia. (Foto Voltaire).



FIG. 15 — Custódia de ouro e pedras preciosas. Trabalho do ourives baiano Boaventura de Andrade, 1807. Alt. 1,055. Convento do Desterro, Bahia. (Foto Antunes).

dos pesos foram funções exercidas cumulativamente até data avançada. No regimento de Lisboa, de 1572, recomendava-se no art. 20 aos juizes eleitos que "servirá um deles o primeiro ago de marcar a prata e o segundo ano de afilar os pesos e o outro servirá de marcar a prata, de maneira que cada um faça cada uma destas coisas separadamente no seu ano". Na cidade do Pôrto, tal acumulação foi achada inconveniente em 1725, por ser o lugar muito rentoso, dando ensejo a suborno nas eleições (177). Ai, o primeiro ensaiador a fazer uso de punção nas obras de prata foi Domingos de Souza Coelho, que serviu de 1758 a 1778; sua marca tem por perimetro um oval em linha continua e, paralelo a esta, um pontecado e, no centro, a letra P. Nas obras de ouro, Manuel Fernandes Lopes, aproximadamente na mesma época (178). Antes disso, eram as peças de prata apenas marcadas com uma burilada — a incisão em zig-zag feita para obter a quantidade de metal necessária à verificação de sua lei (vide figuras 17 e 19).

De acôrdo com os documentos oficiais, colocou-se, e com tôda razão, o estabelecimento de ensaiadores no Brasil em 1719. Foram nomeados pelo Senado da Câmara da Bahia, no dia 21 de março, Lourenço Ribeiro da Rocha e Manoel Lopes da Cunha, em atenção à provisão real de julho do ano anterior. Tinham sido habilitados pelo ensaiador da Casa da Moeda, e receberam os cargos em caráter vitalício (179).

No entanto, a provar que muitas vezes as autoridades coloniais legislavam sobre matéria de elevada superior, temos o termo de vereação e de resolução da Câmara de Salvador, de 3 de março de 1693, indispensável de transcrever na íntegra, tal a soma de esclarecimentos que fornece.

"Aos três dias do mês de Março de mil e seiscentos e noventa e três anos nesta Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos nas Casas da Câmara dela estando em Mesa de Vereação os officiaes, que este presente ano servem, ao diante assinados, uniformemente resolveram e assentaram, que para se evitar a presunção, que se tinha dos ourives fundirem a moeda, se fizesse pessoa, que servisse de ensaiador da prata, que se lavrasse, por constar notoriamente o grande prejuizo, que havia na demasiada liga, que botam os ourives, a quem tinham ordenado marcassem com a sua marca, e depois disso se lhe pagasse pela pessoa, que nomeada fosse para ensaiador, um \$, que é a marca, que por este

Senado se tem determinado sirva de padrão, e para este effeito se nomeou o contraste, que fosse da cidade, e por não poder servir o contraste, que servia Francisco Vieira, nomearam por aprovação da maior parte dos ourives para contraste da cidade e juntamente ensaiador João Pereira Porto, e por seu escrivão Domingos Pereira, e por este ordenaram ditos officiaes da Câmara se lhe passem suas proviões na forma que se observa neste Senado, a saber: a de contraste segundo o estilo usado, e por que até agora não houve o officio de ensaiador, será necessário dar-lhe nova forma, ordenaram que marcaria com o \$, que o Senado ordenou servisse de padrão para as balanças, tôdas as peças de prata, que estiverem feitas e se fizerem daqui em diante, as quais terão dez dinheiros, e seis grãos, como manda a Lei, e a que não tiver a dita qualidade, a cortará o dito contraste, e ensaiador, e dará parte a este Senado da dita obra, que cortou, e do ourives, que a fez; e outrossim não marcará dito contraste e ensaiador prata alguma a pessoa nenhuma sem ir marcada com a marca do ourives, que a fez; e ordenaram, que o dito contraste tenha livro rubricado por um dos juizes ordinários, o qual servirá de se assentar, ou registrar tôda a prata, que marcar, declarando quem a fez, e o dono, que a comprou, ou mandou fazer, assim de tôda a obra grossa, como miúda, e declararam que as peças, que havia de marcar dito contraste e ensaiador fosse de meia onça para cima, e a mais miúda será tocada para ver se tem os ditos dez dinheiros, e seis grãos, e não os tendo, a cortará, e denunciará a este Senado; e outrossim de toda a outra prata, que souber se faz pelas tendas dos ourives, que se não vai tocar e marcar, sob pena de se proceder contra o dito contraste: de tudo mandaram fazer este termo, e declarar que o dito contraste não levará por pôr o novo \$ assim nas balanças que aferir, como na prata que ensaiar, coisa alguma; e pelo trabalho lhe concedem os emolumentos de aferidor assim e da mesma maneira, que o tinham seus antecessores; e esta declaração fizeram por evitar mais gravames ao Povo: de como assim resolveram, e assentaram, mandaram fazer este termo, que assinaram com o dito contraste; e eu, digo, contraste e ensaiador João Pereira Porto; e eu João de Couros Carneiro, escrivão da Câmara que o escrevi. Egas Muniz Barreto. Manoel de Mattos de Viveiros. Francisco de Sá Barreto. Jacinto de Guizenrode. João Pereira Porto" (180). Esta decisão vinha culminar uma série de atos le-

gislativos provocados pela escassez de moeda, que se atribuía em parte aos ourives, mais interessados em servir sua clientela do que na preservação do meio de circulação. É interessante observar que, em documentos posteriores — um termo de vistoria no cofre da Câmara, de 1694, e um termo de entrega do padrão de um marco, de 1695 (181) — João Pereira Porto é apenas nomeado como “Contraste da Cidade” e “Aferidor e Contraste”, não se tendo mais cuidado de sempre mencionar sua condição de ensaiador, como está patente no termo de resolução que criou o cargo. Talvez se tenha verificado que ele não tinha o preparo necessário para fazer ensaios no metal, tarefa muito mais complicada do que as avaliações e exames que competiam a um mero contraste e aferidor; talvez da metrópole tenha vindo alguma palavra, advertindo a precipitação. Não esqueçamos também que, no ano de 1694, foi instalada a Casa da Moeda na Bahia, com seu corpo de funcionários técnicos. De qualquer sorte, o importante documento revela que na Bahia dos fins do século XVII esteve em uso uma marca de garantia da prata, cujo símbolo, o S, é a inicial da própria cidade, Salvador. Revela também que se exigia dos ourives a colocação de suas marcas individuais e que eles nada deviam pagar ao ensaiador pelo exame das peças, pois este era funcionário pago pelo Senado.

Com o punção S existem algumas alfaias no tesouro da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, na capital baiana. São dois grandes cálices purificatórios e uma caldeira, esta última, peça de extraordinário vigor e excelentes proporções (vide fig. 4). A sobriedade do estilo e elementos decorativos as colocam no período, mas a presença, além do S, de um punção com a letra B sob corôa de três hastes, no rodapé da caldeira, induz-nos a pensar que o punção S seja marca de prateiro, no caso Manoel Soares Ferreira, cuja dita marca foi registrada na Câmara da Bahia a 12 de Janeiro de 1725; o punção com o B encimado de corôa corresponde à marca do ensaiador, da prata, nomeado em 1719, Lourenço Ribeiro da Rocha.

Para que bem se compreenda o sistema de contrastaria vigente no Brasil colonial, é necessário resumir os regimentos portugueses de 1689 e 1693, que regularam respectivamente o exercício das funções de ensaiador da prata e ensaiador do ouro. Ainda em 1824, com o país já independente, o regimento era invocado, conforme se depreende de

uma representação que o ensaiador do ouro, na Bahia, José Henriques Aderne, fez ao Senado da Câmara; para desempenho satisfatório das funções de seu ofício, dizia, “era necessário que os ourives e mercadores de ouro cumprissem com o disposto no capítulo 1 e 6 do Regimento de 10 de Março de 1693” (182).

O regimento de 13 de julho de 1689 compõe-se de quinze capítulos e de uma introdução (183). Cogita a introdução de seu histórico. A lei de 4 de agosto do ano anterior tinha levantado a moeda, e declarado os quilates, dinheiros e grãos que deviam ter o ouro e a prata lavrados pelos ourives; para observância da lei, no campo da ourivesaria, pareceu ao Senado de Lisboa que o meio adequado era a nomeação de dois ensaiadores, elegendo-se para estas ocupações um ourives do ouro e outro da prata, pessoas de toda verdade e confiança, com a ciência necessária para examinar todas as peças que os ourives trabalhassem; o rei, pela resolução de 20 de outubro do mesmo ano, tinha aprovado a sugestão; sem esquecer a precaução de consultar pessoas inteligentes e práticas na matéria, o Senado elaborou o regimento.

No capítulo I se estabeleceu que o ensaiador devia examinar todas as peças de prata que doravante se fizessem assim como as que no momento já estivessem prontas e expostas à venda; o exame devia ser por burilada. No cap. II, que só fossem ensaiadas as peças que trouxessem as marcas dos respectivos ourives, havendo livro para anotação das peças apresentadas sem este requisito, com o fim de se controlar a execução da lei, após a primeira falta. No III, que achando-se não ter a prata os dez dinheiros e seis grãos, e reconhecendo o ourives a transgressão, fôsse a peça quebrada em sua vista e a ele entregue, para que a fundisse de novo; se, porém, não estivesse de acordo com a verificação, em companhia do ensaiador devia apresentá-la ao ensaiador da Casa da Moeda, para dirimir a dúvida; seria quebrada ou por ambos ensaiadores marcada, conforme a decisão. No IV, que as peças pelo ensaiador achadas com os dinheiros e grãos da lei, por ele seriam marcadas, “em sinal de aprovação”, com sua marca particular, a qual devia constar da letra L (inicial de Lisboa), “circulada com uma divisa” (isto é, o contorno do punção) de sua livre escolha; a marca devia ser registrada no Senado da Câmara, para que se não pudesse mudar em tempo algum. O cap. V fixa os emolumentos do ensaiador

pelos exames que fizesse, os quais eram proporcionais ao peso das peças: até 3 marcos, dois réis; de 3 a 10 marcos, três réis; de 10 a 20, quatro réis; de 20 a 50, cinco réis; de 50 a 100, seis réis, e de 100 para cima, dez réis. Ocupa-se o cap. VI das penalidades em que incorreria o ensaiador que marcasse alguma peça com prata inferior à lei. No cap. VII se determina que o ensaiador tenha seis ourives aprendizes de ensaio, nomeados pelo Senado da Câmara, com vista aos impedimentos do titular e provisão de seu substituto, garantindo-se preferência pelos seus filhos, em igualdade de condições. Trata o cap. VIII das peças que o próprio ensaiador obrasse, na qualidade de ourives; devia levar sua marca individual, registrada, como a dos demais ourives, no Senado da Câmara, competindo o exame ao ensaiador da Casa da Moeda; para marcar essas peças, seria usado uma marca especial, também com *L* no centro, porém "circulada com diversa divisa"; as formalidades, penas e emolumentos eram os mesmos que regiam as relações entre os ourives e o ensaiador da prata. O cap. IX cuida do registro das marcas dos ourives no Senado da Câmara. No X, se estabelecem as penalidades para as peças encontradas sem a marca do ensaiador: dez cruzados se tivessem os dinheiros e grãos da lei, em caso contrário, perda da peça e trinta dias de cadeia. No cap. XI se confere aos almotacés das execuções o direito de dar busca nas lojas e casas dos ourives, com o fim de verificar se as obras estavam devidamente ensaiadas e marcadas. Cogita o cap. XII da falsificação das marcas: penas da Ordenação do Reino, liv. 5, 52, par. 1. O cap. XIII que nenhuma peça, mesmo do mais limitado peso, fosse vendida sem estar examinada e marcada. No capítulo XIV, determina-se que, nas matérias tocantes ao ensaio, goze o ensaiador do respeito e obediência que se rendiam aos juizes do officio, podendo atuar os ourives recalcitrantes. Finalmente, no cap. XV, que as peças compostas, fossem marcadas em tôdas as partes, exceto nas tão miúdas que seu pequeno valor não constituísse dano.

O *Regimento para o Ensaaiador do officio dos Ourives do Ouro*, somente promulgado em 10 de março de 1693, dadas as "dificuldades que se representaram" e "depois de feitas várias conferências... em que se gastou muito tempo", compõe-se de vinte capítulos. A encontramos diversos que são praticamente iguais aos do outro regimento. Assim o relativo aos aprendizes, o que trata da marca dos ou-

rives e das buscas, o das falsificações e penalidades, o das peças feitas pelo próprio ensaiador, e do acatamento a êle devido. Começam as diferenças na diversidade da matéria-prima e na natureza das peças. — O exame era por toque e não por burilada (cap. I). Para as peças guarnecidas de pedraria, pérolas, aljófre ou esmalte, e filigrana, impossíveis de marcar pela sua miudeza e fineza, estabeleceu-se um sistema de registro em livro de termos e fornecimento de uma certidão; ou noutros casos, que se soldasse uma chapinha de ouro pendente, onde coubessem as marcas (cap. II a IV). Precauções especiais foram tomadas no cap. V, na hipótese dos ourives precisarem do serviço dos vasa-dores, a que davam o ouro para vasar, moldar e fundir. A marca do ensaiador era a letra *I*, circulada com uma divisa de sua escolha; devia registrá-la na Câmara e não podia mudá-la (capítulo VIII). Seus emolumentos eram de 1 grão de ouro de 22 quilates, pelo ensaio e marca de qualquer cordão; 2 grãos e meio, por um colar; meio grão, pelas demais peças (cap. IX). Em vista da concordata com os ourives da prata, pela qual os do ouro podiam obrar certas peças de prata, também estas deviam ser examinadas pelo ensaiador do ouro, mas por burilada e não por toque (cap. X). O livro destinado às peças cuja delicadeza não suportasse a colocação de marcas, quando terminados, deviam ser recolhidos ao Senado da Câmara, para verificação eventual das certidões fornecidas (cap. XIX). O ouro trabalhado pelos ourives devia ser de 20 quilates e meio.

Se, no Brasil, o Regimento dos Ensaaiadores tivesse recebido rigorosa observância, as peças de nossa ourivesaria, sobretudo as de prata, que não apresentavam as dificuldades das jóias esmaltadas e das filigranas, quase não ofereceriam problemas de classificação. As marcas dos ourives e a do ensaiador, ambas registradas na Câmara, dariam a data aproximada. E o que acontece com muitas alfaias baianas, onde, ao lado da marca do ensaiador, encontra-se a de seu autor. Podemos citar o cálice de comunhão de propriedade do cônego Eliseu Mendes, no Convento da Lapa (vide figs. 20 e 21), que traz o punção do ourives da prata Manoel Moreira Ramos (*M* e *R* em monograma), registrado em 1725 (184), ao lado do punção do ensaiador Lourenço Ribeiro da Rocha (um *B* encimado por coroa de três hastes, em perimetro bombeado), registrado no mesmo ano (185); a urna dos escrutínios, o cá-

lice purificador, a caldeira, e a bacia e gomil, todos do patrimônio da Ordem Terceira de São Domingos e todos com a marca do ourives Miguel Franco de Araujo (M e F em monograma), registrada em 1726 (186), além da marca do ensaiador acima mencionado; os grandes castiçais da Santa Casa de Misericórdia (vide fig. 7), a tiara e cruz pontifícia da imagem de São Pedro, na Igreja de São Pedro dos Clérigos, com a marca do ourives Antônio Coutinho da Cruz (A e C em monograma), registrada em 1741-3 (187), e a marca do ensaiador; a espada flamejante da imagem de Santo Elias, na Igreja do Carmo (vide fig. 11), também com dupla marca, obra de Euzébio João de Carneiro (iniciais E e C), registrado em 1754 (188); os castiçais de estilo neo-clássico da Basílica da Conceição da Praia, da autoria de João Bernardo, com sua marca IB, registrada em 1824 (189), ao lado da marca do ensaiador, ainda um simples B sob espécie de coroa mural, apenas o perímetro diferindo da marca do século XVIII; e muitas outras peças do patrimônio das igrejas ou de coleções particulares, as primeiras demonstrando que o destino eclesiástico não as isentava do ensaio regulamentar. Temos também peças feitas pelo próprio ensaiador Lourenço Ribeiro da Rocha, as quais, na conformidade do regimento, deviam ser examinadas pelo ensaiador da Casa da Moeda. Das que conhecemos, a maioria apenas traz sua marca de ourives da prata — um L e um R — mas o Convento do Destêrro possui uma salva com pé, onde, além dessa marca, também se encontra a marca do ensaiador, um B sob coroa, infelizmente com perímetro tão desgastado que não é possível assinalar a diferença em relação à marca do próprio Lourenço Ribeiro da Rocha como ensaiador.

É convicção divulgada que somente na Bahia foi estabelecido e observado um sistema de contrastaria baseado no regimento de 1689 (190). Realmente, além das numerosas peças conhecidas, o Arquivo Municipal de Salvador conserva dois preciosos códices, o primeiro intitulado *Marcas de Ensaiadores 1725-1766* e o outro *Livro Primeiro dos termos das marcas dos Ourives do Ouro e Prata desta Cidade*, iniciado em 1824 e concluído em 1845, com o registro da marca do ourives do ouro Porcino Lopo dos Santos. Nalguns desses documentos, lê-se que as marcas ficavam registradas numa "pasta de estanho", isto é, com o ferro portador de seu punção o ourives marcava a pasta, da mesma forma que iria fazer nas peças de prata, ao mesmo

tempo em que se tomava por escrito qual era a tal marca.

Até o momento, nada de equivalente foi revelado em relação às outras cidades brasilienses. A contrastaria no Rio de Janeiro é dada como iniciada no século XIX; já foram vistas peças raríssimas com M e coroa imperial, atribuídas a Minas Gerais (191); de Pernambuco, do Pará, do Maranhão e de São Paulo, nem se fala. Entretanto, isso não quer dizer que essas cidades não tenham tido ensaiadores com suas marcas, pois de São Paulo já se conhece a carta de nomeação do ourives Antonio Pereira de Sá, para os ofícios de contraste e ensaiador da cidade, dada em 4 de novembro de 1739 (192). Nela diz o doutor João Rodrigues Campelo, ouvidor geral, corregedor, provedor da fazenda, etc., que por não haver contraste na cidade para avaliar as barras de ouro que se quisessem vender ou empenhar, assim como ensaiador para qualquer pessoa que excesse a ocupação de ourives não poder entregar obra alguma a seus donos sem que primeiro fosse revista e marcada peça por peça para ver se excedia a liga que a lei mandava botar, e por ver na pessoa de Antônio Pereira de Sá os requisitos necessários, o nomeava "contraste e ensaiador" da cidade e seu termo, com os emolumentos

FIG. 16 — Castiçal de prata. Trabalho do ourives baiano João Bernardo, séc. XIX. Alt. 0,21. Com marcas do ensaiador e do ourives. Col. particular, Bahia. (Foto Voltaire).

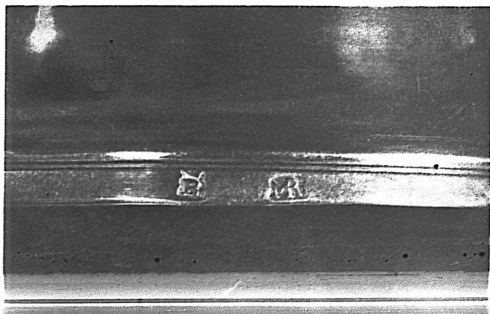
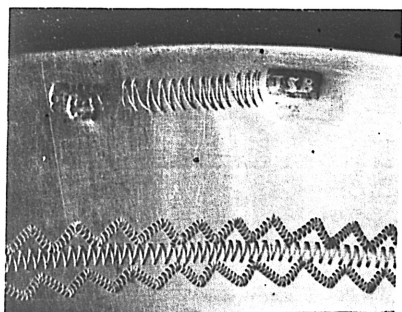
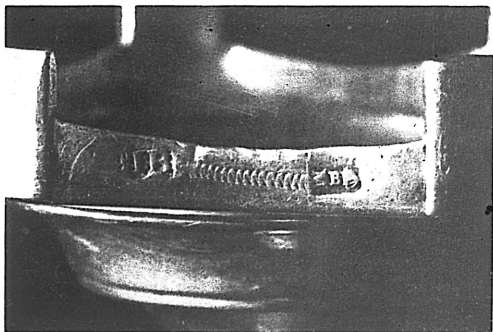
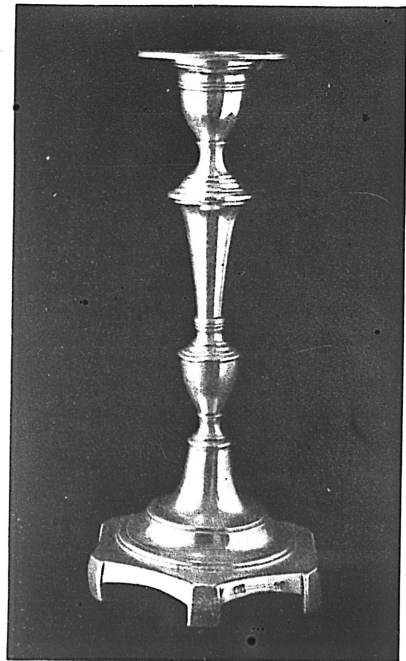
FIG. 17 — Pormenor do castiçal da fig. 16, mostrando o punção do ourives da prata João Bernardo, a burilada do ensaiador baiano e seu punção (à esquerda). (Foto Voltaire).

FIG. 18 — Copo no estilo neo-clássico. Prata. Decoração com influências da louça Companhia das Índias. Trabalho do ourives baiano Joaquim da Silva Braga, séc. XIX. Alt. 0,145. Com marcas do ensaiador e do ourives. Col. Araújo Goes, Bahia. (Foto Voltaire).

FIG. 19 — Pormenor do copo da fig. 18, mostrando o punção do ourives da prata Joaquim da Silva Braga, a burilada do ensaiador baiano e o seu punção (à esquerda). (Foto Voltaire).

FIG. 20 — Cálice de prata dourada. Trabalho do ourives baiano Manoel Moreira Ramos, prim. met. séc. XVIII. Com marcas do ensaiador e do ourives. Alt. 0,255. Convento da Lapa, Bahia. (Foto do autor).

FIG. 21 — Pormenor do cálice da fig. 20, mostrando o punção do ourives Manoel Moreira Ramos e o punção do ensaiador da Bahia, na época, Lourenço Ribeiro da Rocha. (Foto do autor).



que lhe fossem arbitrados pelos oficiais da Câmara (193).

Mesmo na Bahia, onde o Regimento dos Ensaiaadores teve aplicação comprovada, tanto nos livros municipais a êsse fim destinados como nas peças de ouro e prata que se marcaram, observa-se certa confusão entre as denominações *contraste* e *ensaiaador*. Vimos que em 1693 João Pereira Porto foi nomeado *contraste* e *ensaiaador*, para, pouco depois, ficar apenas como *contraste* e *aferidor*. Quando, em 1719, dando cumprimento à provisão real, o Senado nomeou um ensaiaador para as obras de prata — Lourenço Ribeiro da Rocha — e outro para as de ouro — Manoel Lopes da Cunha — as funções de *contraste* não estavam necessariamente incluídas no cargo. Em 1726, continuando Lourenço Ribeiro da Rocha a ser o ensaiaador, era *contraste* e juiz dos ourives da prata seu irmão Carlos Ribeiro da Rocha, conforme se verifica na carta de exame de Antonio Francisco Lisboa, que transcrevemos. Trinta anos depois, porém, numa portaria do Senado da Câmara, é êle chamado de *contraste* e *ensaiaador da prata, pesos de ferro e bronze* (194), o que nos faz pensar numa acumulação de funções. Se dermos um salto para o primeiro quartel do século XIX veremos que, em 1824, quando o ensaio das obras de ouro competia a José Henriques Aderne, que reclamava da Câmara a observância do regimento, era Joaquim José de Almeida Pires o “proprietário do officio de *contraste* e avaliador de todas as peças de ouro, prata, diamantes, pedras e mais peças preciosas” da cidade e seu termo, conforme se encontra em avaliações e inventários conservados no Arquivo Público (195). Ainda de maior interesse para a classificação de nossa ourivesaria é o caso de Manoel Eustaquio de Figueiredo, cuja marca — um M encimado por um B deitado sob coroa imperial, em perimetro retangular com o lado superior às vezes em arco — é talvez a mais conhecida de quantas se usaram no Brasil. Essa marca foi registrada como marca particular de ourives da prata em 17 de outubro de 1832 (196), sendo realmente um enigma como passou a desempenhar o papel de marca de ensaiaador (vide fig. 17), tal como aparece em numerosas peças, ao lado da marca dos ourives autores. No ano de 1857, segundo o *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial*, de Camilo Lellis Masson, havia na Bahia um “*contraste do ouro*” — Balbino Vieira de Miranda, um “*contraste da prata*” — Manoel Eustaquio de

Figueiredo, e um “*ensaiaador da prata*” — João Bernardo do Couto. Não aparecem arrolados entre os funcionários provinciais e sim entre os negociantes (197). — Nem podia ser de outra forma. Nessa época, o proprietário vitalício do cargo de *contraste*, nomeado desde 1838, era Inácio Alvares Nazareth, que só veio a falecer em 1898; acrescente-se que, em março de 1866, por ato do governo provincial, tinha sido nomeado para o lugar de ensaiaador de jóias e metais preciosos (198). Na qualidade de *contraste*, Inácio Alvares Nazareth fez e assinou muitas avaliações de objetos preciosos, constantes de diversos inventários. Em abril de 1877, trabalhou na avaliação dos bens deixados pelo conde de Passé, sendo aí designado como *contraste* e *ensaiaador* (199).

Até que documentos esclarecedores sejam encontrados, qualquer conjectura sobre o uso da marca de Manoel Eustaquio de Figueiredo, como marca de ensaio, afigura-se apressada. A confusão entre *contraste* e *ensaiaador* vinha do tempo colonial; é bem possível que, no século XIX, dado o afrouxamento da legislação herdada de Portugal, inovações fôssem introduzidas pelos negociantes de ouro e prata, com o resultado de haver *contrastes* e *ensaiaadores* além dos oficiais, êstes para as funções que exigiam o reconhecimento do governo, aquêles para as rápidas transações comerciais.

Apesar da obrigatoriedade, nossos ourives coloniais, bem como os do século XIX, nem sempre colocavam suas marcas pessoais nas peças que confeccionavam. Muitos havia, como os escravos e pardos não examinados, que nenhuma marca tinham a botar, uma vez que, por assim dizer, trabalhavam clandestinamente. Ademais, no período que vai de 1766 a 1815, estando o exercício da ourivesaria proibido no Brasil, não podia haver marcas individuais. *Contraste* e *ensaiaador*, porém, nunca deixaram de existir. Várias ocasiões a Câmara Municipal de Salvador reiterou, em posturas e portarias, a necessidade de serem as peças de ouro e prata submetidas ao exame do ensaiaador. Numa postura de 1785, adverte-se que nenhuma poderia ser vendida sem estar marcada: contrariamente, seriam confiscadas em beneficio do Conselho, pagando o mercador 6\$000 de multa e 30 dias de cadeia (200). Em 1824, novas penalidades foram estabelecidas: achando-se alguma peça de ouro ou prata sem estar marcada pelo ensaiaador, pagaria o ourives ou negociante dez cruzados de multa, no caso de ter a peça

os quilates, dinheiros e grãos da Lei; não os tendo, confisco, u'a metade para os denunciante, a outra para as despesas do Senado, 30 dias de cadeia e 20 cruzados de multa (201). No meado do século, foi a multa elevada para 30\$000, fundindo-se as peças encontradas sem marca, ou com marca falsa (202).

O trabalho dos ensaiadores não era gratuito. De acôrdo com os regimentos de 1689 e 1693 seus emolumentos eram proporcionais ao pêso dos objectos. Entre nós, no entanto, o processo foi simplificado, tornando-se costume cobrar 10 réis pelo ensaio e marca de cada peça de prata (203).

Quanto ao provimento do cargo, previsto no Regimento, sempre se revestiu de formalidades cujo fim era verificar a real competência do candidato e sua idoneidade moral. A questão da competência era resolvida pelos ensaiadores da Casa da Moeda. "Certidões de ter praticado na Casa da Moeda" foi o título apresentado por Francisco Rodrigues Freire, quando, em 1802, conquistou a posição de ensaiador das obras de prata na Bahia (204); "examinado pelo ensaiador da Moeda", foi a circunstância que levou o Senado da Bahia, em 1796, a aceitar a indicação de José Inácio de Oliveira para servir os officios de ensaiador e contraste, no impedimento de João Martins Lima (205). Quanto à idoneidade moral, devia ser atestada por um alvará de fôlha corrida, como obteve o citado Francisco Rodrigues Freire. O provimento era dado pelo Senado, mas a confirmação da nomeação vitalícia tinha de ser buscada junto ao Rei (206).

Em 1825, achando-se vago o lugar de ensaiador das obras de ouro, o Senado da Bahia publicou edital, convidando os ourives, e mais pessoas peritas no conhecimento do metal, a concorrerem para o preenchimento do cargo; deviam apresentar seus requerimentos dentro de 30 dias, prometendo-se prover aquêle que o merecesse (207). Foi nesse mesmo ano que um grupo de ourives do Rio de Janeiro requereu a D. Pedro I para ser aprovado um regimento dos ourives de ouro e prata do Império; tinham à frente Vicente Savi, que logo preparou um projeto com 25 artigos; alegavam, sobretudo, a confusão dos negociantes com os artistas, o que dava margem a que produtos falsificados, vindos do exterior, fôsem expostos, lado a lado, com os fabricados na côrte, sem nenhuma diferenciação. Nem o projeto de Savi nem outros que depois se apresentaram lograram aprovação (208). De caráter nacional,

nunca o Brasil independente chegou a ter uma legislação para o ensaio das obras de ouro e prata.

No meado do século, entretanto, a Câmara Municipal do Rio, no seu Códice de Posturas, determinou que tôdas peças de ouro e prata expostas à venda tivessem uma marca especial indicativa do vendedor e outra do quilate do ouro ou do dinheiro da prata. A marca especial devia ser registrada na Câmara, estando sujeito a multa e prisão os contraventores: 30\$000 e 8 dias na primeira vez, 60\$000 e 30 dias na reincidência. Algumas dessas marcas já foram publicadas no mais sério trabalho sobre nossa ourivesaria até hoje elaborado (209). Reprodizimo-las, para uso dos interessados.

IV

A OBRA

Aos ourives do Brasil parece que nunca faltou trabalho. Além das encomendas que recebiam das igrejas e dos particulares, e dos artigos que vendiam em avulso, chegaram a manter transações de porte com o exterior. Nos fins do século XVII, temos notícia de que da Bahia se mandavam anualmente para Angola vinte e cinco a trinta mil cruzados em baixelas de prata aqui lavradas, com grave prejuízo para o comércio local, que assim ficava privado das moedas para êsse fim fundidas (210). Em 1767, o vice-rei conde da Cunha havia de informar que os ourives do Rio de Janeiro colocavam boa parte de sua produção em Buenos Aires (211).

Êstes, porém, são os exemplos superlativos da amplitude atingida pelo officio. E não era necessário ter exportado para fora do país, para que se tornasse um ramo de trabalho importante na economia da colônia. A suntuosidade da liturgia católica e a vaidade dos homens teriam sido suficientes para manter os ourives sempre ocupados. Na primeira metade do século XIX, o inglês Koster, residente no Recife, apurou que aí a "única manufatura de alguma importância" era a de bugigangas de prata e ouro, de tôdas as espécies; mas a quantidade produzida apenas atendia ao consumo local (212).

Do mesmo Koster, possuímos um depoimento que define a attitude do brasileiro antigo quanto à ostentação de jóias. "Ouví um plantador de cana de açúcar — diz êle — queixar-se amargurado da sua pobreza, e da falta de braços no trabalho de

seu engenho que o obrigava a deixar inculta a melhor parte das terras. Depois dessas lamúrias, sua conversação se fixou sobre selas e arreios e nos disse ter comprado recentemente uma sela nova e uma brida, que desejava mostrar-nos. Eram, verdadeiramente, soberbos arreios. A sela era feita em marroquim, bordada a veludo verde, e os cravos para os ornamentos da cabeça do animal eram de prata, assim como placas desse metal estavam profusamente semeadas em todos os lugares, tanto na sela como na brida. Disse-nos que tudo lhe custara quatrocentos mil réis. Com essa soma de dinheiro teria ele adquirido quatro escravos. Mas o melhor é que, abrindo uma gaveta onde apareceram várias colheres, esporas quebradas e outros objetos de prata, informou-nos que reunira suficiente quantidade desse metal com o propósito de comprar enfeites para o cavalo de seu pagem, da mesma forma que o seu" (213).

A preocupação, a mania dos adornos foi herança de Portugal. Lá, 50, leis proibitivas do luxo vigoraram até ao fim do século XVIII, mas nunca conseguiram coibir os exageros e excessos do aparato, do fausto e da ostentação (214). No Brasil, às inclinações do português, veio acrescentar-se o gosto pelo ornato dos pretos, dos indígenas e dos mestiços, transformando, desde cedo, nossa vida social numa verdadeira parada de adereços. Foi o espetáculo que, no último quartel do século XVIII, tanto escandalizou Vilhena na Bahia, e que ele descreveu com um rigor de revoltado. As senhoras ornavam-se com peças de excessivo valor e, sempre que a ocasião permitia, não se esqueciam de aparecer acompanhadas de suas mulatas e pretas ricamente vestidas, carregadas de tanto ouro — em fitas, cordões, pulseiras, colares, braceletes e bentiños (vide fig. 27) — que, na opinião do cronista, daria para comprar duas ou três negras ou mulatas como a que os levava (215).

Já em 1738, numa informação sobre as leis contra o luxo, dizia Wenceslau Pereira da Silva que o Brasil se achava ainda no estado de inocência ou ignorância a respeito das leis suntuárias; nem eram conhecidas nem ninguém as observava; cada um se regulava pelo próprio apetite e vestia como bem lhe parecia, "sem diferença alguma no modo e no excesso do imoderado luxo, nos trajes e adornos de ouro, prata e sedas... excedendo quase todos em muito as suas possibilidades" (216). Uma dessas leis foi a *Pragmática de S. Magde. sobre o Luxo*,

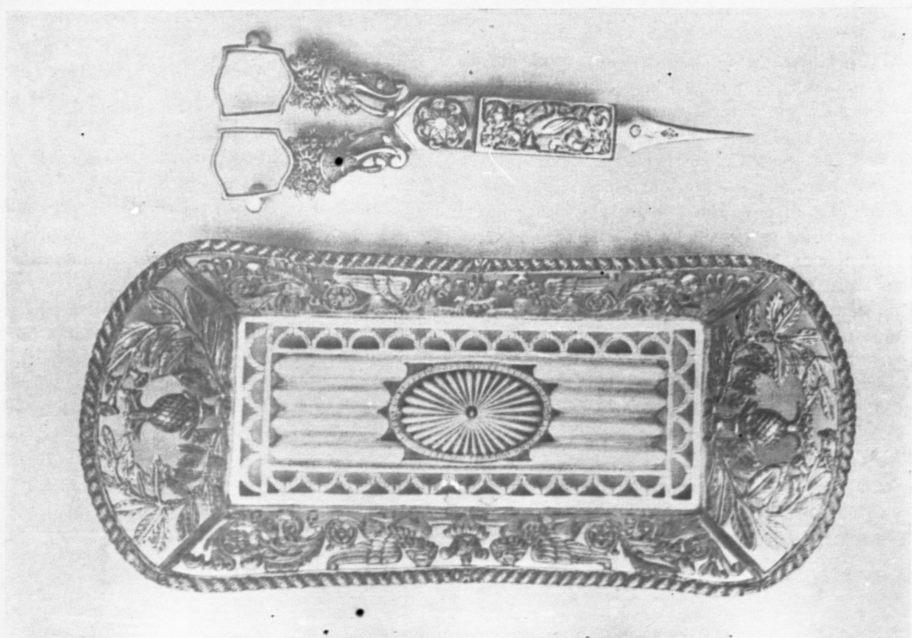
baixada por Dom João V em 1749, contendo 31 capítulos. O soberano se julgava na obrigação de atalhar os prejuízos de seus vassallos, decorrentes do luxo "pernicioso" que entre eles se havia introduzido. As igrejas e o culto divino não estavam incluídos nas disposições da lei; contra as imitações, os requintes de labor no vestuário, e os negros e mulatos das conquistas, é que ela se voltava com particular rigor. Seu destino, porém, ia ser o das antecedentes. O luxo e seus produtos tinham tal importância na economia do império que, ainda no mesmo ano, um alvará real viria atenuar as proibições, tanto em relação ao geral como nas restrições específicas para as pessoas de cor (217).

No terreno religioso, desde o princípio da colonização que se positivou nosso gosto em ornar com metal e pedras preciosas as imagens do culto. Também de metal precioso eram muitos objetos litúrgicos. Começaram os jesuítas, trazendo relicários de prata para as capelas de seus colégios em organização. As denúncias ao Santo Ofício, no fim do primeiro século, tanto na Bahia como em Pernambuco, com frequência referem crucifixos de prata e relicários, que os denunciados, supostamente cristãos-novos, não respeitavam devidamente. Segundo o *Santuário Mariano*, a primeira imagem a ser coberta de prata, "excelentemente lavrada", foi a de Nossa Senhora de Guadalupe, na Sé da Bahia (vide fig. 2). Isso na primeira metade do século XVII. A obra ficou tão bem que as outras irmandades sediadas na mesma igreja mandaram fazer o mesmo com as suas (218). Todavia, imagem coberta de prata nunca se tornou coisa comum. Coroas, sim. Rara é a imagem mencionada naquele catálogo que não possuísse sua coroa de prata. Algumas a tinham de ouro, e muitas, além do régio ornato, adereços em quantidade. A Nossa Senhora das Brotas, na abadia beneditina deste nome, no município de Santo Amaro, Bahia, atualmente extinta, era de

FIG. 22 — *Farinheira no estilo neo-clássico. Prata. Trabalho de ourives bahiano do séc. XIX. Com marca do ensaiador. Diâm. 0,175. Col. Araújo Goes, Bahia. (Foto Voltaire).*

FIG. 23 — *Caia de chimarrão. Prata. Procedente do Rio Grande do Sul. Trabalho de cerca 1800. Alt. 0,18. Col. Marques dos Santos, Rio. (Foto Schultz).*

FIG. 24 — *Bandejete e espivitadeira estilo Império. Prata. Trabalho de ourives do Rio de Janeiro, séc. XIX. Com marcas. Col. Marques dos Santos, Rio. (Foto Mantovani).*



"admirável formosura e agradável rosto", diz o frade; parecia enfeitigar a todos que a contemplavam; seus devotos, arrebatados, não mediam sacrificios. Tinha mantos de tela guarnecidos com rendas de ouro e laços de fitas de pêso; duas coroas, uma das quais sobredourada e cravada de pedras preciosas; brincos de diamantes e de pérolas; gargantilha de ouro esmaltado; broche com uma pedra muito resplandescnte; tantos anéis que não cabiam em todos os dedos, ficando alguns pendentes; suas riquezas não tinham número (219).

Nossa Senhora das Brotas da abadia beneditina não foi a única imagem a receber de seus devotos presentes de subido valor. Em todas as cidades do Brasil colonial encontraremos devoções que reuniram jóias preciosas. Na Bahia de hoje, ainda guardam seus antigos anéis, brincos, colares, coroas, cetros e broches, de ouro e com riquíssima pedraria, as imagens da Virgem do Pilar, da Conceição da Praia e Nossa Senhora do Carmo.

Para os conventos brasileiros, pode-se dizer que a época mais florescente teve início cerca de 1650, interrompendo-se em 1762, quando o marquês de Pombal proibiu o noviciado (220). Foi tempo bastante para que se povessem de todas as alfaías, necessárias ao funcionamento suntuoso do culto, conforme ainda podemos ver naquelas que sobreviveram até nossos dias. A relação das que foram sequestradas aos judeus da Bahia, em 1760, recentemente publicada (221), faz-nos pensar mais num museu do que numa instituição religiosa. Nenhuma outra igreja terá atingido o mesmo esplendor. De norte a sul do país, no entanto, muitas foram as que reuniram um vultoso acervo de alfaías. Quando, em 1827, foi levantado um mapa geral dos bens e propriedades dos Sete Povos das Missões Brasileiras, nos limites com o Uruguai, a prataria encontrada, apesar de todas as vicissitudes por que tinham passado as igrejas, ainda assim podia dar idéja da riqueza que os templos haviam conhecido (222). Não menos rico tinha sido o colégio do Recife (223). Mesmo numa capela de interior, como na Real Fazenda de Santa Cruz, no Estado do Rio, os jesuítas conseguiram ajuntar quantidade apreciável de peças de prata (224). Mas não era somente a Companhia de Jesus que cuidava de cercar o ritual católico de objetos artísticos em metal precioso. Os beneditinos, os franciscanos, os carmelitas, os teresios e outras ordens que cooperaram na formação do Brasil deixaram testemunho palpável de sua prospe-

ridade econômica e de seu zelo pela imponência do culto. Documentos como o *Livro dos Guardiães*, do Convento de São Francisco da Bahia (225) e a *Crônica do Mosteiro de S. Bento de Olinda* (226) evidenciam a preocupação de guarnecer as igrejas ricamente, nunca permitindo que a beleza da liturgia ficasse comprometida pelo uso de objetos estragados ou de menor valor, quando era possível substituí-los.

Na vida profana, conforme, no primeiro quartel do século XIX, havia de observar Tollenare, o luxo era "sólido e bárbaro". Baixelas pesadas e jóias maciças. Os diamantes usados pelas senhoras ofuscavam a vista (227). Outros viajantes ou residentes estrangeiros iriam impressionar-se com a ostentação de facas e punhais com bainha de prata lavrada, arreios, cabos de rebenque, estribos, esporas, botões, abotoaduras, talheres, cafeteiras, copos, bacias e gomis, um luxo de prata e de ouro que, muitas vezes, não correspondia à modestia da habitação e do seu mobiliário. Alguns nomes ficaram célebres como possuidores de extraordinária fortuna em alfaías e jóias: Guilhaume Pompeu de Almeida, morador na Parnaíba, era dono, no século XVII, de mais de 40 arrôbas de prata em baixelas (228); Militão José Alvares, no século XIX, chegou a possuir um copioso aparelho de chá todo em ouro maciço; quando as senhoras da família Carneiro Leão, também no século XIX, se reuniam numa festa, o total de suas jóias não valia menos de seis milhões de francos, calculou o sr. Freycinet (229).

No mundo de fausto e ostentação do Brasil setecentista surgiu a carta régia de 30 de julho de 1766, proibindo o exercício da ourivesaria entre nós. A carta era a conclusão de atos anteriores, visando impedir os abusos que os ourives praticavam, com prejuízo do erário real. Alguns historiadores nossos, como Accioli e Porto-Alegre, atribuíram à medida a intenção de atrasar a indústria do país, possivelmente para proteger ourives de Portugal, que se ressentiam da concorrência (230). Mas o destino da carta-régia foi o mesmo das leis contra o luxo. De tal sorte contrariava os interesses econômicos que nunca chegou a ser cumprida em toda a sua extensão.

Alegava a famosa carta que o contrabando de ouro das Minas Gerais para o Rio de Janeiro, Bahia e portos adjacentes, além de prejudicial ao real serviço, muito afligia os moradores das Minas

Gerais, pois tinham de completar, nas Casas de Fundição, as quotas dos quintos estabelecidos e devidos à coroa. Ademais, a devassa especialmente feita havia provado que a maior causa para esse estado de coisas era a multiplicação dos ourives no Rio, Bahia, Olinda e outros lugares dessas capitanias. Recolhiam o ouro em folhetas e o transformavam tanto em barras falsas que não pagavam os quintos, como em "obras de imagens torpes, e indecentes, de rosários e em outras obras do uso das gentes", artificios que cobriam o roubo e sob cuja forma o metal passava ao reino. Para sanar o mal, determinava, pois, a carta régia:

1. Que os governadores do Rio, Bahia e Pernambuco recrutassem todos os oficiais e aprendizes do ofício de ourives do ouro ou da prata, que fossem solteiros, ou pardos fôrros, e os incorporassem nos Regimentos pagos.

2. Que fechassem tôdas as lojas dos mestres, demolindo as forjas e seqüestrando os instrumentos, pagando-se seu justo valor e os recolhendo às Casas da Moeda ou Fundição das respectivas cidades.

3. Que os mestres assinassem termo judicial comprometendo-se a não exercer mais o ofício, a não ser com ordem especial do Governo, debaixo das penas cominadas para falsificadores de moedas.

4. Que os aprendizes ou artífices escravos fossem remetidos para seus senhores, obrigando-se estes a dar-lhes outras atividades e a não lhes permitir os instrumentos, pena de perda do escravo e degredo para Angola.

A carta régia não abria exceções, era "contra tôdas as pessoas de qualquer estado, qualidade e condição". Permitia, contudo, aos mestres que assim o desejassem, que se transferissem para o reino, com forja e instrumentos. Os que ficassem, sendo realmente peritos e tendo boa fôlha-corrida, gozariam de preferência nos empregos das Casas de Moeda e Fundição, lugares para os quais não se mandariam mais oficiais da metrópole. As alfândegas ficavam proibidas de despachar instrumentos de fundição. Admittiam-se denúncias em segredo (231).

Para cumprimento da ordem régia, na Bahia foi encarregado o ihtendente do ouro João Ferreira de Bittencourt e Sá. Depois da diligência, apresentou ao governador, o conde de Azambuja, lista nominal das 158 ourivesarias demolidas (232). Em abril do ano seguinte, já estavam incorporados nas tropas todos os aprendizes e oficiais, brancos e pardos fôrros,

informava o conde num ofício a Francisco Xavier de Mendonça, acrescentando: "Fora desta cidade, principalmente na vila de Cachoeira e de Santo Amaro, me consta também haver alguns ourives, os quais hei de mandar notificar, para virem fazer os termos, ordenados por S. M., depois de se lhes haver demolido as forjas e seqüestrado os instrumentos do ofício" (233).

No Rio e em Pernambuco, a sorte dos ourives foi idéntica. Na capital do vice-reinado, entretanto, encontraram um intercessor na pessoa do próprio vice-rei, o conde da Cunha, cujo espírito de justiça e senso realista não puderam ficar alheios aos inconvenientes da determinação real. Cumpriu a ordem, é certo, mas em agosto de 1767, despachava um ofício reservado para a metrópole, onde ponderava as circunstâncias que, no decorrer do tempo, iriam demonstrar o absurdo da lei. Na capital da colônia, informou, os ourives, lapidários, cravadores e fundidores constituíam um ramo de negócio de que viviam muitas mil pessoas; só na rua dos Ourives havia 142 lojas, onde trabalhavam muitos oficiais casados, brancos, e muitos escravos de cujos jornais viviam seus senhores e famílias; tôda essa gente tinha elevado padrão de vida, dando um grande consumo às mercadorias do reino; de Buenos Aires se recebiam grandes encomendas que davam renda à alfândega; a maioria dos mestres era de idade avançada, eles nem podiam aprender outro ofício nem ir para Lisboa com suas numerosas famílias; o resultado era que todos se estavam mudando para roças e chácaras afastadas, onde não haveria controle oficial nem faltariam instrumentos fabricados no país; quanto ao aproveitamento dos oficiais nas Casas da Moeda e Fundição oferecia embaraços invencíveis (234).

Somente em 1815, o alvará de 11 de agosto viria derogar a ordem régia de 1766 (235). Nesse longo período de quase meio século, os ourives brasileiros estiveram perseguidos, pois bastaria a consciência da clandestinidade para que não se sentissem seguros. Isso, porém, não impediu que seu número crescesse nem que algumas das mais justamente famosas peças da ourivesaria nacional fossem confeccionadas nessa época. Quando chegou ao Rio, em 1792, o 5º vice-rei, o conde de Rezende, encontrou nada menos de 375 mestres, assistidos por 1.500 oficiais (236). Ainda em 1799, o provedor da Casa da Moeda da Bahia, José Venâncio de Seixas, oficiava a D. Rodrigo de Sousa Coutinho,



FIG. 25 — Paliteiro com ornatos da flora brasileira. Prata. Trabalho do ourives do Rio de Janeiro, Francisco José Vellozo, séc. XIX. Col. Marques dos Santos, Rio. (Foto Schultz).



FIG. 26 — Salva de prata. Procedente do Pará. Trabalho do séc. XIX. Diâm. 0,19. Col. Marques dos Santos, Rio. (Foto Schultz).

comunicando-lhe ser de absoluta necessidade pôr em execução a carta régia de 1766 (237).

Na segunda metade do século XVIII, não obstante a concorrência da louça Companhia das Índias (238), as baixelas de prata continuavam em uso em muitas casas senhoriais. Para a renovação e conserto dessas baixelas, assim como dos talheres, objetos de uso pessoal e alfaia eclesiásticas era indispensável o trabalho dos ourives. Seria inconcebível que se mandasse um garfo quebrado para consertar em Portugal. A carta régia de 1766 era de aplicação rigorosa impossível, a começar pelo dispositivo de aproveitar nas Casas de Moeda e Fundição os oficiais competentes. Os provedores, baseados em seus regimentos próprios, a isso se opuseram, criando dificuldades para o vice-rei e governadores. O da Bahia, Manuel da Silva Ferreira, foi tão atrevido na defesa de suas prerrogativas que terminou indo pagar na prisão do Limoeiro, em Lisboa, a ousadia de fazer face ao conde de Azambuja (239). No Rio, o provedor José da Costa Matos, em 1792, fez o que estava ao seu alcance para evitar que os ourives viessem encontrar agasalho no estabelecimento que dirigia (240).

Em alguns inventários antigos e, sobretudo, nos arquivos de instituições religiosas, encontram-se avaliações de jóias e alfaia, assim como indicações dos emolumentos cobrados pelos ourives. Trabalhos recentes foram enriquecidos com o resumo de avaliações testamentárias, onde se vê a que ponto chegavam os requintes de adorno pessoal e a abundância de prataria doméstica. Haja vista a partilha de bens feita no Engenho Freguesia, na baía de Todos os Santos, em 1843, quando, para 58\$000 em mobiliário, encontraram-se 787\$000 em objetos de prata (241). Monografias sobre conventos, irmandades, igrejas e matrizes têm também revelado o preço pago pelas alfaia. Se quisermos averiguar, porém, quanto os ourives cobraram pelo seu trabalho, as fontes são em número bem menor. E não bastará saber quanto se pagou pela confecção de determinada peça. A não ser que essa peça ainda exista, o que nem sempre acontece, e que se conheçam as condições em que a encomenda foi feita — quem forneceu a matéria-prima e em que quantidade, a como ela estava cotada no momento, etc. — o preço de confecção não poderá esclarecer o custo da mão de obra. Felizmente, até nós chega-

ram documentos com registro específico desse custo. Postos em comparação, mostram altas e baixas alternadas, variações cuja explicação não será simples, pois tanto poderá ter sido consequência do padrão de vida em geral, como ser atribuída à reputação do artífice e à maior ou menor dificuldade na execução da peça encomendada.

Em 1706, a mesa da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, havendo verificado que as lâmpadas da capela se achavam "quebradas, tortas e arruinadas", resolveu chamar o irmão Manoel da Silva de Leão, considerado "um dos mais peritos oficiais de ourives da prata" da cidade, e encarregá-lo da feitura de um lampadário, no "grandor e bitola" igual ao da capela do Santíssimo na Conceição da Praia; ser-lhe-ia dada toda a prata necessária, devendo a obra estar pronta em cerca de 120 dias; seria pago à razão de vinte e quatro tostões (2\$400) por cada marco (242). Em 1792, ano, convém chamar atenção, em que o exercício da ourivesaria no Brasil estava proibido, a lâmpada feita por Manoel da Silva de Leão, além de reformada, e com algumas peças faltando, foi considerada "de molde antigo", indigna da reforma por que acabara de passar a capela-mór da Santa Casa; a mesa deliberou que se fizesse outra, de "risco moderno", com o que a capela atingiria "sua última perfeição"; para modelo, escolheu-se, quanto ao tamanho, a lâmpada da capela-mór da Igreja de São Pedro, quanto ao feitio, as da capela do Santíssimo na mesma igreja. O ourives chamado foi Filipe da Costa Gadelha, que apresentou fiador e comprometeu-se a entregar a obra em três meses. Seria pago à razão de 1\$920 por cada marco (bem mais barato, pois, do que Manoel da Silva de Leão em 1706), nas seguintes condições: a lâmpada devia pesar 116 marcos, e ele nada receberia pelo feitio dos marcos que excedessem; não entregando a obra no prazo estipulado, seria descontado de um tostão no feitio de cada marco; a lâmpada nova devia ter o mesmo toque da velha, que ia ser fundida, para o que algumas peças desta seriam guardadas; não tendo o toque é não obedecendo ao tamanho e modelo prescritos, ficava a Santa Casa desobrigada de recebê-la; mas, se quisesse aceitá-la, pagaria "pelo que tocar na Casa da Moeda" (243), circunstância verdadeiramente desconcertante, quando se considera que a ourivesaria estava proibida. De todos esses lampadários mencionados, somente continuam, nos respectivos lugares, os da Matriz de São Pedro, em-

bora em templo novo. Na Conceição da Praia foram substituídos.

Em 1742, a mesma Santa Casa entregou ao ourives Manoel Domingos de Azevedo uma encomenda de seis castiçais de banqueta, com as garantias usuais; seria pago à razão de 2\$200 pelo feito de cada marco "por não haver quem os fizesse do modo, tamanho e feito que se lhe mostrou, por menos dos ditos dois mil e duzentos réis" (244), o que indica a vigência de um sistema, mesmo rudimentar, de tomada de preços. Mas a Santa Casa não pôde fornecer o necessário para findar a obra, de sorte que, sete anos após, teve de chamar o mestre ourives Antonio Coutinho da Cruz, que gozava da reputação de ser "o mais perito". Ele mesmo apresentou seu risco, que foi aprovado pela mesa, comprometendo-se a entregar a obra feita "em seis meses e quinze dias mais ou menos, sob pena de perder cem mil réis de sua casa e fazenda". Também se obrigava a fazer de "chapas de imprensa" as três peças principais dos castiçais — "a peça grande do pé... a peça do meio... e a peça principal de cima — e não exceder em prata o que fôsse preciso para perfeição do trabalho. Para feito, foram-lhe dados 3\$000 por cada marco (245). Os castiçais foram executados e até hoje existem (vide fig. 7), marcados com o punção pessoal de Antônio Coutinho da Cruz e o punção do ensaiador.

Ainda na Santa Casa, temos a encomenda feita em 1763, ao ourives e membro da confraria Domingos de Souza Marques: castiçais para os altares colaterais, um prato e um jarro pequeno para o sacerdote que cantar Missa nos dias festivos lavar as mãos e dois castiçais "pequenininhos da moda" para o Santíssimo junto ao sacrário. Porque era irmão, e dos mais prestigiados, muitas formalidades foram dispensadas. Cobrou pelo feito 2\$800 cada marco (246).

Noutra instituição baiana, a Ordem Terceira de São Francisco, o ourives capitão Joaquim Alberto da Conceição Matos, que era irmão da Ordem, recebeu 1\$800 por marco, na encomenda de 6 castiçais grandes com sua cruz e 8 menores, ano de 1804 (247). No mesmo ano, porém, na encomenda semelhante que lhe foi dada pela Ordem Terceira do Carmo, onde não era irmão, cobrou 2\$000 o marco (248).

A famosa custódia toda em ouro de lei, pesando 7k,100, e ornada de 331 pedras preciosas e semi-preciosas, no Convento do Destêro (vide fi-

gura 15), também na Bahia, custou de feito, em 1807, 1:100\$000. Foi obra do ourives da prata Boaventura de Andrade, que, no mesmo convento, oito anos depois, 1815, era pago à razão de 2\$300 o marco pela conclusão da lâmpada que recebera inacabada de seu colega Manoel Gonsalves (249).

Nessa época, no Rio de Janeiro, a mão de obra era mais cara. A Ordem 3ª do Carmo, por exemplo, pagou de feito 4\$000 o marco, na encomenda de banquetta composta de 6 castiçais e uma cruz, confiada em 1819 a Antonio Gomes da Silva, considerado o mais hábil ourives da cidade e mestre da Casa Real (250). Talvez seu título e reputação influíssem no preço, mas, mesmo assim, a diferença em relação ao oficial baiano é tão grande (70 % mais elevada) que devemos presumir melhor pagamento dos artifices em geral.

Com a continuação das investigações, possivelmente se chegará a obter dados mais concretos a respeito do salário dos nossos ourives, tanto dos mestres como dos oficiais e ajudantes. Por enquanto, assinalemos, em face do que já se sabe com segurança, que seu trabalho era bem pago, pelo menos nas encomendas de vulto que recebiam.

Seria exagêro dizer que, no Brasil, se tenha criado um estilo original de ourivesaria, no mesmo sentido em que se fala da ourivesaria mexicana ou peruana. Nesses países, a cultura pré-colombiana atingira grau tão avançado, inclusive no trabalho dos metais, que os artifices vindos da Europa não chegariam a afogar o que havia de gosto local, tanto em concepção formal como elementos decorativos, na tradição dos indígenas. Pelo contrário, até se admite que alfaia do Novo Mundo, com ornamentação inspirada nas flores e folhagens nativas, tenham, no século XVII, influenciado o vocabulário decorativo da ourivesaria espanhola (251).

Não se poderá dizer, entretanto, que a arte dos nossos ourives tenha sempre sido um eco transatlântico da ourivesaria portuguesa. Em muitos casos, com certeza, os modelos lusitanos, conhecidos através de livros de riscos ou durante a aprendizagem, foram seguidos ao pé da letra. Torna-se, então, extremamente difícil, numa peça sem marca ou documentação, dizer onde foi executada, se em Lisboa, Porto, Braga, ou no Rio, Bahia, Pernambuco. Isto se verifica, com especialidade, nas obras do século XVII e primeira metade do XVIII, época

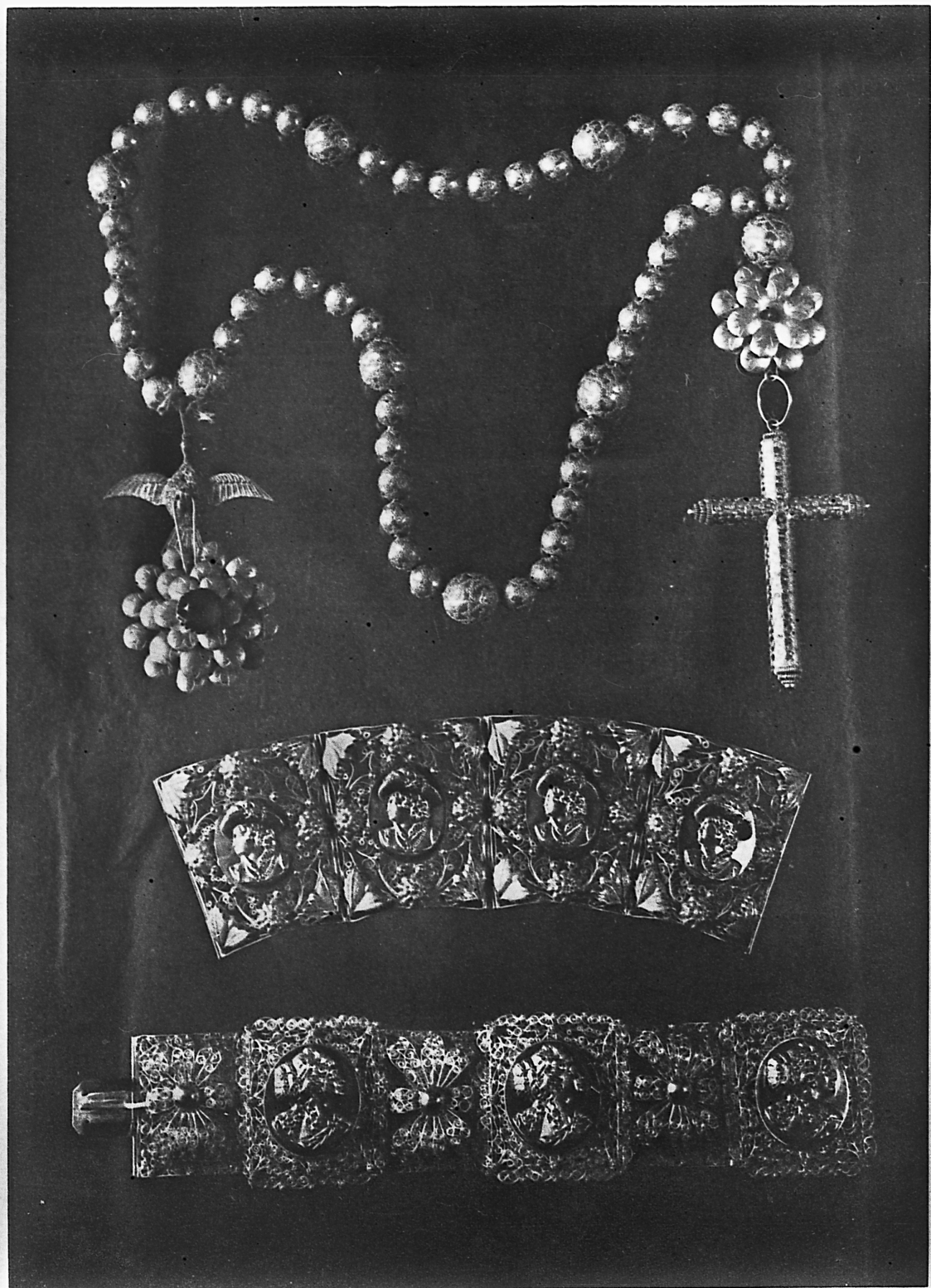


FIG. 27 — Colar de bolas confeitadas, braceletes de filigrana e placas estampadas. Ouro baixo. Joia de crioulas baianas, Seg. met. séc. XIX Compr. bracelete do centro: 0,24. Museu do Estado da Bahia. (Foto Vulture).

em que os officios mecânicos eram entre nós orientados pelos mestres emigrados do reino ou por gente, da mesma raça, que com eles se iniciara. Do momento, porém, em que nossa ourivesaria se viu servida por um sem número de ajudantes (muitos escravos), officiais e, quiçá, mestres, cujas raízes mergulhavam noutra cultura, começaram a manifestar-se diferenças, que se acentuaram com o tempo e que, com fundamento real, animam pessoas verdadeiramente experimentadas na matéria a falar em "sabor" diverso.

Apontar com precisão tôdas essas diferenças, antes de se levantar um inventário amplíssimo das jóias e alfaiaes comprovadamente feitas pelos nossos ourives, com documentação fotográfica abundante, não será possível. Já se consegue todavia indicar algumas características do trabalho brasileiro, quando posto em comparação com o português, a primeira das quais é certa ingenuidade e ao mesmo tempo arrojo, nas proporções e no tratamento decorativo. Muitas vezes, com isso se obteve uma simplificação que conduz à maior plasticidade e, consequentemente, a um maior vigor artístico. Os paliteiros ornados com coisas de nossa flora e fauna (vide figura 25), as bandejetas de espivadeira com pés de garra e galeria de cornucópias ou cisnes geminados (vide fig. 24), as pequenas salvas de orla e pés peroladas, algumas festonadas, os infinitos herloques, os relicários em forma de coração, os brincos ornados de grandes pedras semi-preciosas ou simplesmente decorativas, ou pedaços de coral, as pulseiras e correntões filigranados das crioulas (vide fig. 27), podem servir de illustração. Existe o equivalente feito em Portugal, mas revela um academismo de concepção e de execução, uma preocupação de bem acabado com sacrificio da invenção e do efeito plástico, que prontamente o distinguem de nosso trabalho meio bárbaro, porém, sem dúvida, mais brilhante.

Particularidades da vida regional levaram nossos ourives à produção de objetos que ficaram conhecidos em todo o país, e no estrangeiro, como típicos. Assim a cuia de chimarrão, com sua respectiva bombilha (vide fig. 23), os cabos de rebenque com figuras animais — tatus, cabeças de cachorro ou de cavalo — os arreios, as esporas agigantadas e as bainhas de faca ricamente cinzeladas, do Rio Grande do Sul. As jóias de côco de Minas Gerais. As penceas de balangandans das pretas baianas. Essas

feiticeiras jóias da Bahia vão estudadas noutro capítulo dêste livro, o dedicado à arte popular.

No campo da ourivesaria, digamos, erudita, que é, especialmente, o da prataria eclesiástica, o que mais embaraça sua apreciação estilística é a destruição por que passou. Já vimos como antigamente, tôda vez que um lampadário, um castiçal, uma bacia ou um jarro eram considerados fora de moda ou estavam um pouco defeituosos, em vez de conserto, logo se cuidava de refundi-los para obter outros de "risco moderno". A situação ainda mais se agrava no que toca aos turibulos, pois o calor do fogareiro os estraga com maior rapidez; turíbulo com mais de duzentos anos, só raramente se encontra. Mas houve também a destruição com fins de amodação. A dos objetos de ouro e prata que haviam pertencido aos jesuítas da Bahia, ocorrida em 1799, dado o vulto e antiguidade do acervo sacrificado, constituiu perda irreparável e um dos maiores atentados contra nossas artes menores. Essa fundição em massa é o que se depreende da carta de D. Fernando José de Portugal ao arcebispo da Bahia, Dom Frei Antônio Correia, em 19 de agosto daquele ano; pedia-lhe que entregasse ao Tesoureiro Geral da Fazenda as jóias e alfaiaes confiscadas aos jesuítas e entregues ao então arcebispo. Em 1765, pois se achava a capitania com grandes dívidas a pagar e havia elle recebido ordem para vender todos os próprios da Coroa, inclusive aquelas jóias e alfaiaes, das quais deviam ser remetidas à Casa da Moeda as de ouro e de prata (252). Em tempos recentes, ourives baianos ainda vivos confessam que, quando moços e na meia-idade, tiveram ocasião de desfazer quantidade considerável de jóias antigas, fôsse para a confecção de novas, fôsse para vender o ouro a pêso e a pedraria a granel.

Do que restou — e vamos tomar para exemplo peças simples, como os cálices, âmbulas, os castiçais e as salvas — podemos dizer que, partindo da severidade ainda existente, embora ricamente decorada, no século XVII, e principio do século XVIII, com o advento do rococó nossas alfaiaes se cobriram de ornatos profusamente distribuidos e que vieram submergir a nitidez de seu contorno. Procurava-se o efeito óptico, em vez da beleza linear. Passou-se da imitação de brocado e de pedraria, com que se procurava valorizar a superficie das peças seiscentistas (vide figs. 2 e 3), para as bordaduras de bagos, orlas de fôlhas d'água e frisos de bições (vide figs. 5, 6 e 10), e daí para os concheados, volutas,

acantos, palmas, plumas, cartelas, pingentes, querubins, flores e "chinoiserie" da arte mundana do setecentos (vide figs. 7, 9 e 14). Com o movimento néo-clássico, que entre nós corresponde ao estilo chamado D. Maria, observou-se o restabelecimento do valor da forma, recuando o ornato para um papel secundário. Temos guirlandas, florões, perolados, caneluras (vide figs. 18 e 22), mas que realçam a silhueta dos objetos, em vez de comprometê-la, como nos estilos Dom João V e Dom José. O estilo Empire, que no Brasil se fez sentir na primeira metade do século XIX, viria, em nome do ornato, sacrificar um pouco da pureza néo-clássica. Ao mesmo tempo, porém, muitos ourives continuaram na tradição rococó, deixando peças em que os elementos decorativos não diferem (vide fig. 12), mas são organizados de maneira tão simétrica e tímida que se sente com facilidade a falta do espírito que inspirava o trabalho dos artifices do século anterior. Há muitas obras do século XIX nos estilos Dom João, Dom José e D. Maria. Não havendo recebido as marcas da época, ou não possuindo documentação, poderão conduzir a classificações errôneas. Cabe ao investigador, valendo-se da experiência com as peças de estilo autêntico, chocar-se com a bastardia estilística. Com a industrialização da ourivesaria, durante o século passado, foi enorme sua decadência artística. A respeito de Portugal, já se disse que, para ressuscitá-la, tornou-se preciso investigar todos os motivos decorativos do século XVIII (253).

No campo, que não é pequeno, das peças lisas, o estudo dos estilos é, naturalmente, menos complexo; obedece, entretanto, à mesma evolução de sentimento plástico, passando do severo ao gracioso, e terminando no mau gosto, que, no caso, é, sobretudo, a proporção canhestra. Nos cálices e âmbulas, haste de nó ovoide entre tambores no século XVII; piriforme entre tambores (vide fig. 20) e depois simples torneados no século XVIII; em forma de gomil invertido entre torneados no período bom do século XIX.

A técnica de execução, a não ser os processos industriais, pouco oferece como critério de classificação. O "repoussé", o cinzelado, o gravado e o moldado em fundição veem de longa data. Onde podemos encontrar diferença significativa é na maneira de armar a peça, revelando as mais antigas uma estrutura menos dividida. Nos castiçais, por exemplo, encontramos as diferentes partes entre si

atarraxadas no século XVII; depois, separadas e entre si armadas mediante espigão de ferro, que atravessa o fundo do bocal, em seguida a haste, e fica prêso com porca dentro da base; finalmente, já no século XIX, tornam-se inteiriços, graças à soldagem das partes uma na outra. Nas coroas, os diademas das mais antigas constituem uma só peça com quatro pernas, cada uma das quais se prende no alto do coronel; nas mais novas, são quatro peças, que se prendem no coronel e no ponto de cruzamento são reunidas mediante parafuso.

Para dizer com precisão a data e autor de uma alfaia ou jóia brasileira, o ideal é possuir documentação, como seja o contrato da encomenda, e que a peça se ache marcada com o punção de quem a fez. Tratando-se de peças únicas, como muitas vezes acontece, bastará a documentação. É o caso de um sacrário, quando conservado no local de origem, ou de uma custódia de ouro, como a do Convento do Destêrro. De regra, porém, as peças não são únicas, e nem sempre se encontram no local de origem. A documentação perde então de valor, e temos de nos socorrer das marcas, tanto da individual, do ourives autor, como da de inspeção, colocada pelo ensaiador. Mas estas só podem indicar a data aproximada, pois tanto os ensaiadores como os ourives usaram uma só marca, desde o dia em que a registravam na Câmara até que se retiravam da atividade. Que diferença da contrastaria inglesa, onde, além dos punções de garantia do metal e do autor, se tem uma letra indicadora do ano!

Grande parte das peças de nossa ourivesaria não tem marca nenhuma, e poucas são as que possuem documentos. O pesquisador tem de proceder por comparação cautelosa, usando, para isso, tanto as peças autenticadas como pinturas e retratos antigos, estampas, livros, e o trabalho realizado noutros países.

Conforme se terá visto, ao longo deste trabalho, muito nos falta para chegar a conclusões definitivas, no estudo da ourivesaria brasileira. Entretanto, dados existem, embora muitos ainda se encontrem escondidos em arquivos, tanto governamentais como eclesásticos. Aguardam apenas pesquisadores interessados. Esperemos que, no futuro, seja escrita a história completa de uma das mais ricas artes menores do Brasil.

JOSÉ E GIZELIA VALLADARES

NOTAS CONTENDO BIBLIOGRAFIA

1. KNIVET (ANTONIO) — "Narração da viagem que, nos annos de 1591 e seguintes, fez Antonio Knivet da Inglaterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomas Candish". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio, 1878, t. 41, parte 1^a, p. 239.
2. SOMBRA (SEVERINO) — *História monetária do Brasil colonial*. Edição revista e aumentada. Rio, 1938, p. 35.
3. TAUNAY (AFONSO D'ESCRAGNOLLE) — *São Paulo nos primeiros annos (1554-1601)*. Tours, 1920, p. 160.
4. ALDENBURG (JOHANN GEORG) — "A invasão holandesa na Bahia, 1624-1625". *Anais do Arquivo Público da Bahia*, Bahia, 1938, v. 26, p. 110-114. Num tópico relativo a combate que se travou dentro do Mosteiro, o tradutor e comentador de Aldenburg, D. Clemente Maria da Silva Nigra OSB, mostra seu exagero quanto ao número de mortos. Provavelmente, também exagerou a respeito da prata e ouro. De qualquer forma, fica-nos a impressão de que, na Bahia do primeiro quartel do séc. XVII, como Artemio de Valle-Arizpe notou em relação ao México (*Notas de platería*, México, 1941, p. 186), "los utensilios para los más viles desahogos fisiologicos eran de buena plata".
5. SOUSA (GABRIEL SOARES DE) — *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*. 3^a edição. São Paulo, 1938, p. 141.
6. CARDIM (FERNÃO) — *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio, 1925, p. 328-9.
7. *Cartas avulsas, 1550-1568*. Edição da Academia Brasileira. Rio, 1931, p. 309.
8. NÓBREGA (PADRE MANOEL DA) — *Cartas do Brasil, 1549-1560*. Edição Academia Brasileira. Rio, 1931, p. 111.
9. SOUSA, *op. cit.*, p. 129.
10. *Cartas avulsas, 1550-1568*, p. 292.
11. *Ibid.*, p. 441.
12. ANCHIETA (PADRE JOSEPH DE) — *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões, 1554-1594*. Edição Academia Brasileira. Rio, 1933, p. 396, 413 e 426.
13. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Edição Academia Brasileira. Rio, 1930, p. 37 e 144.
14. LAVAL (FRANCISCO PYRARD DE) — *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*. Porto, 1944, v. 2, p. 230, 293 e 166.
15. CANNABRAVA (ALICE PIFFER) — *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo, 1944, p. 65-6. A não ser que se faça outra indicação, todas informações relativas a esse tráfico foram colhidas na importante obra da pesquisadora paulista.
16. O valor aquisitivo do péso, na América Espanhola, correspondia mais ou menos ao do dólar atualmente (C. E. CHAPMAN, *Colonial Hispanic America — a history*, apud CANNABRAVA, *op. cit.*, p. 13 nota).
17. Cf. TAUNAY — *op. cit.*, p. 58-9.
18. SANTA MARIA (PADRE AGOSTINHO DE) — "Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora... tomo nono". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, 1947, n. 71, p. 37.
19. SOMBRA — *op. cit.*, p. 76, 149 e 258.
20. NIGRA (DOM CLEMENTE MARIA DA SILVA) — "Os dois grandes lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro". *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio, 1941, n. 5, p. 286.
21. Arquivo da Sta. Casa de Misericórdia do Salvador, Bahia. *Livro 4^o dos acórdãos*, f. 21 v.
22. ALVES (MARIETA) — *História da Venerável Ordem 3^a da Penitência do Seráfico Pe. São Francisco da Congregação da Bahia*. Bahia, 1948, p. 135-71.
23. LUCOCK (JOHN) — *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante... 1808 a 1818*. São Paulo, 1942, p. 306.
24. SOMBRA — *op. cit.*, p. 284.
25. Cartas régias de 2-1-1682, 2-9-1684 e 28-11-1693. Cf. SOMBRA, *op. cit.*, p. 95, 96 e 110.
26. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, v. 16, p. 153-4.
27. *Ibid.*, p. 101-2.
28. *Ibid.*
29. SOMBRA — *op. cit.*, p. 170.
30. Arquivo Público da Bahia — *Ordens régias*, livro 49, f. 179r-182r.
31. ANTONIL (ANDRÉ JOÃO) — *Cultura e opulência do Brasil*. Salvador, 1950, p. 286-7.
32. RUGENDAS (JOÃO MAURÍCIO) — *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo, 1940, p. 47.
33. Carta régia de 16-11-1770, in *Anais do Arquivo Público da Bahia*, v. 20, p. 278.
34. WALSH (R.) — *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Boston, 1831, v. 1, p. 252.
35. DEBRET (JEAN BAPTISTE) — *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo, s.d., t. 1, v. 2, p. 284. Para uma relação das pedras preciosas e

- semi-preciosas usadas na joalheria brasileira, cf. BARROSO (GUSTAVO), *Introdução à técnica de museus*. Rio, 1947, v. 2, p. 418-23, e BASTOS (HAYDEE DI TOMMASO), "Contribuição para o estudo da ourivesaria no Brasil". *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1943, p. 241-57.
36. SPIX (J. B. VNO) e MARTIUS (C. F. P. VON) — *Viagem pelo Brasil*. Rio, 1938, v. 2, p. 284.
37. Variedade de peridoto; de cor amarelada, esverdeada ou quase branca.
38. MAWE (JOHN) — *Viagens ao interior do Brasil*. Rio, 1944, p. 109, 229-30 e 308.
39. LUCKOCK — *op. cit.*, p. 330.
40. MACHADO (AIRES DA MATA) — *Arraial do Tijeco, cidade Diamantina*. Rio, 1944, p. 117.
41. No sistema decimal de pesos equivale o marco a 229gr.523 e a oitava a 3grs.586.
42. Do ms. na Biblioteca Nacional do Rio, da autoria de Gonzaga de Carté, sobre conversão de moedas, padrão corrente e outro em pó, 1791 (*Apud* SOMBRA, *op. cit.*, p. 261). No México os ourives trabalhavam com ouro de 22 quilates (FERNANDO MARQUEZ MIRANDA, *Ensayos sobre los artifices de la platería en el Bugnos, Aires colonial*. Buenos Aires, 1933, p. 52). Em Portugal, o toque do ouro era inicialmente dêse mesmo quilate, sendo por lei vendido a 940 réis a oitava. A partir de 1669, nova lei permitiu ouro manufaturado até 21 quilates, ao preço de \$1800 a oitava. Pelo decreto de 4-8-1688, o ouro manufaturado devia ter o toque de 20 quilates e meio, e foi autorizada a venda da oitava a \$400 (LAURINDO COSTA, *Uma arte famosa*. Porto, 1920, p. 26 nota e, 41 nota). A D. João V (Reinante 1706-50) deve-se o rebaixamento do estalão para 18 quilates, nas obras lavradas (LAURINDO COSTA, *As contrastarias em Portugal*. Porto, 1926, p. 124).
43. ANTONIL — *op. cit.*, p. 236.
44. SOMBRA — *op. cit.*, p. 235, 103 e 273.
45. Arquivo da Ordem 3ª do Carmo do Salvador, Bahia, *Livro 3º da receita e despesa da nova capela da Venêravel Ordem 3ª de N. S. do Monte do Carmo*, f. 116. O mesmo preço de \$400 a oitava pagou o Convento do Desterro da Bahia em 1807 na custódia de ouro feita pelo ourives Boaventura de Andrade (Arquivo do Convento do Desterro, Bahia, *Recibos*).
46. Arquivo do Mosteiro de S. Bento de São Paulo, *Livro da mordomia*, f. 247 (Gentileza de D. Clemente Maria da Silva Nigra, OSB).
47. MARQUEZ MIRANDA — *op. cit.*, p. 52, e VALLE-ARIZPE, *op. cit.*, p. 190-1.
48. A lei de 10 dinheiros e 6 grãos foi fixada em Portugal pelo decreto de 4-8-1688. Cf. COSTA, *Uma arte...*, p. 41 nota, e também SOMBRA, *op. cit.*, p. 33, 53, 54, 73 e 103.
49. JOHNSON (ADA MARSHALL) — *Hispanic Silver-work*. New York, 1944, p. 136.
50. SANTOS (FRANCISCO MARQUES DOS) — "A ourivesaria no Brasil antigo". *Estudos brasileiros*, Rio, 1943, n. 29-30, p. 637.
51. HAVARD (HENRY) — *L'orfèvrerie*. Paris, s.d., p. 38.
52. Arquivo Municipal do Salvador, *Atas da Câmara 1690-1702*, f. 47r a 48v.
53. SOMBRA — *op. cit.*, p. 53, 73, 75, 81, 103, 184, 239 e 258. Para o preço em 1694, cf. também o "Termo de vistoria do dinheiro, que se achou no cofre, que se examinou por ver o crescimento que se achou", in Arquivo Municipal do Salvador, *Atas da Câmara 1690-1702*, f. 79r: "...a razão de sete mil e quarenta réis ao marco, na forma da nova lei...".
54. Arq. da Sta. Casa de Misericórdia do Salvador, *Livro 4º dos acórdãos*, f. 178v.
55. NIGRA — *op. cit.*, p. 286.
56. ALVES — *op. cit.*, p. 144 e 147.
57. Arq. da O. 3ª do Carmo do Salvador, *Livro 3º da receita...*, f. 116.
58. Arq. do Conv. do Desterro, Bahia (Gentileza de irmã M. do Rosário).
59. SANTOS (MARQUES DOS) — *op. cit.*, p. 634.
60. ALVES — *op. cit.*, p. 158, 160, 162, 164 e 168.
- 60a. BARATA (MÁRIO) — *Ensaio de numismática e ourivesaria*. Rio, s.d., p. 116. As referências ao preço das pedras preciosas são muito raras. Sabemos, todavia, que na Bahia, em 1807, o quilate do diamante era vendido a 108000. Cf. Arq. do Conv. do Desterro, Bahia, *Recibo de Boaventura de Andrade*.
61. Arq. Munic. do Salvador, *Marcas dos ensaiadores 1725-1766*, f. 55v. E havia também, de certo modo relacionados com a ourivesaria, os oficiais bate-fó-lhas, a quem competia a manufatura dos páes de prata e de ouro, ou seja, das folhetas de ouro e de prata destinadas ao douramento e prateamento. Seu regimento, tão antigo quanto o dos ourives, estabelecia provas de habilitação bem cuidadosas. No Brasil colonial, houve bate-fó-lha que chegasse a gozar de posição social, como Joaquim Alvarcz de Araújo (fal. 1835), que em 1785 foi admitido como irmão de maior condição na Santa Casa de Misericórdia do Salvador (*Livro 4º de termos dos irmãos*, f. 143r.). Ainda em 1816, o marquês de Aguiar determinava que a Casa da Moeda do Rio de Janeiro entregasse mensalmente a João Armando Ferreira um marco de ouro, para o laboratório de bate-fó-lhas de que estava encarregado a serviço da Casa Real, pagando o mesmo preço que os ourives que trabalhavam para o Paço (MARQUES DOS SANTOS, *op. cit.*, p. 641). A. J. DE MELLO MORAIS os viu trabalhando em Salvador, em 1839, numa

- "pedra sobre a qual o artista estendia o ouro e a prata para o reduzir a lâminas conhecidas por pão de ouro e de prata, com que se douravam os templos e os objetos de luxo" (*O Brasil social e político*, p. 54, apud ANTÔNIO DA CUNHA BARBOSA, "Aspectos da arte brasileira colonial", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio, 1898, t. 61, parte 1ª, p. 99). O mestre bate-fólvá desapareceu do Brasil, quando os páes de ouro e prata passaram a ser importados. Hoje em dia, poucos conhecem a existência desse ramo do artesanato antigo.
62. COSTA, *Uma arte...*, p. 50 e seg.
 63. JOHNSON — *op. cit.*, p. 65.
 64. Arq. Munic. do Salvador, *Marcas dos ensaiadores 1725-1766*, f. 38v.
 65. *Ibid.*, f. 13r.
 66. COSTA, *Uma arte...*, p. 53 nota.
 67. TORRE REVELLO (JOSÉ) — *La orfebrería colonial en Hispanoamérica y particularmente en Buenos Aires*. Buenos Aires, 1945, p. 41.
 68. VALLE-AZIZE — *op. cit.*, p. 114.
 69. TORRE REVELLO — *op. cit.*, p. 55-6 e 59.
 70. MARQUEZ MIRANDA — *op. cit.*, p. 64-3.
 71. *Ibid.*, p. 70.
 72. COSTA — *Uma arte...*, p. 22.
 73. MARQUEZ MIRANDA — *op. cit.*, p. 30.
 74. JOHNSON — *op. cit.*, p. 34 e 43.
 75. *Livro dos regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal Cidade de Lisboa (1572)*. Publicado por Vergílio Correia. Coimbra, 1926, p. 1 e 16 (Cap. 1, art. 1 e cap. 2, art. 1).
 76. *Primeira visitaçāo do Santo Officio ás partes do Brasil; Denunciações de Pernambuco, 1593-1595*. São Paulo, 1929, p. 315.
 77. ANTUNES (DE PARANHOS) — "Os prateiros do Rio Grande do Sul". *Provincia de São Pedro, Porto Alegre*, 1949, n. 13, p. 118-9.
 78. CHARLEVOIX (C.) — *História do Paraguai, apud BARBOSA, op. cit.*, p. 96.
 79. VALLE-AZIZE — *op. cit.*, p. 156.
 80. COSTA (F. A. PEREIRA DA) — "Estudo histórico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco; Inéditos do Dicionário Histórico e Geográfico Pernambucano". *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Pernambuco, 1900, n. 54, p. 32.
 81. *Ibid.*, p. 31.
 82. Arq. Munic. do Salvador, *Portarias 1710-1725*, f. 100v-101r.
 83. VILHENA (LUIZ DOS SANTOS) — *Recopilação de noticias soteropolitanas e brasiliicas contidas em XX cartas*. Bahia, 1921, v. 1, p. 139-141.
 84. AZEVEDO (MOREIRA DE) — *O Rio de Janeiro*, v. 1, p. 263-4 (Gentileza de D. Clemente Maria da Silva Nigra OSB).
 85. GRAHAM (MARIA) — *Journal of a voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. London, 1824, p. 197.
 86. SPIX e MARTIUS — *op. cit.*, v. 1, p. 123.
 87. RIBEYROLLES (CHARLES) — *Brasil pitoresco*. São Paulo, 1941, v. 1, t. 2, p. 170.
 88. NIGRA (DOM CLEMENTE MARIA DA SILVA) — "A prataria sciscitista do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro". *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1942, n. 6, p. 266.
 89. FREYRE (GILBERTO) — *Sobrados e mucambos*. São Paulo, 1936, p. 125.
 90. Arq. Munic. do Salvador, *Atas da Câmara 1690-1702*, f. 47r a 48v.
 91. SANTOS (MARQUES DOS) — *op. cit.*, p. 626. A carta régia também se applicava a Olinda, cf. COSTA (PEREIRA DA), *op. cit.*, p. 31.
 92. SANTOS (MARQUES DOS) — *ibid.*
 93. *Atas da Câmara*. Documentos históricos do Arquivo da Cidade do Salvador, Bahia, 1949, v. 2, p. 388-395.
 94. VALENTE (OSVALDO) — "Aspectos da ourivesaria colonial". Conferência n. 518 do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 10-10-1947.
 95. Arq. Munic. do Salvador, *Marcas dos ensaiadores 1725-1766*.
 96. Ofício de 15-7-1747, cf. SOMERA, *op. cit.*, p. 183.
 97. SILVA (IGNACIO ACCIOLI DE CERQUEIRA E) — *Memórias históricas e políticas da Provincia da Bahia*. Bahia, 1892, v. 1, p. 379-80.
 98. PEIXOTO (EDUARDO MARQUES) — "Descaminhos do ouro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio, 1910, t. 72, parte 2ª, p. 172.
 99. SPIX e MARTIUS — *op. cit.*, v. 2, p. 545; GRAHAM, *op. cit.*, p. 334 (apêndice).
 100. Arq. Munic. do Salvador, *Livro primeiro dos termos das marcas dos ourives do ouro e prata desta Cidade 1824-1845*.
 101. COSTA — *Uma arte...*, p. 19, 45 e 46.
 102. VALLE-AZIZE — *op. cit.*, p. 122.
 103. LAVAL — *op. cit.*, v. 2, p. 227.
 104. "Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar". Organizado por Eduardo de Castro e Almeida. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, p. 59, p. 419-20.
 105. PEIXOTO — *op. cit.*, p. 171.
 106. Arq. Publ. da Bahia, *Ordens régias*, v. 49, f. 4i, 17v e 23r.
 107. GRAHAM — *op. cit.*, p. 137 e 189.

108. PEIXOTO — *op. cit.*, p. 172.
109. SOMBRA — *op. cit.*, p. 164 e 194.
110. Arq. da Santa Casa de Misericórdia do Salvador, *Livro 1º do tombo*, f. 72r-85v.
111. *Ibid.*, f. 143v-153r.
112. *Ibid.*, *Livro 1º dos acórdãos*, f. 18v.
113. *Ibid.*, *Livro 1º do tombo*, f. 198r-210v. Embora não se fale em "gente muito pobre", outro ourives cuja descendência se viu beneficiada pelos amigos foi João do Vale Pontes. Em 1688, D. Isabel da Costa, viúva de Serafim Almeida Rabelo, fez uma mudança no seu testamento, determinando, além das outras coisas, que "dêste favor e privilégio gozarão as filhas de João do Vale Pontes, ourives da prata, e de sua mulher, Beatriz de Azevedo, para que cada uma delas haja os ditos duzentos mil réis para ajuda de seu casamento, e os filhos machos do dito... e de sua mulher que se ordenarem clérigos levarão cada um... os ditos mil cruzados" (*Ibid.*, *Livro 3º do tombo*, f. 24v.).
114. *Atas da Câmara*. Documentos históricos..., v. 2, p. 128.
115. Arq. da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, *Livro 1º do tombo*, f. 234r.
116. BASTO (A. DE MAGALHÃES) — "Varandim de St. Eloy: a nobreza do ofício de ourives". *Ourivesaria portuguesa*, 1948, n. 3-4, p. 138-40.
117. JOHNSON — *op. cit.*, p. 10.
118. *Ibid.*, p. 44.
119. *Ibid.*, p. 91.
120. COSTA (LAURINDO) — "As corporações dos ourives". *I Congresso e Exposição de Ourivesaria Portuguesa*, Porto, 1923, p. 20.
121. COSTA — *Uma arte...*, p. 27 nota, e COSTA (LAURINDO), *Artistas portugueses*, Porto, 1922, p. 52.
122. COSTA — "As corporações...", p. 20, e *Uma arte...*, p. 39.
123. *Livro dos regimentos...*, p. 14 (Cap. 1, art. 35 e 36).
124. VALLE-ARIZEPE — *op. cit.*, p. 260.
125. MARQUEZ MIRANDA — *op. cit.*, p. 69. Na Bahia, o fato de, na Santa Casa de Misericórdia, serem os ourives admitidos como irmãos de menor e não maior condição, conforme trataremos adiante, indica que nunca deixaram de ser considerados oficiais mecânicos.
126. CAMPOS (JOÃO DA SILVA) — *Procissões Tradicionais da Bahia*. Bahia, 1941, p. 230.
127. *Ibid.*, p. 111-2 e 116.
128. VASCONCELOS (SALOMÃO DE) — "Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII". *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio, 1940, n. 4, p. 55.
129. *Op. cit.*, t. 2, v. 3, p. 73.
130. *Anais do Arquivo Público da Bahia*. Bahia, 1923, v. 13, p. 129-30.
131. Arq. Pub. da Bahia, *Cartas a S. Magestade*, v. 8, f. 386r-388v.
132. Arq. da Santa Casa de Misericórdia do Salvador, *Livro 3º de termos dos irmãos*, f. 61r.
133. *Atas da Câmara*. Documentos históricos do Arquivo da Cidade do Salvador. Bahia, 1949, v. 3, p. 334.
134. Embora não sejam do Brasil, cabe mencionar os dois mais belos exemplos de ourives da América Latina que atingiram posição excepcional entre seus contemporâneos. Um foi Luis Rodriguez Alconedo (1761-1815), herói da independência mexicana, e outro São Felipe de Jesus (fal. 1597), também do México. Os norte-americanos possuem uma figura ilustre em Paul Revere (1735-1818), ligado à independência do país. No terreno religioso, e isto no Brasil, temos ainda Francisco de Mendonça, oficial de ourives em Portugal que, vindo para cá, transformou-se em ermitão e foi o descobridor (cerca 1680) do santuário do Bom Jesus da Lapa, às margens do rio São Francisco (Santa Maria, *op. cit.*, p. 169).
135. MARQUEZ MIRANDA — *op. cit.*, p. 63.
136. *Atas da Câmara*. Documentos históricos do Arquivo da Cidade do Salvador. Bahia, 1944, v. 1, p. 6.
137. *Livro dos regimentos...*, cap. 1, art. 4 e 8.
138. *Ibid.*, cap. 2, art. 5-8 e 15.
139. *Ibid.*, cap. 1, art. 32-3.
140. *Ibid.*, cap. 4, art. 5-6.
141. COSTA — *Uma arte...*, p. 22-3.
142. VASCONCELOS — *op. cit.*, p. 331.
143. COSTA (PEREIRA DA) — *op. cit.*, p. 34.
144. *Livro dos regimentos...*, cap. 1, art. 5, e cap. 2, art. 11.
145. Arq. Munic. do Salvador, *Cartas de exame dos oficiais* 1713-1729, f. 170v e 171r.
146. *Ibid.*, f. 62r.
147. *Ibid.*, f. 170v e 171r.
148. Cf. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. 44, p. 299.
149. Cf. VASCONCELOS — *op. cit.*, 342-3.
150. VALLE-ARIZEPE — *op. cit.*, p. 144.
151. MARQUEZ MIRANDA — *op. cit.*, p. 54.
152. VALLE-ARIZEPE — *op. cit.*, p. 154.
153. COSTA — *Uma arte...*, p. 43.
154. TORRE REVELLO — *op. cit.*, p. 49.
155. *Ibid.*, p. 63-4, 67 e 72; VALLE-ARIZEPE, *op. cit.*, p. 260, e MARQUEZ MIRANDA, *op. cit.*, p. 13.
156. COSTA — *Artistas portugueses*, p. 54.
157. *Atas da Câmara*. Documentos históricos..., v. 1, p. 10-11.
158. *Ibid.*, v. 2, p. 16, 256 e 353.
159. SOMBRA — *op. cit.*, p. 126.

160. SPIX e MARTIUS — *op. cit.*, v. I, p. 124.
161. COSTA (PEREIRA DA) — *op. cit.*, p. 34.
162. LEITE (PADRE SERAFIM) — *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio, 1938, v. 2, p. 391-2, e v. 3, p. 10-11.
163. COSTA — "As corporações...", p. 20.
164. VALLE-AZÍPE — *op. cit.*, p. 124, e TORRE REVELLO, *op. cit.*, p. 33-6.
165. COSTA — *Uma arte...*, p. 66 nota.
166. SANTOS (ANTÔNIO ALVES FERREIRA DOS) — *A Arquidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio, 1914, p. 100. Como em Pernambuco, os ourives do Rio foram distintamente separados em ourives do ouro e ourives da prata. Tiveram séria desunião em 1758, o que motivou a cisão da confraria, os da prata procurando guardia para sua imagem no altar da Congregação do Senhor Bom Jesus do Calvário; mas em 1790 voltaram às boas, e todos ficaram na Igreja das Recolhidas de Nossa Senhora do Parto (Cf. f. 45 do Livro n. 116, de notas do tabelião José Coelho Rollien Wan Deck, hoje 4º Ofício, de Belisário Távora. Gentileza de D. Clemente Maria da Silva Nigra OSB).
167. KIDDER (DANIEL P.) — *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. São Paulo, 1940, p. 51.
168. Arq. da Santa Casa da Misericórdia do Salvador, Livro 2º de termos de irmãos, f. 318-v, e Livro 4º, f. 294r.
169. *Ibid.*, Livro 4º, f. 158v.
170. *Ibid.*, f. 311v, e Arq. da O. 3º do Carmo do Salvador, Resoluções 1745-1793, f. 94r-v.
171. OKIE (HOWARD FITCHER) — *Old silver and old sheffield plate*. New York, 1942, p. 1.
172. JOHNSON — *op. cit.*, p. 47.
173. MARQUEZ MIRANDA — *op. cit.*, p. 59.
174. HAVARD — *op. cit.*, p. 14.
175. *Atas da Câmara*. Documentos históricos..., v. 3, p. 205.
176. *Ibid.*, v. 4, p. 31.
177. COSTA — *Uma arte...*, p. 27.
178. COSTA — *As contrastarias...*, p. 50 nota e 89.
179. SANTOS (MARQUES DOS) — *op. cit.*, p. 635-6. JACKSON (CHARLES JAMES) — *English goldsmiths and their marks*. Los Angeles, 1921, p. 34-6, discrimina três tipos de ensaio para ouro e prata. O primeiro, da pedra de toque, com ácido azótico, é o mais conhecido e mais fácil, acessível a qualquer pessoa que disponha, para comparação, das chamadas "agulhas de toque" — pontas de metal previamente ensaiado com indicação (gravada) de sua lei. Mas esse processo não dá resultados satisfatórios com a prata. O outro processo, por ele chamado "crucible assay", provavelmente conhecido desde 1300, é muito complicado, sendo satisfatório para ambos metais. Provavelmente era este que os ensaiadores do ofício do ouro e da prata tinham necessidade de aprender com os ensaiadores da Moeda. O terceiro processo, que só se aplica à prata, é denominado "wet process assay"; também muito complicado, utiliza o sulfocianido de amônio. Há indicações de que os ensaiadores da Moeda erram técnicos de grande competência: em 1771, Antônio da Silva, "ensaiador da Casa Real da Moeda, e ourives da prata" em Lisboa, na Regia Officina Typografica, publicou substanciosa obra de 532 páginas, intitulada *Directorio practico da prata, e ouro, em que se mostram as condições, com que se deve: lavar estes dous nobilissimos metaes, para que se evitem nas obras os enganos, e nos artifices os erros*.
180. Arq. Munic. do Salvador, *Atas da Câmara* 1690-1702, f. 51r-v.
181. *Ibid.*, f. 79r e 107r.
182. *Ibid.*, *Portarias* 1817-1831, f. 92v-93r. Antes porcia que os regimentos fossem postos em vigor entre nós, baixaram-se na Bahia posturas municipais, a respeito dos contrastes de ouro e prata. Assim a de 1696, reiterada em 1716, na qual se determinava que os afiladores do Conselho, os contrastes do ouro e da prata e seus oficiais tivessem cadernos especiais para assentamento do dia, mês e ano em que aferissem pesos, balanças e medidas, assim como as peças de ouro e prata que pesassem e avaliassem, com indicação de sua importância, pessoas a que pertenciam e respectivo enderço, tudo com o fim de resolver dúvidas porventura levantadas, quer na juízo quer particularmente. Faltando ao cumprimento da postura, pena de seis mil réis pela primeira vez, na segunda a mesma pena e suspensão total do ofício (Arq. Munic. do Salvador, *Posturas* 1630-1787, f. 77r; *Ibid.*, 1696-1726, f. 2r e 6r; *Ibid.*, 1716-1742, f. 4r-v).
183. Utilizamos o *Repertório Jurídico do Mineiro*. Organizado por Francisco Inácio Ferreira. Rio, 1884, p. 186-191.
184. Arq. Munic. do Salvador, *Marcas dos ensaiadores* 1725-1766, f. 17v.
185. *Ibid.*, f. 5r.
186. *Ibid.*, f. 13r.
187. *Ibid.*, f. 32v.
188. *Ibid.*, f. 38v.
189. *Ibid.*, *Livro primeiro dos termos das marcas dos ourives do ouro e prata desta Cidade* 1824-1815, f. 2v.
190. SANTOS (MARQUES DOS) — *op. cit.*, p. 636. No catálogo da biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, acha-se fichado um trabalho com o título *Os ensaiadores de ouro e prata na Bahia*, editado na tipografia de J. G. Tourinho em 1872 (Referência I-20, 4, 246). Foi retirado há alguns anos por um sócio e nunca mais devolvido.
191. *Ibid.* — Já concluído este trabalho, viemos a conhecer, graças à Diretoria do Patrimônio Histórico, uma monografia inédita e recentemente preparada,

- da autoria do ilustre pesquisador mineiro, cônego Raimundo Trindade, a respeito dos ourives de Minas Gerais no período colonial. Aí se verifica que em 1742, o Senado da Câmara de Vila Rica nomeou por três anos a João de Lana, para contraste e ensaiador do ouro e da prata, aprovando para seu regimento o que fôra promulgado em Lisboa em 1693, e que também era usado no Rio de Janeiro. Os documentos referentes a João de Lana falam outrossim de marcas de ourives e ensaiadores em Vila Rica.
192. Cf. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. 88, p. 221-2.
193. Com relação ao Rio de Janeiro, são conhecidos documentos para a provisão do ofício de contraste. Não mencionam a palavra ensaiador nem falam em marcas, mas como, na época, as duas funções eram as vezes acumuladas, talvez esses oficiais de contraste também tenham sido ensaiadores. Em agosto de 1764, João Pinto da Silva pediu confirmação da propriedade vitalícia do ofício de contraste do ouro (Cf. *Índices e extractos do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro*, Rio, 1927, p. 97). Com seu falecimento, mais de 20 anos depois, foi provido no mesmo cargo Luiz José Ferreira da Silva. O novo titular tinha apresentado fôlha corrida; o Senado estava informado de sua capacidade e de que já tinha servido no impedimento do antecessor; sabia que era dono de loja pública de ouro e prata e que era bom conhecedor; confiava na sua lisura e verdade, segundo informações obtidas sobre sua capacidade; prestada a fiança necessária e pagos os direitos na Tesouraria da Real Fazenda, devia ainda fazer juramento perante o juiz presidente; tinha direito aos emolumentos prescritos no regimento (Cf. *Arquivo do Districto Federal*, Rio, 1893, n. 4, p. 175-6).
194. Arq. Munic. do Salvador, *Portarias 1737-1770*, f. 177v.
195. Arq. Pub. da Bahia, *Maços 649, 718, 748, 781 e 3.143*.
196. Arq. Munic. do Salvador, *Livro primeiro dos termos das marças...*, f. 6r.
197. *Apud* MARQUES DOS SANTOS — *op. cit.*, penúltima ilustração.
198. "Ignacio Alves Nazareth" in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Bahia, 1893, n. 6. O certo, porém, é Alves e não Alves, conforme se pode ver nos documentos do Arquivo Público.
199. Arq. Pub. da Bahia, *Inventários*, maços 678, 781, 880, 1.109 e 3.154.
200. Arq. Munic. do Salvador, *Posturas 1650-1787*, f. 133r.
201. *Ibid.*, *Portarias 1817-1831*, f. 92v-93r.
202. *Ibid.*, *Posturas 1829-1839*, f. 46r e 86v-v.
203. Cf. "Inventário dos documentos...". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 39, p. 113. Em 1799, o Senado da Câmara da Bahia baixou um regimento a ser observado pelos contrastes do ouro e da prata, cuja finalidade era regularizar seus emolumentos. O sistema prescrito foi o da proporcionalidade. Do seu texto, porém, o que se infere é que não se trata dos ensaios e marcas e sim das simples avaliações. Não estavam em jogo os ensaiadores mas apenas os do ofício de contraste, que, conforme já vimos, era função diferente. (Arq. Munic. do Salvador, *Portarias 1793-1808*, f. 74v). A diferença entre contraste e ensaiador é também mencionada na carta régia de 14-10-1803 (Arq. Pub. da Bahia, *Ordens régias*, v. 92, f. 186r-v).
204. Arq. Pub. da Bahia, *Cartas a Sua Magestade*, v. 8, f. 453r.
205. Arq. Munic. do Salvador, *Portarias 1793-1808*, f. 49r.
206. Cf. "Inventário dos documentos...". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 39, p. 191-2.
207. Arq. Munic. do Salvador, *Portarias 1817-1831*, f. 108v-109r.
208. PEREIRO — *op. cit.*, p. 177-9; MARQUES DOS SANTOS, *op. cit.*, p. 637 e seg. Neste último trabalho, além dos projetos apresentados, encontra-se relação das pessoas que, em data diferente, fizeram reclamações no mesmo sentido.
209. SANTOS (MARQUES DOS) — *op. cit.*, illust., e "Contrastes de praticos no Rio de Janeiro", in *Estudos brasileiros*, n. 19-21 e 29-30.
210. Arq. Munic. do Salvador, *Atas da Câmara 1690-1702*, f. 47r-48v.
211. SANTOS (MARQUES DOS) — "A ourivesaria...", p. 628.
212. KOSTER (HENRY) — *Viagens ao nordeste do Brasil*. São Paulo, 1942, p. 66.
213. *Ibid.*, p. 277.
214. COSTA (LAURINDO) — "O luxo e sua repressão". *II Congresso e Exposição de Ourivesaria Portuguesa*, Lisboa, 1926, p. 29-31.
215. VILHENA — *op. cit.*, v. 1, p. 47-8.
216. Cf. "Inventário dos documentos...". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 31, p. 29.
217. Cf. *Arquivo do Districto Federal*, Rio, 1894, n. 5, p. 208-216, e n. 6, p. 261-9.
218. SANTA MARIA — *op. cit.*, p. 36.
219. *Ibid.*, p. 91.
220. É o que a respeito dos beneditinos informa MULLER (DOM GREGÓRIO), *Os beneditinos na Bahia*, Bahia, 1947, p. 20-22.
221. LEITE — *op. cit.*, v. 7, p. 377-395.
222. PÔRTO (AURÉLIO) — *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio, 1943, p. 556-7.

223. Cf. *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, n. 43, p. 45-7.
224. Cf. *Arquivo do Distrito Federal*, Rio, 1894, n. 2, p. 76.
225. Publicado e comentado por CARLOS OTT, in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, 1943, n. 69.
226. Separata da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*.
227. TOLLENARE (L. F. DE) — "As notas dominicais; Parte relativa a Bahia". *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1907, v. 14, n. 33, p. 96 e 72.
228. NIGRA — "A prataria seiscentista...", p. 242.
229. Cf. PINHO (JOSÉ WANDERLEY DE ARAÚJO) — *Sa-lões e damas do segundo reinado*. São Paulo, 1942, p. 14 e 18-9.
230. SILVA (INÁCIO ACCIOLI DE CERQUEIRA E) — *op. cit.*, p. 379-80; PÓRTO-ALFRE (ARAÚJO). "Iconographia brasileira". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio, 1856, t. 19, p. 371.
231. Servimo-nos do texto da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1900, ano 5, fasc. 1 e 2.
232. SILVA (INÁCIO ACCIOLI DE CERQUEIRA E) — *op. cit.*, p. 379-80.
233. Cf. "Inventário dos documentos...", *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 32, p. 167.
234. Servimo-nos do texto da *Revista do Arquivo Público Mineiro*.
235. Cf. PEIXOTO — *op. cit.*, p. 177.
236. Cf. SANTOS (MARQUES DOS) — "A ourivesaria...", p. 628.
237. Cf. "Inventário dos documentos...", *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 37, p. 175.
238. Em Portugal, a moda das baixelas de porcelana tornou-se corrente desde o séc. XVI (COSTA, *As contrastarias...*, p. 20 nota). Em vários lugares da Bahia — Pórtio-Seguro, Escada e Tatuapara — CARDIM foi servido em vasos de porcelana (*Op. cit.*, p. 298, 302 e 313).
239. Cf. SOMBRÁ — *op. cit.*, p. 228-30.
240. SANTOS (MARQUES DOS) — "A ourivesaria...", p. 629-33.
241. Cf. PINHO (JOSÉ WANDERLEY DE ARAÚJO) — *História de um engenho do Recôncavo (1552-1944)*. Rio, 1946, p. 119, 286-7, 323, 325-6.
242. Arq. da Sta. Casa de Miseric. da Bahia, *Livro 3º dos acórdãos*, f. 82v.
243. *Ibid.*, *Livro 5º dos acórdãos*, f. 8r-v.
244. *Ibid.*, *Livro 3º dos acórdãos*, f. 247r-v. Nesse mesmo ano de 1742, o ourives de Vila Rica, Rodrigo de Brum, cobrou 58000 pelo feito de cada marco, na escrivania com tinteiros que fez para o Senado da Câmara e que presentemente se encontra no Museu da Inconfidência em Ouro Preto. (*Apud* CÔNEGO RAIMUNDO TRINDADE, *op. cit.*, na nota 191).
245. *Ibid.*, *Livro 4º dos acórdãos*, f. 21v.
246. *Ibid.*, f. 178v.
247. ALVES — *op. cit.*, p. 147-50.
248. Arq. da O. 3ª do Carmo do Salvador, *Livro 3º da receita...*, f. 116.
249. Arq. do Conv. do Desterro, Bahia (Gentileza da irmã M. do Rosário).
250. SANTOS (MARQUES DOS) — "A ourivesaria...", p. 634.
251. JOHNSON — *op. cit.*, p. 105.
252. Arq. Pub. da Bahia, *Cartas do governo 1798-1809*, v. 24, f. 196v-197r.
253. COSTA — *Artistas portugueses*, p. 25.

LISTA DE ENSAIADORES E CONTRASTES DO BRASIL (*)

ADERNE (ou ADERNO), José Henriques — Salvador — Ensaaiador do ouro

Na portaria do Senado da Câmara de 6-3-1824, mandaram-se os ourives e mercadores de ouro ensaiar suas peças por ele. Sua marca de ensaiador foi registrada na Câmara em 8-4-1824. Sob coroa imperial:

AZEVEDO, Antônio Joaquim de — Rio — Contraste da prata

Sinatário do requerimento de 1825 pedindo um Regimento para os ourives.

MARCAS

I

(*) Esta lista longe está de ser completa; contém, apenas, os nomes daqueles contrastes e ensaiadores, inclusive da Bahia, cujos nomes aparecem em fontes conhecidas ou foram encontrados em arquivos recentemente investigados.

OURIVESARIA

- BARBOSA, Manoel Ferreira** — Rio — Ensaaiador da prata e ouro
Nomeado pela Câmara, estava em atividade em 1742.
- BRITO, Zacarias Luis Pereira de** — Salvador — Ensaaiador da prata (ajudante)
Nomeado ajudante do ensaiador da prata, Francisco Rodrigues Freire, por um ano em 28-1-1815. Por mais um ano em 6-4-1816.
- CARVALHO, Dionizio Gomes de** — Salvador — Contraste de ouro e diamantes
Provido injustamente no lugar de Bartolomeu Rodrigues Seixas, que recuperou o cargo em 1770.
- CAZACA, Antônio Gomes Soares** — Salvador — Contraste do ouro e diamantes
Por crimes, perdeu o lugar em 1757, sendo substituído por José de Brito de Freitas.
- COSTA, Bernardo Pereira da** — Rio — Contraste
Estava em atividade em 1742.
- COUTO, João Bernardo do** — Salvador — Ensaaiador da prata
Mencionado como tal no Almanack Administrativo Mercantil e Industrial, de 1857.
- CUNHA, Manoel Lopes da** — Salvador — Ensaaiador do ouro
Provido em 1719. Sua marca de ensaiador foi registrada na Câmara em 8-5-1726.
Sob coroa de forma irregular:
- ESTRELADO, João dos Santos** — Salvador — Contraste do ouro e diamantes
Nomeado interinamente em 20-8-1791.
- ESTRELADO, Simão dos Santos** — Salvador — Contraste do ouro e diamantes
Faleceu em 1791.
- FERNANDES, João da Silva** — Salvador — Ensaaiador do ouro
A seu pedido, nomeou-se seu ajudante por um ano, Maximiano dos Santos Marques, em 19-12-1801. Sua marca foi registrada na Câmara em 30-10-1805.
- FERREIRA, João** — Jaguaripe (Bahia) — Contraste da prata
Mencionado numa Ordem Régia de 15-7-1749.
- FERREIRA, Pedro Soares** — Salvador — Contraste do ouro
Natural do Salvador. Admitido na Santa Casa de Misericórdia como irmão de menor condição em 17-6-1723, e expulso em 1-3-1753. Mencionado como contraste em documentos de 1724, 1725 e 1727.
- FIGUEIREDO, Manoel Eustaquio de** — Salvador — Contraste da prata
Mencionado como tal no Almanack Administrativo Mercantil e Industrial, de 1857.
- FREIRE, Francisco Rodrigues** — Salvador — Ensaaiador da prata
Nomeado vitaliciamente pela Câmara em 17-3-1801, recebeu confirmação régia em 19-6-1804. A seu pedido, nomeou-se seu ajudante por um ano, Francisco da Silva Pimentel, em 2-10-1813; Zacarias Luis Pereira de Brito, também por um ano, em 28-1-1815; este foi mantido por mais um ano em 6-4-1816.
- FREITAS, José de Brito de** — Salvador — Contraste de ouro e diamantes
Nomeado em junho de 1757. Trabalhou no inventário dos bens dos Jesuítas da Bahia em 1760.
- LANA, João de** — Vila Rica (Minas) — Contraste e ensaiador do ouro e prata
Natural de Baiona, na França, emigrou para o Brasil cerca de 1695. Nomeado pela Câmara, por tempo de três anos, pela provisão de 30-4-1742.
- LIMA, João Martins** — Salvador — Ensaaiador e contraste da prata
Substituído por José Inácio de Oliveira em 1796 por um ano, enquanto ia no interior tratar de negócios. Admitido na Santa Casa de Misericórdia, como irmão de menor condição em 16-6-1793.
- MARQUES, Maximiano dos Santos** — Salvador — Ensaaiador do ouro (ajudante)
Nomeado ajudante de João da Silva Fernandes, por um ano, em 19-12-1801.

AS ARTES PLÁSTICAS NO BRASIL

- MIRANDA, Balbino Vieira de** — Salvador — Contraste do ouro
Mencionado como tal no Almanack Administrativo Mercantil e Industrial, de 1857.
- NAZARETH, Inácio Alvares** — Salvador — Ensaaiador de jóias e metais preciosos, e contraste. Nasc. 1800; fal. 20-11-1898. Foi veterano da Guerra da Independência. Nomeado contraste em 1838, e ensaiador em 19-3-1866. Fez avaliações no inventário de D. Carlota Maria José Nabuco Cerqueira Lima em 1840, e do Conde de Passé em 1877.
- OLIVEIRA, José Inácio de** — Salvador — Ensaaiador e contraste da prata.
Serviu no impedimento de João Martins Lima por nomeação da Câmara em 7-9-1796.
- PEREIRA, Daniel José** — Rio — Contraste do ouro e diamantes
Signatário do requerimento de 1825 pedindo um Regimento para os ourives.
- PEREIRA, Vicente de Souza** — Salvador — Contraste do ouro
Fez avaliações nos inventários de José Rodrigues Chaves em 1749 e Manoel Francisco Gomes em 1750.
- PESSOA, Francisco Xavier** — Salvador — Contraste da prata
Foi pago pelo Convento do Desterro para pesar 49 peças em maio de 1802.
- PIMENTEL, Francisco da Silva** — Salvador — Ensaaiador da prata (ajudante)
Nomeado ajudante de Francisco Rodrigues Freire, por um ano, em 2-10-1813. Deixou este officio em 1815.
- PINHEIRO, Diogo** — Salvador — Ensaaiador do ouro
Sua marca foi registrada na Câmara em 18-8-1740.
- PIRES, Joaquim José de Almeida** — Salvador — Contraste e avaliador de todas as peças de ouro, prata, diamantes, pedras, e mais peças preciosas.
Em 1807 foi preso por não querer executar uma ordem do Intendente Geral do Ouro. Fez avaliações no inventário de Francisco José de Matos Ferreira Lucena em 1809, e João Fernandes em 1834.
- PIRES, Lino Pereira de Almeida** — Salvador — Contraste e avaliador de todas as peças de ouro, prata, diamantes, pedras, e mais peças preciosas
Substituído em 1809 e 1810 por Joaquim José de Almeida Pires, provavelmente seu filho, conforme se vê nos inventários de Francisco José de Matos Ferreira Lucena em 1809 e Rodrigo de Abreu de Carvalho em 1810.
- PORTO, Fernão do** — Salvador — Contraste do ouro
Fez uma avaliação de objetos de ouro e pedras preciosas na Santa Casa de Misericórdia em 1678.
- PORTO, João Pereira** — Salvador — Ensaaiador e contraste da prata, e aferidor
Nomeado pela Câmara em 3-3-1693. Mencionado nas atas da Câmara de 9-7-1694 e 8-10-1695. Sua marca, estabelecida no ato de nomeação era um
- ROCHA, Carlos Ribeiro da** — Salvador — Contraste da prata
Nat. Bahia. Fal. 1-2-1757. Admitido na Santa Casa de Misericórdia como irmão de menor condição em 25-10-1719. Em cartas de exame dos ourives da prata, aparece como juiz dos ourives em 1725 e 1726. Irmão de Lourenço Ribeiro da Rocha.
- ROCHA, Lourenço Ribeiro da** — Salvador — Ensaaiador e contraste da prata
Nat. Bahia. Fal. 22-8-1759. Admitido na Santa Casa de Misericórdia como irmão de menor condição em 25-10-1719. Registrou sua marca de ensaiador em 12-1-1725. Em 18-12-1756, a seu pedido, a Câmara nomeou seu filho, Manoel, para servir em seus impedimentos. Sob coroa de forma irregular:
- ROCHA, Manoel Caetano da** — Salvador — Ensaaiador e contraste da prata
Em 18-12-1756, nomeado ajudante e substituto do pai, Lourenço Ribeiro da Rocha. Como contraste, trabalhou no inventário dos bens dos Jesuítas da Bahia em 1760. Fez uma avaliação de peças de prata na Santa Casa de Misericórdia em 1761.

OURIVESARIA

SÁ, Antônio Pereira de — São Paulo — Ensaíador e contraste
Nomeado pela Câmara de São Paulo em 9-11-1739.

SAMPAIO, Matias Moreira de — Salvador — Ensaíador do ouro
Sua marca foi registrada na Câmara em 26-4-1741.

SEIXAS, Bartolomeu Rodrigues — Salvador — Contraste de ouro e diamantes
Fez uma avaliação na Santa Casa de Misericórdia em 1761; na Ordem 3^a do Carmo em 1766. O Rei, em 1770, mandou "restituir Bartolomeu Rodrigues Seixas ao seu ofício de contraste do ouro, e diamantes, de que injustamente fôra expulso para proverem a Dionísio Gomes de Carvalho". Fez avaliação no inventário de Agostinho Ferreira Pinto em 1784, e no inventário de Ana do Nascimento em 1789.

SILVA, João Pinto da — Rio — Contraste do ouro
Pediú confirmação da propriedade vitalícia do ofício em 1764. Em 1798, já era falecido.

SILVA, Luis José Ferreira da — Rio — Contraste do ouro
Nomeado pela Câmara do Rio de Janeiro em 1798. Tinha "uma loja pública de ouro e prata".

SILVA, Pedro Pinheiro da — Jaguaripe (Bahia) — Contraste do ouro
Nomeado contraste do ouro da Vila de Jaguaripe em 15-7-1749.

SOARES, Pedro — Salvador — Contraste do ouro
Como ourives, registrou sua marca em 4-11-1726.

SOARES, Pedro Alexandrino — Salvador — Contraste da prata
Fez avaliação dos bens de Agostinho Ferreira Pinto em 1784, e de Ana do Nascimento em 11-8-1789.

VIEIRA, Francisco — Salvador — Contraste da prata
Em 1652, o conde de Castelo Melhor, respondeu a uma consulta da Câmara sobre o estipêndio que lhe era dado. Em 1660, foi-lhe passada provisão do ofício de contraste e afilador dos pesos. Em 1674, fez avaliação de objetos de prata no inventário do lateiro francês João Ribeiro. Em 1693, por falta de vista, não podia mais servir no ofício.

MARCAS DE OURIVES DA BAHIA E DO RIO DE JANEIRO: SÉCULOS XVII E XIX (*)

ADERNO, José Henriques — Salvador — Ourives do Ouro e Ensaíador — Marca registrada na Câmara do Salvador em 8-4-1824

ALMEIDA, Antônio Borges de — Salvador — Ourives da Prata — Marca 23-7-1732

ALMEIDA, Fernando Pires de — Salvador — Prata — Certidão de exame apresentada em 10-1-1725; marca 12-1-1725

ALMEIDA, Luis de — Salvador — Prata — Certidão 10-1-1725; marca 12-1-1725

MARCAS

A.

A.B.

FP

A2

(*) Catálogo baseado nos códices do Arquivo Municipal do Salvador: *Marcas de ensaíadores 1725-1766*, Armário 61, v. 100 e *Livro primeiro dos termos das marcas dos ourives do ouro e prata desta cidade*, Armário 64, v. 51 — e em FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS, "A ourivesaria no Brasil antigo", *Estudos brasileiros*, Rio, 1940, v. 4, n. 12 e "Contrastes de prateiros no Rio de Janeiro", *Estudos brasileiros*, 1941, v. 6, n. 19-21 e 1943, v. 10, n. 29-30. — Nos códices da Bahia, além das marcas aqui apresentadas, existem outras, em pequeno número, que se acham ilegíveis. Se não damos a divisa das marcas, ou seja, seu contorno, é porque não existem mais as

AS ARTES PLÁSTICAS NO BRASIL

ALMEIDA, Manoel Antônio de — Salvador — Prata — Marca 19-8-1824.	M.A.
ALMEIDA, Manoel•Gomes de — Salvador — Ouro — Marca 12-11-1754	G
ALMEIDA, Salvador Ribeiro de — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	estrêla
ALVARES, Manoel Pinto — Salvador — Ouro — Marca 22-3-1752	M
AMARAL, Caetano Caldeira do — Salvador — Ouro — Marca 8-5-1726	C
AMARAL, Martinho Fernandes do — Salvador — Ouro — Marca 31-3-1731	M.
ANDRADE, Francisco de — Salvador — Ouro — Marca 8-4-1824	F.A.
ARAUJO, Inácio José Vieira — Rio — Ourives — Época: 1870	
ARAUJO, Inácio Lobo de — Salvador — Ouro — Marca 3-4-1726	 estrêla
ARAUJO, José Xavier de — Salvador — Ouro — Marca 23-12-1732	I.X.
ARAUJO, Manoel Domingues de — Salvador — Prata — Marca 6-12-1755	md.
ARAUJO, Miguel Franco de — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	MF
ASSUNÇÃO, Manoel Barreto da — Salvador — Ouro — Marca 4-12-1754	MB.
ATAIDE, Agostinho Viegas de — Salvador — Ouro — Marca 12-8-1752	A.V.
ATAIDE, Antônio Viegas de — Salvador — Ouro — Marca 14-5-1738	A.L.
AVEIRO, Manoel de Bastos — Salvador — Prata — Certidão 10-1-1725; marca 22-1-1725. Ao que parece	B
AZEVEDO, Antônio Nunes de — Salvador — Ouro — Marca 14-11-1739	AN.
AZEVEDO, Manoel Antônio — Rio — Ourives — Época: 1852-1860	
BAHIA, Domingos Gomes — Salvador — Ourives — Marca 21-7-1756	D
BAHIA, Júlio Coelho — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	estrêla
BARBOZA, Francisco de Souza — Rio — Ourives — Época: 1855-1860	 
BARBOZA, Manoel — Salvador — Prata — Marca 18-3-1730	MB.
BARRETO, José de Almeida — Salvador — Prata — Marca 16-1-1755	A.B.
BATISTA, Felix — Salvador — Ouro — Marca 21-1-1755	F
BATISTA, João — Salvador — Ouro — Marca 4-4-1731	I (..)
BEIRINHAS, José Joaquim Francisco — Rio — Ourives — Época: 1870	
BERNARDO, João — Salvador — Prata — Marca 8-4-1824	I.B.
BOAVENTURA, Francisco da — Salvador — Ourives — Marca 7-7-1756	F
BORBA, Francisco Pereira de — Salvador — Prata — Marca 15-6-1829	FP.

chapas de estanho em que os ourives as deixavam impressas. Pela mesma razão, não podemos saber com segurança qual o talho das letras, a pesar das variações consignadas nos próprios códices. Poderíamos dar a divisa e talho das letras das marcas já encontradas em peças por nós estudadas, mas seu número é tão reduzido em relação ao total das marcas, que nos pareceu melhor adiar sua apresentação.

OURIVESARIA

BORGES, Antônio de Freitas — Salvador — Prata — Marca 26-5-1736	A.F.
BOUÇAS, Domingos Gonçalves — Rio — Ourives — Época: 1861-1872	 
BRAGA, Alexandre de Oliveira — Salvador — Ouro — Marca 3-5-1726	B
BRAGA, Eusébio da Costa — Salvador — Prata — Marca 5-10-1730	EB
BRAGA, Joaquim da Silva — Salvador — Prata — Marca 23-2-1825	I.S.B.
CAÇÃO, José da Silva — Salvador — Ouro — Marca 10-12-1756	M.
CALDEIRA, Estevão Pinto — Salvador — Ourives — Marca 24-7-1756	E.
CARDOZO, Leandro — Salvador — Ouro — Marca 24-7-1727	L.
CARNEIRO, Eusébio João de — Salvador — Prata — Marca 12-6-1754	EO
CARVALHO, Dionízio Gomes de — Salvador — Ouro e Cravador de diamantes — Marca 10-12-1754	D.
CARVALHO, Eugênio — Salvador — Ouro — Certidão 10-1-1725; marca 4-11-1726	EC
CARVALHO, José Fernandes de — Rio — Ourives — Época: 1848-1852	 
CASTRO, Antônio Dias de — Salvador — Prata — Marca 30-8-1824	pomba
CASTRO, Pedro Gonçalves de — Salvador — Prata — Marca 2-10-1751	P.G.D.C.
CHAGAS, Leandro das — Salvador — Ouro — Marca 17-1-1728	X.
CHAVES, João Rodrigues — Salvador — Ouro — Marca 25-8-1753	I.R.
COELHO, Albano José — Salvador — Ouro — Marca 21-8-1754	AIC
COELHO, Antônio da Cunha — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	
COELHO, Francisco — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	FC
COELHO, Manoel — Salvador — Ouro — Marca 17-9-1732	M.C.
COITINHO, José Oliveira — Rio — Ourives — Época: 1855	  
CONCEIÇÃO, Bento da — Salvador — Prata — Marca 1-3-1752	B.C.
CONCEIÇÃO, Francisco Coelho da — Salvador — Ouro — Marca 9-12-175(2 ou 3)	F
CORRÊA, Luis da Silva — Salvador — Ouro — Marca 3-2-1731	L.D.
COSTA, Aleixo Vaz da — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	flor
COSTA, Angelo Berlingues da — Salvador — Prata — Marca 27-10-1759	B.
COSTA, Antônio de Souza — Salvador — Ouro — Marca 14-2-1764	C.
COSTA, Antônio Francisco da — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1739	AF.
COSTA, Antônio Pereira da — Rio — Ourives — Época: 1852	 
COSTA, Francisco Antônio da — Salvador — Ourives — Marca 30-10-1756	estrêla
COSTA, Francisco Xavier da — Salvador — Ouro — Marca 3-10-1759	F
COSTA, João da — Salvador — Ouro — Marca 14-5-1738	I.C.
COSTA, Joaquim Vieira da — Salvador — Ouro — Marca 21-1-1755	IV
COSTA, José Carneiro da — Salvador — Ouro — Marca 14-3-1751	C
COSTA, Manoel Álvares da — Salvador — Ouro — Marca 23-11-1735	M.A.D.

COSTA, Manoel Rodrigues da — Salvador — Ourives — Marca 15-12-1764	M.
COSTA, Sebastião Alvares da — Salvador — Ouro — Marca 15-1-1755	S
COSTA, Vicente da — Salvador — Ourives — Marca 24-1-1755	VC
CRUZ, Antônio Coutinho da — Salvador — Prata — Marca 174(1 a 3)	A.C.
CRUZ, Domingos Corrêa da — Salvador — Prata — Certidão 10-1-1725; marca 24-1-1725	DC
CRUZ, Francisco Ferreira da — Salvador — Ouro — Marca 22-5-1763	FC.
CRUZ, Francisco José da — Rio — Ourives — Época: 1854-1859	
CRUZ, João de Souza Carneiro e — Rio — Ourives — Época: 1860	
CUNHA, Manoel Lopes da — Salvador — Ouro e Ensaidor — Marca 8-5-1726	D
DIAS, José Martins — Salvador — Ouro e Prata — Marca 28-9-1824	I.M.D.
DUARTE, José Fernandes — Salvador — Ouro — Marca 20-7-1732	I.F.
ESCODEIRO, Manoel Ferreira — Salvador — Prata — Marca 18-8-1732	M.F.
ESTRELADO, Simão dos Santos — Salvador — Ouro, Crav. diam., e Contraste — Marca 26-11-1754	S
FAGUNDES, Manoel — Salvador — Prata — Marca 18-8-1740	F.
FALCÃO, José Gomes — Salvador — Prata — Marca 8-4-1824	I.G.F.
FALCÃO, José Pereira — Salvador — Ouro — Marca 4-10-1732	I. (...)
FANA, Tomé Monteiro de — Salvador — Ouro — Marca 8-5-1726	+
FARANI, Domingos — Rio — Ourives — Época: 1848-1880	
FERREIRA, Adrião Luis — Rio — Ourives — Época: 1889	
FERREIRA, Francisco da Costa — Salvador — Ouro — Marca 8-5-1726	F
FERREIRA, José Antônio de Souza — Rio — Ourives — Época: 1848-1850	
FERREIRA, Manoel — Salvador — Ouro — Marca 21-6-1735	M.
FERREIRA, Manoel Soares — Salvador — Prata — Certidão 10-1-1725; marca 12-1-1725	S
FIGUEIREDO, Domingos Gomes de — Salvador — Prata — Marca 27-1-1734	D.F.
FIGUEIREDO, Manoel Eustáquio de — Salvador — Prata e Contraste — Marca 17-10-1832	
FONSECA, Francisco da — Salvador — Ouro — Marca 23-7-1764	F.
FONSECA, Francisco Pereira da — Rio — Ourives — Época: 1864-1869	
FONSECA, Miguel Alvares da — Salvador — Ourives — Marca 23-7-1755	M.A.
FONTOURA, Salvador Correia de Lemos — Salvador — Prata — Marca 20-3-1752	S.C.
FOURNIER, Carlos — Rio — Ourives — Época: 1852-1865	
FREIRE, José de Souza — Salvador — Ouro — Marca 7-6-1752	
FURTADO, José Francisco — Rio — Ourives — Época: 1860-1865	
GARCIA, Antônio Cardoso — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	G
GODINHO, Domingos Alvares — Salvador — Ouro — Marca 7-8-1728	D.A.

OURIVESARIA

GOMES, João José — Salvador — Prata — Marca 1-3-1825	I.
GOMES, Manoel Pinto — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	MP
GONÇALVES, Caetano — Salvador — Ouro — Marca 25-9-1762	C.
GRAÇA, Francisco Duarte — Rio — Ourives — Época: 1854	 
GUEDES, José Joaquim — Salvador — Ouro — Marca 9-9-1824	I.G.
GUIMARÃES & CRUZ — Rio — Ourives — Época: 1852	 
GUIMARÃES, José Ferreira — Rio — Ourives — Época: 1855-1880	 
GUIMARÃES, José Luis Dias — Rio — Ourives — Época: 1852	 
GUIMARÃES, José Vieira — Salvador — Ourives — Marca ?-1-1755	V.
JESUS, Francisco Xavier de — Salvador — Ouro — Marca 25-10-1730	F.X.
JESUS, Possidônio José de — Rio — Ourives — Época: 1844	
JOSÉ, Antônio — Salvador — Ouro — Marca 14-7-1763	A.
LEAL, MANOEL José — Salvador — Ouro e Prata — Marca 3-8-1826	M-J-L
LEÃO, Miguel Soares de — Salvador — Prata — Marca 22-7-1743	M.S.O.
LEMONOES, José da Costa — Salvador — Ouro — Marca 11-5-1726	+
LEMOES, Tomé da Costa — Salvador — Ouro — Marca 24-12-1763	TC.
LEMOES, Valentim Correia de — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1739	L.
LIMA, Antônio Corrêa de — Rio — Ourives — Época: 1870	 
LISBOA, Antônio Francisco — Salvador — Prata — Certidão 15-6-1726; marca 10-5-1727	A.F.L.
LISBOA, Domingos Francisco — Salvador — Prata — Certidão 31-1-1725; marca 24-1-1725	DFL
LOPES, Cláudio Rodrigues — Salvador — Ouro e Crav. diam. — Marca 12-12-1754	C.
LOPES, Luis Pereira — Salvador — Ouro — Marca 21-6-1735	L
LOPES, Mateus — Salvador — Ouro — Marca 8-5-1726	M
MACHADO, Antônio Lopes — Salvador — Ouro — Marca 18-1-1755	℥
MACIEL, Inácio do Rosário — Salvador — Ouro e Prata — Marcas 13-9-1766	IM
MACIEL, Marcelino da Silva — Salvador — Ouro — Marca 11-3-1732	L.M.
MADUREIRAS, Antônio da Rocha — Salvador — Ouro — Marca 22-4-1752	A.D.
MAIA, João Rodrigues — Salvador — Ourives — Marca ?-5-1762	IA
MARIN, Carlos — Rio — Ourives — Época: 1848-1880	 
MARQUES, Antônio de Souza — Salvador — Prata — Marca 29-7-1752	ASM.
MARQUES, Domingos de Souza — Salvador — Prata — Marca 15-1-1755	DS
MARTINS, Manoel — Salvador — Ouro — Marca 8-7-1757	M.
MATTA, Francisco da — Salvador — Prata — Certidão 17-11-1725; marca 21-5-1727	F.D.
MATTOS, Francisco de — Salvador — Prata — Marca 11-12-1754	FD
MATTOS, João Pereira de — Salvador — Prata — Marca 14-5-1738	I.P.

AS ARTES PLÁSTICAS NO BRASIL

MATTOS, João Pereira de — Salvador — Ourives — Marca 23-1-1755	IP.
MEIRELES, Vitorino da Silva Moreira — Rio — Ourives — Época: 1860	
MELLO, Francisco Basílio de — Salvador — Ouro — Marca 1-9-1824	F.B.
MELLO, José Lopes de — Salvador — Ouro — Marca 4-7-1734	
MELLO, José Lopes de — Salvador — Ourives — Marca 23-1-1755	estrêla
MENDONÇA, Custódio Furtado de — Salvador — Prata — Certidão 10-1-1725; marca 20-2-1725	CF.
MENEZES, Damázio Teles de — Salvador — Ouro — Marca 20-3-1752	D.
MENEZES, Francisco Teles de — Salvador — Ourives — Marca 17-6-1755	FT.
MIRANDA, José Martiliano dos Santos — Salvador — Prata — Marca 4-8-1823	S.M.
MIRANDA, Manoel Francisco de — Salvador — Ouro — Marca 9-4-1824	M.F.
MONTEIRO, José da Silva — Salvador — Ouro — Marca 7-12-1766	I
MOREIRA, Antônio — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	AA
• MOREIRA, José Francisco — Rio — Ourives — Época: 1848-1852	
MOREIRA, João Francisco — Rio — Ourives — Época: 1848-1852	
MOREIRA, Manoel de Souza — Salvador — Ouro — Marca 11-12-1754	M
MOURA, João Miranda de — Salvador — Ouro — Marca 8-5-1726	IM
MOYTA, Manoel dos Santos da — Salvador — Ouro — Marca 22-5-1726	SS
NASCIMENTO, Manoel Carvalho — Salvador — Ouro — Marca 8-7-1757	M.C.
NASCIMENTO, Manoel de — Salvador — Ouro — Marca 9-9-1824	M.N.
NEVES, José Rodrigues das — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	IR
NEVES, Narciso das — Salvador — Ouro — Marca 3-9-1732	N.
NOLASCO, Pedro — Salvador — Prata — Marca 9-4-1824	P.N.
NUNES, José de Almeida — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	D
OLIVEIRA, Diogo Pereira de — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1739	D.P.
OLIVEIRA, Diogo Pereira de — Salvador — Ourives — Marca 10-2-1756	X (.)
OLIVEIRA, Manoel Coelho de — Salvador — Prata — Marca 11-12-1754	MC.
OLIVEIRA, Pedro da Silva de — Salvador — Ouro — Marca 31-8-1757	D.
PACHECO, João José — Salvador — Prata — Marca 9-4-1824	I.P.
PAIVA, Eusébio Nunes de — Salvador — Ouro — Marca 29-8-1759	O. (...)
PAIVA, Miguel de Freitas — Rio — Ourives — Época: 1857-1858	
PAIXÃO, Manoel da — Salvador — Prata — Marca 23-7-1749	M.D.
PALHARES, Joaquim José — Rio — Ourives — Época: 1845-1850	
PEIXOTO, André — Salvador — Ouro — Marca 23-11-1735	A.P.
PEREIRA, Antônio — Salvador — Prata — Marca 1-9-1824	I.A.
PEREIRA, Antônio dos Santos — Salvador — Ouro — Marca 10-12-1756	AD.

OURIVESARIA

PEREIRA, Caetano de Jesus — Salvador — Ouro — Marca 1750	C.D.
PEREIRA, Caetano Dias — Salvador — Ouro — Marca 30-8-1753	C.
PEREIRA, Dionizão Gomes — Salvador — Prata — Marca 5-1-1730	D.P.
PEREIRA, Domingos Alvares — Salvador — Ouro — Marca 18-2-1753	D.
PEREIRA, Francisco Nunes — Salvador — Ouro — Marca 5-4-1736	N.
PEREIRA, João Borges — Salvador — Ourives — Marca 30-1-1755	estrêla
PEREIRA, José da Cunha — Salvador — Ourives — Marca 32-1-1755	I
PEREIRA, Luís — Salvador — Ouro — Marca 22-6-1756	SA
PEREIRA, Manoel Gomes — Salvador — Ouro — Marca 10-9-1836	MG
PEREIRA, Thomas Aquino — Rio — Ourives — Época: 1848-1852	
PEREIRA, Vicente de Souza — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	1º
PEREIRA, Vicente de Souza — Salvador — Ouro — Marca 5-8-1740	I.
PILLAR, Francisco Martins do — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	E
PINHEIRO, Agostinho Soares — Salvador — Ouro — Marca 11-12-1738	A.P.
PINTO, Domingos Alvares — Salvador — Ouro — Marca 18-8-1740	D.
PINTO, Francisco Vieira — Salvador — Ouro — Marca 8-5-1726	q
PORTELLA, Inácio Carneiro — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	IC
PORTO, Alexandre Pereira — Salvador — Ouro — Marca 12-12-1754	P
PORTO, Hieronimo Pereira — Salvador — Prata — Certidão 6-2-1726; marca 14-2-1726	E
PORTO, Manoel Francisco da Silva — Rio — Ourives — Época: 1854	
PORTO, Manoel Ribeiro da Silva — Rio — Ourives — Época: 1841	
QUEIROZ, João Teixeira de — Salvador — Ouro — Marca 26-4-1741	I.
QUEIROZ, Paulo Joaquim de — Salvador — Ouro — Marca 12-12-1754	PIQ
RAMOS, José da Costa — Rio — Ourives — Época: 1853-1854	
RAMOS, Manoel Moreira — Salvador — Prata — Certidão 10-1-1725; marca 22-1-1725	MR
REIS, Antônio Col dos — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	flor
RIBEIRO, Ambrozio da Silva — Salvador — Prata — Certidão 10-1-1725; marca 12-1-1725	
RIBEIRO, Antônio — Rio — Ourives — Época: 1875	
RIBEIRO, João Borges — Salvador — Ouro — Marca 8-5-1726	
RIBEIRO, José — Salvador — Ouro — Marca 25-6-1727	IR.
RIOS, Manoel Rodrigues — Salvador — Ouro — Marca 8-5-1726	R
ROCHA, Carlos Ribeiro da — Salvador — Prata e Contraste — Marca 12-1-1725	C.R.
ROCHA, Francisco Dias — Salvador — Prata — Marca 24-1-1725	FD.
ROCHA, Lourenço Ribeiro da — Salv. — Prata, Ensaíador e Contraste — Marca 12-1-1725	LR
RODRIGUES, Afonso — Salvador — Ouro — Marca 8-2-1729	A.R.

AS ARTES PLÁSTICAS NO BRASIL

RODRIGUES, Lázaro — Salvador — Prata — Certidão 10-1-1725; marca 12-1-1725	R.
ROQUE, Jacinto Hensch de S. — Salvador — Ouro — Marca 7-3-1731	I.(.)
ROTTA, Pedro — Salvador — Ouro — Marca 20-12-1732	P.
SALES, Francisco — Salvador — Ourives — Marca 9-12-1756	FS
SAMPAIO, João Pinto de — Salvador — Ouro — Marca 30-8-1824	I.P.
SAMPAIO, José Joaquim Teixeira — Rio — Ourives — Época: 1855-1860	
SANTIAGO, Cristóvão Nunes de — Salvador — Prata — Marca 28-9-1757	SC.
SANTIAGO, Felipe de — Salvador — Ouro — Marca 3-9-1756	F
SANTIAGO, Francisco de — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	
SANTIAGO, Luis Dias de — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	LD.
SANTOS, Antônio Fernandes dos — Rio — Ourives — Época: 1885	
SANTOS, F. L. dos — Rio — Ourives — Época: 1848	
SANTOS, José Barreto dos — Salvador — Ouro — Marca 16-3-1731	I.B.
SANTOS, José de Almeida — Rio — Ourives — Época: 1870	
SANTOS, Lino Rodrigues dos — Salvador — Prata — Marca 174(3 a 9)	L.R.D.
SANTOS, Manoel Gonçalves dos — Salvador — Ouro — Marca 16-11-1753	M
SANTOS, Porcino Lopo dos — Salvador — Ouro — Marca 11-4-1845	
SEIXAS, Manoel Rodrigues de — Salvador — Ourives — Marca 18-4-1755	X
SENNÁ, Bernardino de — Salvador — Ouro — Marca 13-10-1764	S.
SERQUEIRA, Miguel Rodrigues de — Salvador — Ouro — Marca 5-12-1764	M
SERQUEIRA, Paulino de Deus — Salvador — Prata — Marca 26-2-1752	P.D.
SILVA, Antônio José da — Salvador — Ouro — Marca 16-10-1759	estrêla
SILVA, Bras Ferreira da — Salvador — Prata — Marca 5-10-1730	B.F.
SILVA, Euzébio da — Salvador — Prata — Certidão 10-1-1725; marca 12-1-1725	E
SILVA, Francisco Fernandes da — Salvador — Ouro — Marca 21-5-1727	F.D.
SILVA, Francisco Maria da — Salvador — Prata — Marca 19-8-1824	F.M.
SILVA, Gonçalo da — Salvador — Ouro — Marca 21-6-1735	G.
SILVA, João Pereira da — Salvador — Prata — Certidão 30-12-1724; marca 12-1-1725	PS.
SILVA, José Coelho da — Salvador — Ouro — Marca 29-5-1762	IC.
SILVA, Manoel Gonsalves da — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	MG.
SILVA, Manoel José da — Salvador — Ouro — Marca 30-8-1824	S.
SILVA, Simão Rodrigues da — Salvador — Ourives — Marca 22-1-1756	SR
SOARES, Antônio José Maria — Rio — Ourives — Época: 1855-1877	
SOARES, Antônio José Moreira — Rio — Ourives — Época: 1855-1875	

OURIVESARIA

SOARES, Pedro — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	S.
SOUZA, Antônio da Silva — Salvador — Ouro — Marca 12-10-1731	A.
SOUZA, Antônio da Silva — Salvador — Ourives — Marca 10-12-1735	A.
SOUZA, Cosme Gomes de — Salvador — Ouro — Marca 29-10-1762	CG.
SOUZA, Gaspar da Rocha — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	G.
SOUZA, Gregório da Rocha e — Salvador — Ouro — Marca 13-4-1726	R.
SOUZA, Paulo Francisco de — Salvador — Ouro — Marca 26-5-1736	P.F.
TEIXEIRA, Antônio Maciel — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	A.
TEIXEIRA, Francisco — Salvador — Ouro — Marca 26-11-1754	F.T
TENÓRIO, Francisco das Chagas — Salvador — Ouro — Marca 5-8-1752	Fr.C.T.
TIAGO, Cristovão Nunes de S. — Salvador — Prata — Marca 28-9-1757	SC.
TIAGO, Luís Dias de S. — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	LD.
VANIQUE, Silvério Alvares — Salvador — Ouro — Marca 21-1-1735	SA
VAZ, José Sueiro de — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	S
VASCONCELOS, Antônio da Trindade e — Salvador — Ourives — Marca 6-9-1755	VG.
VELLOZO, Antônio Pimenta — Salvador — Ourives — Marca 13-2-1765	P
VELLOZO, Francisco José — Rio — Ourives — Época: 1870-1875	
VIANA, Bernardo Fernandes — Salvador — Prata — Marca 26-4-1741	
VIEGAS, José da Silva — Salvador — Ouro — Marca 4-11-1726	B.
VIEIRA, José de Souza — Salvador — Ouro — Marca 25-11-1732	+
VIEIRA, José Gomes — Rio — Ourives — Época: 1885	I.S
XAVIER, Antônio Ximenes — Salvador — Ouro — Marca 8-5-1726	
XAVIER, Francisco — Salvador — Ouro — Marca 15-9-1729	X
XAVIER, Francisco — Salvador — Prata — Marca 7-12-1754	FD.
XAVIER, Manoel Teodoro — Rio — Ourives — Época: 1837-1855	FX
	

Contrastes de Prateiros no Rio de Janeiro

FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS

Atendendo ao interesse despertado pelos contrastes de prataria feita no Rio de Janeiro, à época do Segundo Reinado, que apareceu no volume 12 desta *Revista*, na conferencia do Sr. Marques dos Santos, *A Ourivesaria no Brasil antigo*, publicamos, abaixo, alguns outros contrastes, fornecidos por aquele Sr., e que não figuram na dita conferencia:



Ignacio José Vieira Araújo — Rua dos Ourives, 155.
Epoca: 1866-1872.



José Francisco Furtado — Rua das Violas, 122.
Epoca: 1860-1865.



José Ferreira Guimarães — Rua de São Pedro, 97.
Epoca: 1855-1880.



José Joaquim Francisco Beirinhas — Rua Theophilo Ottoni, 91.
Epoca: 1870.



Thomaz Aquino Pereira — Rua dos Ourives, 137.
Epoca: 1848-1852.



Victorino da Silva Moreira Meirelles — Rua dos Ourives, 12.
Epoca: 1860.



João Francisco Moreira — Rua dos Ourives, 179.
Epoca: 1848-1852.



Antonio José Maria Soares — Rua das Violas, 133.
Em 1874 essa rua passou a se denominar Theophilo Ottoni.

Em 1876 Soares abriu nova casa na rua dos Ourives, 167.

Em 1877, último ano em que trabalhou, aparece com o nome de Antonio José Maria Corrêa Soares.

Epoca: 1855-1877.



Manoel Theodoro Xavier, joalheiro da Casa Imperial, avaliador da Junta do Comércio — Rua dos Ourives, 193.

Epoca: 1837-1855.



José Oliveira Coitinho — A' rua das Violas em casa particular, fabricava objetos de prata, tanto para igrejas como para uso doméstico. Assim vemos-lo em 1855 no Almanaque Laemmert. Possuía grande estoque de prataria. Era da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, para cuja igreja fez maravilhosa banqueta, sobretudo esplêndidas jarras e palmas de prata, do maior gosto e tamanho e que ainda hoje e no futuro, esperamos, darão maior encantamento a esse pequeno e requintado templo antigo, tão desconhecido, situado no começo da rua do Ouvidor. Além da banqueta lá existe de Oliveira Coitinho um tinteiro, uma caldeira de água benta e dois riquíssimos jogos de sacras.



Francisco José Vellozo — Era um 1870 estabelecido na rua de São Pedro, 79, encarregando-se de obras de igrejas, segundo o Almanaque Laemmert de 1870. Em 1874-1875 esse ourives fez sacras para o altar-mór, uma estante para a Igreja da Lapa dos Mercadores.